

Maria Dorotéa de Lima

VER-O-PESO, PATRIMÔNIO(S) E PRÁTICAS SOCIAIS
Uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará



Belém do Pará
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

MARIA DOROTÉA DE LIMA

VER-O-PESO, PATRIMÔNIO(S) E PRÁTICAS SOCIAIS
Uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará

Belém – PA
2008

MARIA DOROTÉA DE LIMA

VER-O-PESO, PATRIMÔNIO E PRÁTICAS SOCIAIS
Uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Antropologia, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Prates Conrado

Belém – PA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CPI).

Lima, Maria Dorotéa de.

L732v

Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais : uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará / Maria Dorotéa de Lima ; orientada por Mônica Prates Conrado. – Belém, 2008.

219 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

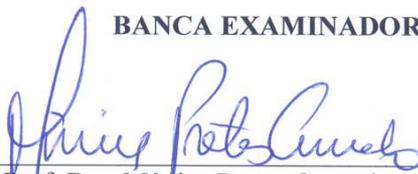
1. Patrimônio cultural – Belém (PA). 2. Feiras – Belém (PA)
3. Belém (PA) – História. 4. Cultura – Belém (PA). I. Conrado, Mônica Prates, orientadora. II. .IV. Título.

MARIA DOROTÉA DE LIMA

VER-O-PESO, PATRIMÔNIO E PRÁTICAS SOCIAIS
Uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Antropologia, da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Prates Conrado

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Mônica Prates Conrado - Orientadora
Universidade Federal do Pará



Prof. Dra. Marilu Márcia Campelo - Examinadora
Universidade Federal do Pará



Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo - Examinador
Universidade Federal do Pará

Belém, 30 de Maio de 2008

Aos anjos que sempre me acompanham e protegem; aos meus pais Adail e Iracy que me deram os anjos, um norte e a perspectiva de novos horizontes; ao Sérgio, amante, companheiro e amigo de todas as horas; ao Márcio, filho.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dra. Mônica Conrado, orientadora, que com o seu conhecimento ajudou-me a trilhar os caminhos da antropologia.

A todos os trabalhadores do Ver-o-Peso, em especial aqueles que colaboraram para a realização deste trabalho e aos amigos Deuza, Neuza, Trindade, Fernando Souza, Dedé, Fernando Gigante, Mauro Matni, Zezinho, Miracy, Amarildo, Dalci e Sr. Serrão cujas generosidades e colaborações foram imprescindíveis para a concretização desta dissertação.

À Professora Dra. Angélica Maués, ao Professor Dr. Flávio Leonel da Silveira e aos colegas de curso pelas contribuições nas aulas de Seminário de Dissertação.

Aos Professores Dr. Aldrin Figueiredo, Dra. Marilu Campelo, Dra. Wilma Leitão pelas leituras e contribuições ao projeto de pesquisa e a esta dissertação.

A minha família pela compreensão de minhas ausências e indisponibilidades durante o mestrado.

A Ísis de Jesus Ribeiro pela elaboração dos mapas, ao Rubens da Silva Ferreira pela catalogação e normatização, ao Flávio Nassar por enviar-me seus textos, ao Sérgio Elarrat Canto pela ajuda com a finalização dos mapas, pelo precioso banco de dados criado para organizar o material coletado no campo e pela companhia nas pesquisas noturnas no Ver-o-Peso,

Aos demais professores e funcionários do PPGSC que me apoiaram e estimularam ao longo do mestrado.

Aos colegas do IPHAN, principalmente os de Belém, pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Aos técnicos e funcionários da Secretaria Municipal de Economia, Fundação Cultural do Município de Belém, Amabelém, Guarda Municipal e Polícia Militar pelas entrevistas e disponibilização de alguns dados e documentos

A Ana Lídia Nauar Pantoja, Tiago Luis Coelho Vaz Silva, Dayseane Ferraz da Costa, Cybelle Salvador Miranda e Eliane Moreira pela boa vontade e presteza com que me disponibilizaram suas dissertações e teses para consulta.

Olha, o Ver-o-Peso significa pra mim, a minha própria vida, eu não conheci outra forma de trabalho, de sobreviver, de criar. Onde eu fui criado e onde eu hoje crio a minha família é o Ver-o-Peso. Então na verdade ele é o centro da minha vida. Então mais da metade da minha vida eu passei aqui, então eu já vi muita coisa, muita mudança, e na verdade ele significa o âmago, ele tá no meio de tudo.

Rivair Negrão, Pedra do Peixe, Jan./2007

RESUMO

Identificar e interpretar, a partir de abordagem etnográfica, o patrimônio cultural dos trabalhadores do Ver-o-Peso, a feira mais famosa de Belém do Pará, é o objetivo deste trabalho. Não o patrimônio cultural brasileiro, reconhecido por meio do tombamento em 1977, como conjunto arquitetônico e paisagístico, mas o patrimônio que constitui elemento agregador para esse grupo social, fator de pertencimento e identidade coletiva, que é detentor de valores e significados, ainda que, raramente, seja percebido e identificado por esses trabalhadores dessa forma. A pesquisa, realizada por meio de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e informais aconteceu no período de 2005 a 2007, em quatro etapas. O patrimônio cultural identificado é, sobretudo de natureza imaterial, mas também está presente em torno de coisas materiais como o espaço, no sentido de um território com temporalidade própria que é também um lugar, demarcado por práticas sociais e operações cotidianas, as quais envolvem múltiplas dimensões da vida social. Nesse espaço objetos, expressões corporais, sentimentos e sociabilidade associadas e desenvolvidas no fazer diário, prenes de significados e possibilidades estimulam o imaginário e ativam memórias. De geração a geração esse legado é o responsável, juntamente com aqueles que o preservam, reinterpretem e transmitem, pela manutenção da “essência” do Ver-o-Peso, assim como pelo sentido de pertencimento e identificação de seus trabalhadores com esse lugar ao longo dos anos. Apesar da negligência por parte de muitas instituições, esses trabalhadores e trabalhadoras preservam sua cultura.

Palavras-chave: patrimônio cultural, Ver-o-Peso, feira-livre, práticas sociais

ABSTRACT

This work aims at identifying and interpreting, by the means of ethnography, the cultural heritage of people who work at the Ver-o-Peso, the most famous open-air market of Belém do Pará. The focus is not the architecture and landscape as it was acknowledged as cultural patrimony by Brazilian state law in 1977, but the heritage as a means for aggregating a social group, conveying a sense of belonging and collective identity, as well as a way for attributing values and meaning, even by people who are largely unaware of it. The investigation methods included participant observation and formal and informal interviews, in four field stages, from 2005 to 2007. The cultural heritage that was identified has an intangible nature, but also is present in tangible form, around a space, one territory according a proper timing, which is also considered a place, defined by its users social practices and everyday routines, that reach other dimensions of social life. In that space, objects, body expression, feelings and sociability associated and developed during everyday practices, full of meanings and possibilities stimulate imagination and activate memories. From generation to generation, this legacy is responsible, together with those who preserve, reinterpret, and transmit it, for the maintenance of the essence of Ver-o-Peso, as well as for the sense of belonging and identification of its workers with the place over the years. The despite of the negligence of institutions, these workers preserve their culture.

Key-words: cultural heritage, Ver-o-Peso, open –air market, social practices.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO VER-O-PESO NA ÁREA URBANA DE BELÉM E NO PERÍMETRO DO CENTRO HISTÓRICO.	24
FIGURA 2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO COMPLEXO VER-O-PESO COM SEUS ELEMENTOS CONSTITUINTES. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	25
FIGURA 3 - PLANTA DO VER-O-PESO, COM INDICAÇÃO DOS SETORES. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	26
FIGURA 4 - O CONJUNTO VER-O-PESO, TOMBADO, CONTÍGUO AO CONJUNTO, TAMBÉM TOMBADO, DA	28
FIGURA 5 - DELIMITAÇÃO E SOBREPOSIÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DO VER-O-PESO, TOMBADO, COM O COMPLEXO VER-O-PESO ONDE SE CONCENTRA A PESQUISA. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, ÍSIS RIBEIRO, 2008.	29
FIGURA 6- VISTA PARCIAL, EM VÔO DE PÁSSARO, DO VER-O-PESO. FONTE: ALUNORTE (1995, P. 20-21).	31
FIGURA 7 - CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DO VER-O-PESO E CONJUNTO DA PRAÇA FREI CAETANO BRANDÃO TOMBADOS PELO IPHAN, COM INDICAÇÃO DE SEUS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA; ÍSIS RIBEIRO, 2008.	32
FIGURA 8 – VISTA AÉREA DO VER-O-PESO.	33
FIGURA 9 - DOCA DO VER-O-PESO. EM CIMA, ACERVO IPHAN. AUTOR: MARIA REGINA WEISSHEIMER, 2007. EMBAIXO, AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2006	34
FIGURA 10 – ILUSTRAÇÃO FEITA SOBRE “PLANTA DA CIDADE DO PARÁ” DE 1771 - ORIGINAL DO CAPITÃO ENGENHEIRO.....	39
FIGURA 11- ILUSTRAÇÃO ELABORADA A PARTIR DE “MAPA DA ÁREA CENTRAL DE BELÉM E SUA PERIFERIA” (1966), DESTACANDO	41
FIGURA 12- VENDEDORES AMBULANTES NA CALÇADA DO MERCADO DE CARNE, 1965.	42
FIGURA 13- MERCADO DE CARNE. O EDIFÍCIO, CONSTRUÍDO EM 1867, ANTES DA REFORMA DE 1908 COM UM PAVIMENTO. O MERCADO JÁ COM A FEIÇÃO EXTERNA ATUAL, DE LINHAS NEOCLÁSSICAS. FONTE: BELÉM DA SAUDADE, 1998, P.76, 77.....	43
FIGURA 14-INTERIOR DO MERCADO DE CARNE, AONDE SE PODE VER A ESTRUTURA DE FERRO FORJADO DO PAVILHÃO INTRODUIDO NO EDIFÍCIO NA REFORMA REALIZADA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX.	44
FIGURA 15- O MERCADO DE PEIXE FOTOGRAFADO POR PENTEADO, EM 1965, COM A CALÇADA TOMADA PELA FEIRA. FONTE: PENTEADO, 1968, V.2, P. 243.....	46
FIGURA 16- FACHADA E INTERIOR DO MERCADO DE PEIXE	47
FIGURA 17 - ASPECTOS DO MERCADO DA PRAIA, COMO ERA CONHECIDA A PRIMEIRA FEIRA, ESPONTÂNEA, QUE FICAVA NA PARTE LATERAL E POSTERIOR DO MERCADO DE FERRO, JUNTO À DOCA DO VER-O-PESO. (1948). FONTE: PENTEADO, 1968, V.2, P. 249, 251)	50
FIGURA 18 - O MERCADO DA PRAIA EM 1968. ORGANIZADO COM BARRACAS, OCUPAVA AINDA O MESMO LOCAL QUE EM 1948, NA PARTE LATERAL E POSTERIOR DO MERCADO DE FERRO, JUNTO À DOCA . FONTE: PENTEADO (1998, V.2, P. 251, 253).	51
FIGURA 19 - VISTA DO MERCADO DA PRAIA , EM 1965, JÁ ORGANIZADO.	52
FIGURA 20 – IMAGENS DO VER-O-PESO DA DÉCADA DE 1990. ANTES DA ÚLTIMA GRANDE INTERVENÇÃO.: ACERVO IPHAN.AUTOR: JOÃO VELOZO, S/D.....	55

FIGURA 21– VISTA PARCIAL DO VER-O-PESO. ACERVO IPHAN, SET/2007. AUTOR: JOSÉ AGUILERA. IMAGEM NOTURNA PARCIAL DO VER-O-PESO LOGO APÓS A INAUGURAÇÃO.	58
FIGURA 22- DOCA DO VER-O-PESO, ANTIGA EMBOCADURA DO IGARAPÉ DO PIRY, EM 1965. FONTE: PENTEADO, 1968, P. 238-239. E EM 2006,.....	60
FIGURA 23 - VISTAS DA DOCA, ACERVO IPHAN. AUTOR REGINA WEISSHEIMER, 2007. E EM 1948, NO MESMO ÂNGULO. FONTE: PENTEADO, 1968, P. 240.	61
FIGURA 24 - ASPECTOS DA DOCA E EMBARCAÇÕES DO VER-O-PESO E UM GRUPO DE RAPAZES, TRIPULANTES. FONTE: MENEZES, [1959]/1993, P. 199.	62
FIGURA 25– “RUSH” MATINAL NO VER-O-PESO.. FONTE: SUPER INTERESSANTE, EDIÇÃO 227, JUNHO/2006. AUTOR: MAURÍCIO DE PAIVA	66
FIGURA 26 – ARTESANATOS VARIADOS DE PROCEDÊNCIAS DIVERSAS. ACERVO IPHAN. AUTOR: MARIA REGINA WEISSHEIMER, 2007. MOAGEM DA MANIVA PARA PREPARO DA MANIÇOBA. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	88
FIGURA 27 - DONA MARIA ROSILDA TELES DE OLIVEIRA, BEIJA-FLOR,.....	89
FIGURA 28 - VISTA DA DOCA DO VER-O-PESO, 1875. ACERVO DO	98
FIGURA 29 - DOCA DO VER-O-PESO, PIERRE VERGER, 1948. FONTE: HTTP://WWW.PIERREVERGER.ORG/BR/PHOTOS/PHOTOS_ALBUMS.PHP	99
FIGURA 30 – “FEIRA DO VER-O-PESO” DE ARMANDO BALLONI, DE 1956.....	100
FIGURA 31 - DOCA DO VER-O-PESO FOTOGRAFADA POR MÁRIO DE ANDRADE, EM 1927. ACERVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIRO/USP. FONTE: ANDRADE, 1993, P. 68.	102
FIGURA 32- APRESENTAÇÃO DA PEÇA VERDE VER-O-PESO NO TEATRO MARGARIDA SCHIVASAPPA. ANTOR: SÉRGIO CANTO, 2008.	106
FIGURA 33 - “VENDEDORA DE CHEIRO”, 1947, ANTONIETA FEIO. ÓLEO SOBRE TELA, 105,6 CM X 74,3 CM. ACERVO MABE.FONTE: “VER-O-PESO: O QUE SE NARRA E O QUE SE VÊ”,	108
FIGURA 34 - “VENDEDOR DE CARANGUEJO”, 1940, WALDEMAR DA COSTA GUIMARÃES. ÓLEO SOBRE TELA, 150 CM X 123 CM. ACERVO DO MABEFONTE: “VER-O-PESO: O QUE SE NARRA E O QUE SE VÊ”,	109
FIGURA 35 - A CIDADE E A ILHA DO MARAJÓ VISTAS DO SOLAR DA BEIRA. DICA DA DEUZA PARA QUEM VISITA O VER-O-PESO. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	124
FIGURA 36- DEUZA NO VER-O-PESO, JUNTO AOS PRODUTOS PREPARADOS COM OS “MATOS” APÓS A SECAGEM, JÁ PRODUZIDOS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO E COM ORIENTAÇÃO TÉCNICA.	137
FIGURA 37 – FERNANDO GIGANTE DA ASSOCIAÇÃO DO MERCADO DE CARNE E MAURO MATNI, ADMINISTRADOR DO MERCADO/SECON. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	142
FIGURA 38 – MIRACI ALEXANDRE, MARCIA E MARIA DOS ANJOS TEMPO DE SÃO JOÃO NA FEIRA. BANHO CHEIROSO E COROA DE SÃO JOÃO.AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	151
FIGURA 39 - CÍRIO DE NAZARÉ, REFORÇO NA PRODUÇÃO DE MANIVA E DEMAIS	152
FIGURA 40 – FEIRA DO AÇAÍ, DESEMBARQUE NA MADRUGADA, O PRODUTO É EMPILHADO,	154
FIGURA 41 – ASPECTOS DA PEDRA DO PEIXE NA MADRUGADA. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007. E NAS PRIMEIRAS HORAS DA MANHÃ. ACERVO IPHAN.	155
FIGURA 42 – RITUAL DIÁRIO DO SETOR DE FRUTAS E HORTIFRUTIGRANJEIROS, “BIGODES” E “BOIS SEM RABO” OCUPAM AS CALÇADAS DEPOIS DO HORÁRIO DA FISCALIZAÇÃO... ..	156
FIGURA 43 – SETOR DE REFEIÇÕES, CUJA MOVIMENTAÇÃO MARCA O TEMPO NA FEIRA. O AÇAÍ COM PEIXE FRITO, ESPECIALIDADE DO VER-O-PESO.. E MESA EXTRA NA VÉSPERA DO CÍRIO, OUTRO MARCO TEMPORAL. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2006.....	158

FIGURA 44 – FINAL DE TARDE, MOVIMENTAÇÃO NO SETOR DE BARES.....	159
FIGURA 45 – FERNANDO SOUZA, DE VENDEDOR DE SACOLAS À AJUDANTE, QUANDO APRENDEU O OFÍCIO DE PEIXEIRO, A ARTE DE FILETAR O PEIXE. DEPOIS CONSEGUIU O PONTO.....	163
FIGURA 46 - SENHOR SERRÃO, DO SETOR DE FARINHA, 40 ANOS DE VER-O-PESO, DO PAI PARA OS FILHOS. MARY KELLEN, TRABALHANDO COM OS PAIS E PAGANDO A FACULDADE, E DEPOIS?.....	168
FIGURA 47 - NEUZA REIS. CRIOU OS FILHOS NA FEIRA, DA MESMA MANEIRA COM QUE FOI CRIADA PELA MÃE, TODOS “DO BEM”.	172
FIGURA 48 - SETOR DE INDUSTRIALIZADOS. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2008.	175
FIGURA 49 - INTERIOR DOS BLOCOS COM A MESINHA AO CENTRO E CORREDOR DE ACESSO. NA CALÇADA, EM BUSCA DO CONSUMIDOR.AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA 2007.	176
FIGURA 50- DONA LUCINEIDE E O SENHOR ANTÔNIO ARAGÃO, UNIDOS NA VIDA E NO TRABALHO. TAMBÉM AS CADEIRAS ASSUMEM O PAPEL DOS BANQUINHOS.....	177
FIGURA 51 - SETOR DE ERVAS. ADAPTAÇÃO SOBRE PROJETO DR RESTAURAÇÃO DO	179
FIGURA 52 – CORREDOR DE SERVIÇO E CORREDOR CENTRAL, BANQUINHOS A POSTOS E VENDEDORAS POSICIONADAS NA FRENTE DA BARRACAS.AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA; 2007.....	180
FIGURA 53 – BETH CHEIROSINHA; “CONVERSA DE PÉ DE OUVIDO” E BANQUINHO PARA DEIXAR À VONTADE O CLIENTE. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	183
FIGURA 54 - DONA MARIA JOSÉ E O DONA LAURA, MEMÓRIAS DO VER-O-PESO, NAS HISTÓRIAS FAMILIARES. ESTANTES QUE EVOCAM PASSADOS DESCONHECIDOS..	185
FIGURA 55 – BARRACA DA DONA COLÓ, NO SETOR DE ERVAS, COM DETALHE DA DECORAÇÃO ONDE ELA APARECE COM A ATRIZ ARLETE SALES. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	187
FIGURA 56 – CARLA AJUDANTE DA DEUZA NA BARRACA DECORADA COM RAÍZES E CASCAS. PONA E EDNA, QUE TRABALHAM JUNTAS, DECORAÇÃO À BASE DE VIDRINHOS PENDURADOS E ERVAS FRESCAS.AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	188
FIGURA 57 – BETH CHEIROSINHA ENTRE DEFUMADORES, PATCHULIS, CHEIROS E GARRAFADAS. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2006.....	189
FIGURA 58 – REJANE, NO SETOR DE REFEIÇÃO, COM OS PRATOS DECORADOS SOBRE O BALCÃO LEMBRANDO OUTROS MERCADOS. . SETOR DE PLANTAS ORNAMENTAIS, NATURALMENTE ENCANTADOR COM SEUS ARRANJOS.....	191
FIGURA 59 - VISUAIS QUE REMETEM A UM TEMPO PASSADO E AOS SABORES DA INFÂNCIA SETOR DE MERCEARIA, ACERVO IPHAN. AUTOR: MARIA REGINA WEISSHEIMER, 2007. BARRACA DA CARMELITA, ESPECIALISTA EM FRUTAS REGIONAIS. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	192
FIGURA 60 - OS BARCOS DE D. ISABEL E A TRADIÇÃO DOS RIBEIRINHOS. ACERVO IPHAN, AUTOR: MARIA REGINA WEISSHEIMER, 2007. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.	196
FIGURA 61 – ADRIANA, MANICURE NA FEIRA, FAZENDO OS PÉS DO SR. CARLOS E AO LADO DA MÃE, DONA ISABEL. AUTOR: MARIA DOROTÉA DE LIMA, 2007.....	197

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO ENTREVISTAS/ ENTREVISTADOS	68
TABELA 2 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR SETOR 2006/2007.....	70
TABELA 3 –NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR CATEGORIA 2006/2007	71
TABELA 4 – FAIXA ETÁRIA 2006/2007	72
TABELA 5 – ESCOLARIDADE 2006/2007.....	73
TABELA 6 – NATURALIDADE 2006/2007	74
TABELA 7 – GÊNERO 2006/2007.....	75

LISTA DE SIGLAS

ALRCB – Associação dos Lavadores e Reparadores de Carro de Belém

AFHVP – Associação dos Feirantes dos Hortifrutigranjeiros do Ver-o-Peso

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CTBEL – Companhia de Trânsito de Belém

CHB - Centro Histórico de Belém

FUMBEL – Fundação Cultural do Município de Belém

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente -

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

PMB – Prefeitura Municipal de Belém

PDTU – Plano Diretor de Transportes Urbanos para a Região Metropolitana de Belém

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SECON - Secretaria Municipal de Economia

SECULT – Secretaria Executiva de Cultura

SESMA – Secretaria Municipal de Saúde

SESP – secretaria Estadual de Saúde Pública

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio-ambiente

UNESCO - United Nation Educacional, Scientific and Cultural Organization

VER-AS-ERVAS – Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE SIGLAS	15
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Localização e delimitações para efeito da pesquisa	21
1.2. O Ver-o-Peso em Capítulos	35
2. TECENDO LOA	37
2.1. Conhecendo melhor o Ver-o-Peso	37
2.2. Alguns números e informações sobre a pesquisa	67
2.3. Caleidoscópio: Outros olhares sobre o Ver-o-Peso e imediações	77
2.4. Feiras e Mercados, “Essas Grandes Ocasões da Vida Coletiva”	84
2.5. De onde venho, de onde falo: (Re) pensando o patrimônio cultural	90
3 - PATRIMÔNIO CULTURAL: OS DISCURSOS OFICIAIS E O QUE SE DIZ NO VER-O-PESO	97
3.1. As narrativas locais e o Ver-o-Peso cartão - postal de Belém	97
3.2. As narrativas nacionais e o patrimônio cultural brasileiro	110
3.3. As interpretações do Patrimônio Nacional no Ver-o-Peso	118

4. O VER-O-PESO NARRADO POR SEUS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM VERSÕES.	129
4.1. Formas de organização social identificadas	131
4.1.1. <i>Associação dos Guardadores e Lavadores de Carro de Belém – AGLCB.</i>	131
4.1.2. <i>A Associação do Feirantes do Ver-o-Peso – AFVP</i>	132
4.1.3. <i>A Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso - Ver-as-Ervas</i>	133
4.1.4. <i>Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso</i>	138
4.1.5. <i>Condomínio Participativo</i>	139
4.1.6. <i>Organizações Informais</i>	144
4. 2. Cotidiano e experiências: Os significados do patrimônio	145
4.2.1. <i>Território e lugar praticado: Aprendizado, sobrevivência e oportunidade</i>	147
4.2.3. <i>A tradição Familiar: “Filho de feirante, feirante também é ”</i>	160
4.2.4. <i>Um sentido de liberdade e independência</i>	169
4.2.5. <i>Ver-o-Peso: “Nossa Casa”, “Uma Família”</i>	170
4.2.6. <i>Sociabilidade, solidariedade</i>	193
4.2.7. <i>Paisagem, por quê?</i>	194
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	206
GLOSSÁRIO	217

1. INTRODUÇÃO

Feira do Ver-o-Peso, a mais famosa feira-livre de Belém e da Região Norte que é também difundida como o principal cartão-postal da cidade. Está, certamente, entre as mais famosas feiras do Brasil, ao lado da Feira de Caruarú/PE, da Feira de São Joaquim/BA e da Feira de São Cristovão/RJ. Por sua amplitude espacial, complexidade social e diversidade de produtos ofertados passou a ser designada pelo município como “Complexo Ver-o-Peso”. Trata-se de um grande mercado aberto ou feira-livre, inclusiva, constituída por duas feiras (Feira do Açaí e Feira do Ver-o-Peso), uma doca de embarcações (Doca do Ver-o-Peso) e dois mercados (Mercado de Carne e Mercado de Peixe). Envolve ainda duas praças (Praça do Pescador e Praça do Relógio). Segundo dados divulgados pela imprensa local o Ver-o-Peso é fonte de renda para cerca de 4.000 pessoas.

Investigar as noções sobre patrimônio cultural dos trabalhadores do Ver-o-Peso¹, a partir das redefinições destes, apreendidas dos relatos, depoimentos em entrevistas e conversas informais interpretadas em pesquisa etnográfica é o propósito deste trabalho, onde procuro abordar práticas sociais e culturais do dia a dia desses sujeitos, inevitavelmente associadas às daqueles que, juntamente com estes, fazem a feira acontecer como os fregueses e freqüentadores. O foco da pesquisa incide sobre a dinâmica social estabelecida por esses trabalhadores, suas práticas cotidianas e interações com o espaço que ocupam a partir das atividades que ali desempenham e das relações instituídas no local.

Constatarei nas investigações que, a partir das atividades desempenhadas no Ver-o-Peso, o dia a dia desses trabalhadores vai muito além da comercialização de produtos. Logo, meu intento, como terei a oportunidade de discutir ao longo desse estudo, é perceber a maneira com que as relações sociais ali engendradas produzem práticas e saberes específicos que dão sentido ao lugar, a partir de significados próprios, peculiares, formulados por quem vive da feira.

A escolha e delimitação do objeto de pesquisa foram reforçadas pelo ineditismo da abordagem, pois não localizei trabalhos com populações que ocupam áreas tombadas com o intuito de identificar outras formas de patrimônio senão aquelas instituídas oficialmente. Embora o Ver-o-Peso seja constantemente objeto de pesquisas acadêmicas em áreas como

¹ A expressão trabalhadores utilizada neste refere-se tanto a trabalhadores como a trabalhadoras.

Turismo, Ciências Sociais e Arquitetura entre outras, não identifiquei nenhum trabalho com o mesmo enfoque aqui proposto.

Campelo (2000) aborda o Ver-o-Peso como patrimônio cultural, mas com outro enfoque. Contratada pela Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, coordenou um inventário cultural do Ver-o-Peso, voltado para a constituição de um dossiê com vistas à indicação à United Nation Educacional, Scientific and Cultural Organization –UNESCO da candidatura do Ver-o-Peso como patrimônio mundial. O relatório final dessa pesquisa, bem como artigos publicados sobre esse trabalho, propõe uma série de reflexões relativas ao reconhecimento pretendido pelo município, inclusive quanto aos possíveis interesses políticos subjacentes a essa proposição e ainda, sugere formas mais participativas para os procedimentos de tombamentos. Esse trabalho reconhece o Ver-o-Peso como símbolo da identidade paraense e parte da ‘alma de Belém’, como um patrimônio cultural democratizado, independentemente daqueles valores e significados que lhe foram conferidos pelo tombamento, pertencente a todos aqueles que o desejem. A maior parte da pesquisa foi realizada antes da última intervenção ocorrida no Ver-o-Peso, quando foram colhidos 711 depoimentos num total de 1320 trabalhadores, com a utilização de questionários e entrevistas (CAMPELO, 2000, 2002).

Na linha etnográfica, sobre o Ver-o-Peso, o precursor é Bruno de Menezes (1893-1993), romancista, poeta e folclorista paraense que, segundo Vicente Salles (1993, p.16), tornou-se “por toda a vivência de suas andanças belemenses [...] a mais autorizada fonte de informação da cultura popular paraense”. Menezes publicou, em 1959, “São Benedito da Praia (Folclore do Ver-o-Peso)” relançado pela Secretaria de Estado da Cultura do Pará em 1993, onde a título de narrar a história de uma imagem de São Benedito, encontrada, no ano de 1953, por um tripulante de uma embarcação, que acabou exposta num oratório no Bar *Águia de Ouro*, localizado no Mercado de Ferro, descreve e registra com fotografias o Ver-o-Peso. Oferece detalhes da feira, da doca com as embarcações. Fala do rebuliço, dos pregões e da viração; dos cheiros e das comidas preparadas ali mesmo; dos tipos humanos que comerciam, compram e perambulam pelo local; das crenças e das mandingas; do passar das horas do início até o final da feira, que é interpretada pelo autor como uma espécie de ritual que se repete e renova a cada dia:

E desde quando alvorece, o infatigável cotidiano, no ciclo das mesmas horas, aquele recanto da famosa feira do Ver-o-Peso reproduz, como num filme de contínua metragem, o mesmo cenário habitual, sempre novo e envolvente, em qualquer época do ano, até nas estações das chuvas copiosas e das marés de lua, que alagam inteiramente essa área [...] (Menezes, 1993, p. 183).

Ainda com abordagem antropológica, Figueiredo ([1988]/1994) desenvolve pesquisa no Ver-o-Peso, na área de Etnobiologia, sobre a utilização de animais em cerimoniais religiosos e na medicina popular em Belém do Pará e interior do estado. Associa essa prática ao sincretismo religioso característico da região amazônica onde mitologias indígenas se mesclaram a elementos das religiões pentecostais, kardecistas e de origem africana. Para o autor essa prática não pode ser vista de forma isolada, pois faz parte de um sistema organizado, integrado e harmonioso inserido na vida religiosa do homem dessa região. Hoje essa questão precisa ser conciliada com outros aspectos, como o *politicamente correto* na área do meio ambiente. A fiscalização do IBAMA, quando essa prática deixa de ser discreta, atua também no Setor de Ervas do Ver-o-Peso coibindo o comércio dos animais utilizados por essas práticas religiosas e de cura.

A Pedra do Peixe, na doca do Ver-o-Peso foi etnografada, de maneira acurada, por Leitão, Corrêa, Nascimento (2007), trazendo a luz nuances nem sempre percebidas das atividades que ali são desenvolvidas por aqueles que também são trabalhadores do Ver-o-Peso, num cenário fascinante que atrai pela movimentação intensa de pessoas, pela riqueza social, pelos tipos físicos que se misturam as embarcações. Mas que também remete as formas primárias de trabalho pesado, que é exercido, em cadeia por aqueles que ali deixam seu suor pelo pão de cada dia.

Na área de Linguística, Oliveira Neto (1995) pesquisou o modo de falar de cinco canoeiros do Ver-o-Peso, procedentes dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé Mirim e Mojú, constituindo subsídios aos estudos dos processos comunicativos na delimitação das funções da fala característica dessas localidades e que, de certa forma, estão presentes na feira presente no Ver-o-Peso seja pelos barqueiros, seja pelos trabalhadores oriundos dessas cidades.

O interesse por esse tema surgiu de meu vínculo profissional com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura – Minc, cuja atribuição legal é, de forma simplificada, a identificação, preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Associado ao fato de ser o Ver-o-Peso um

conjunto arquitetônico e paisagístico tombado² pelo IPHAN desde 1977, onde identifiquei, ainda durante a fase exploratória da pesquisa, que os conceitos e discursos institucionais sobre o patrimônio cultural não ecoam ali, o que se confirmou no decorrer do trabalho.

Tal constatação levou-me a problematizar também neste trabalho a falta de diálogo entre o patrimônio que é engendrado pelos trabalhadores do Ver-o-Peso em torno de suas práticas cotidianas e dos significados que lhes são atribuídos e o patrimônio cultural identificado e selecionado pelas agências de Estado. Do mesmo modo, a analisar em que medida a incorporação do patrimônio imaterial³ às práticas patrimonialistas estatais abre novas perspectivas de interação e atribuição conjunta de valores por meio de maior participação dos grupos sociais nos procedimentos de identificação, seleção e preservação dos bens que integram o patrimônio cultural brasileiro.

O patrimônio cultural imaterial passa a integrar legalmente a definição de patrimônio cultural brasileiro por meio da Constituição Federal de 1988. Os artigos 215 e 216 incorporam ao patrimônio cultural, até então designado como patrimônio histórico e artístico, o conceito antropológico de cultura, onde esta é entendida como sistemas simbólicos e redes de significados articulados a sistemas de crenças e valores, correspondendo a cada cultura sistemas próprios e peculiares (GEERTZ, 1989).

Nessa perspectiva, para identificar as noções dos trabalhadores do Ver-o-Peso sobre patrimônio cultural é necessário identificar que patrimônio é esse. O que, na vida do grupo social investigado, assume esse papel. O que faz o ver-o-peso ser o VER-O PESO?⁴ Quem é e como é o trabalhador do Ver-o-Peso?

2 A expressão tombamento e Livro de Tombo têm origem no Direito português com o sentido de registrar, inscrever, inventariar os arquivos do Reino. Esses inventários ficavam em livro próprio que era guardado, juntamente com outros documentos, na Torre do Tombo, do Castelo de São Jorge, em Lisboa (<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>). Em termos atuais, no Brasil, o tombamento é um ato administrativo do poder público para preservar bens culturais selecionados, segundo determinados critérios e procedimentos, para representar a nação, podendo ser em nível estadual e municipal, tem caráter político e ideológico. De acordo com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, são quatro os livros de tombo no Brasil: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A partir dessa inscrição o bem passa a ser considerado patrimônio cultural brasileiro.

³ Segundo a Constituição Federal de 1988 constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens culturais portadores de referência à memória e à história dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dividem-se estes em bens de natureza material e imaterial. De forma simplificada, os primeiros estão relacionados às obras, objetos, edificações, conjuntos urbanos e sítios históricos. Aos bens imateriais correspondem as formas de expressão, os modos de criar fazer e viver, as criações intelectuais (Artigos 215 e 216). O Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, cria o registro como patrimônio cultural brasileiro para o patrimônio, institui o Programa Nacional Do Patrimônio Imaterial – PNPI.

⁴ Parodiando DA MATTA (1986) em “O que faz o Brasil, Brasil?”

Quando eu vim do IPHAN para o Ver-o-Peso, não sabia exatamente, devo confessar, o que iria encontrar por lá. Mas aos poucos, a cada dia, a cada visita, a cada novo lugar que percorria através de seus corredores, barracas e de sua organização interna tão peculiar, desvelava-se um mundo novo para mim. Hoje, tomo café, faço compras, como um peixinho frito em ambiente familiar, visito os amigos, meus guias nessa viagem pelo Ver-o-Peso. Sinto-me (quase) em casa. Convido, portanto o leitor para compartilhar comigo essa experiência de Ver o que o Ver-o-Peso tem a dizer.

1.1. Localização e delimitações para efeito da pesquisa

A categoria trabalhadores do Ver-o-Peso, adotada neste trabalho, foi a forma encontrada por mim para agregar, para efeito da pesquisa, todas as diferentes categorias referentes à divisão do trabalho que é ali realizado numa categoria maior, inclusiva. A classificação e nomenclatura adotadas, excetuando-se a categoria trabalhadores do Ver-o-Peso, são “nativas”, foram incorporadas ao trabalho e detalhadas à medida que a pesquisa avançava e eu ia me familiarizando com elas. Essa classificação é sempre aberta e dinâmica, pois estão sempre surgindo novas formas de comércio e de ganhar o sustento que vão sendo assimiladas pelos sistemas e processos sociais existentes no Ver-o-Peso, sendo praticamente impossível apreendê-las de forma estanque, de modo que serão consideradas na forma apresentada apenas para efeito dessa investigação. Dessa forma, podem-se observar, ao longo do trabalho, outras categorias que vão surgindo, que me escaparam no momento de aprisioná-las no quadro em seguida.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Feirantes permissionários – feirantes cadastrados, que tem licença junto à prefeitura (permissionários) para explorar comercialmente os pontos disponibilizados pelo município nas feiras do Ver-o-Peso e do Açaí
2	Açougueiros do Mercado de Carne - exploram os pontos comerciais existentes na área interna desse mercado com a venda de carne, com a devida licença do município.
3	Peixeiros do Mercado de Peixe - exploram os pontos comerciais existentes na área interna desse mercado com a venda de peixe, com a devida licença do município
4	Lojistas - exclusivamente os lojistas permissionários das lojas internas e externas dos edifícios dos dois mercados municipais. ⁵
5	Balanceiros - Adquirem preferencial e diretamente o peixe dos donos dos barcos, vendendo-os, no atacado, por uma comissão acertada previamente entre as partes e pagando a vista para o dono do pescado, seus instrumentos de trabalho são a balança; a basqueta, que é uma cesta de plástico e a agenda onde anotam as vendas e os débitos. q
6	Viradores - pessoas de confiança e ajudantes dos balanceiros, cuidam das balanças e das basquetas onde o peixe é pesado, depois depositam-no na caixa do carregador.
7	Carregadores – transportam, removem o excesso de gelo e escolhem o pescado para os compradores no atacado da Pedra do Peixe, seus instrumentos de trabalho são a caixa de madeira onde carregam o pescado, o pano que oferecem aos compradores para enxugar as mãos após inspecionar o peixe e a rodilha ou rodinha de pano que, disposta sobre a cabeça, recebe diretamente o peso da caixa.
8	Freteiros e barqueiros que conduzem os barcos transportando produtos e mercadorias para serem comercializadas no Ver-o-Peso;
9	Vendedores da Pedra do Peixe - trabalham diretamente com o consumidor, em bancas improvisadas, atendendo, em pequena escala sobre pequenos caixotes de madeira; em grande escala, especializados na comercialização do filé de peixe.
10	Vendedores ambulantes – vendedores de café, mingau, sacolas, cheiro verde e limão, caranguejos, sombrinhas, etc, que ficam circulando pela feira e pelos mercados.
11	Pessoal de apoio – espécie de segurança desarmada, homens contratados por alguns setores para manter a ordem no local e proteger os equipamentos e utensílios que permanecem guardados nas bancas, durante o dia e também de noite.
12	Manicure - circulam pela área oferecendo seus serviços a partir de quinta-feira.
13	Cabeleireiro - fazem cortes de cabelo e barba onde o freguês quiser, atendem com hora marcada;
13	Carregadores – fazem pequenos carretos em carro-de-mão, ficam na Feira do Açaí .
14	Cambistas ou vendedores de rifa e jogo do bicho – ficam nas pequenas bancas localizadas na área ou circulando pelo Ver-o-Peso.
15	Ajudantes – ajudam venda e arrumação da banca. Encontram-se em maior número no Setor de Industrializados e no Setor de Ervas, os acertos de pagamento de comissão de vendas, critérios de admissão e “regras de conduta” variam de um setor para o outro.

Quadro 1 – Categorias de trabalhadores do Ver-o-Peso

Fonte: Dados da pesquisa

⁵ Foram considerados apenas os lojistas dos mercados a partir de minhas observações durante o trabalho de campo, onde percebi que apenas essas lojas vinculadas aos mercados são consideradas pela população como Ver-o-Peso, as demais são referidas como parte do comércio.

Dados publicados pelo jornal O Liberal (VER-O-PESO, 2006), em reportagem sobre as atividades econômicas do Ver-o-Peso⁶, informam que ali se concentram cerca de 4.000 pessoas envolvidas, direta e indiretamente, na comercialização de produtos diversos. Há controvérsias sobre os números, por exemplo, no Diário do Pará (UM, 2007, p. A6) Júlio Miranda, presidente da Associação dos Feirantes estima em 3000 o número de pessoas que trabalham no local. Já o secretário de economia, à época Hélder Mello, a quem está vinculada a administração das feiras e mercados de Belém, nessa mesma reportagem confirma que não há dados oficiais que dêem conta desse número. Essa imprecisão numérica reflete a complexidade de apreensão da dinâmica social e comercial do Ver-o-Peso.

Partindo da premissa que a pesquisa se daria primordialmente com um grupo social formado pelos trabalhadores do Ver-o-Peso, aqui entendido como uma grande feira ou um grande mercado aberto, localizado na área central de Belém, onde se concentram atividades de comércio e serviços, monumentos e instituições públicas, tornou-se importante para o desenvolvimento do trabalho a delimitação espacial da área de estudo.

Trabalhar com Antropologia em áreas urbanas exige, em algumas circunstâncias, a necessidade de relacionar o objeto de investigação com o espaço da cidade. Nestes casos, deve-se identificar quando essa dimensão espacial é relevante, constitui variável imprescindível à análise. Para tanto, é necessário definir os limites, estabelecer as fronteiras, definir as unidades de análise, destacando da paisagem urbana o fragmento selecionado, “na forma correspondente aquela em que é percebido pelo senso comum”. Deve-se, nesses casos, observar na definição do recorte, que será apenas para efeito da pesquisa, as descontinuidades da paisagem decorrentes dos usos e apropriações diferenciadas do espaço; associar as práticas coletivas aos padrões de implantação espacial. (MAGNANI, 1992, p.191-192).

Portanto, para fins dessa delimitação espacial optei por considerar a área do Ver-o-Peso a partir da movimentação específica das feiras, doca e mercados ali existentes associada às práticas cotidianas de seus trabalhadores e suas redes de relações, pois são estas que definem os contornos e os limites do Ver-o-Peso em termos sociais (Figura 1, Figura 2 e Figura 3).

⁶ Em fevereiro de 2006, o jornal O Liberal publicou, em vários dias seguidos, no Caderno de Economia, uma série de reportagens sobre o Ver-o-Peso.

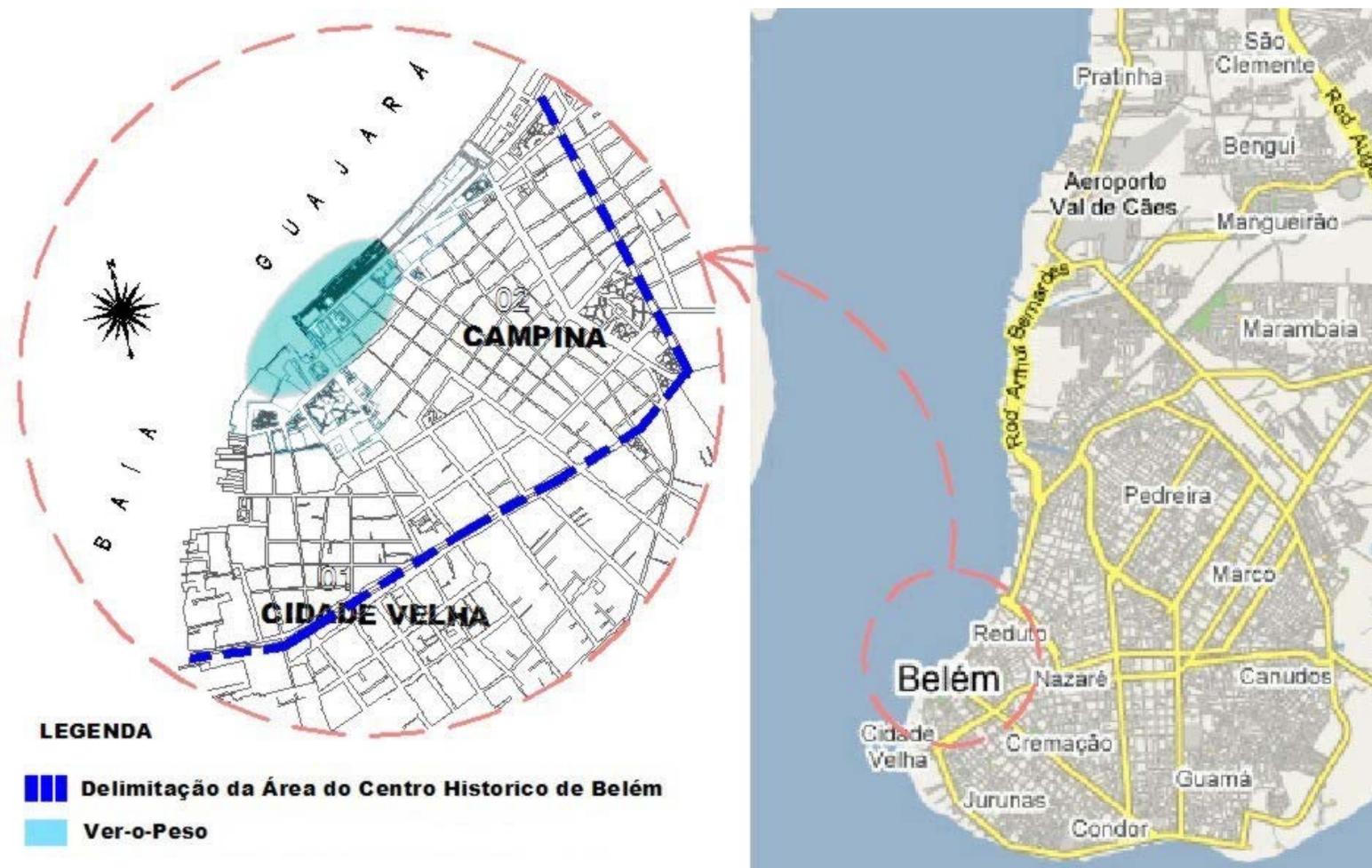
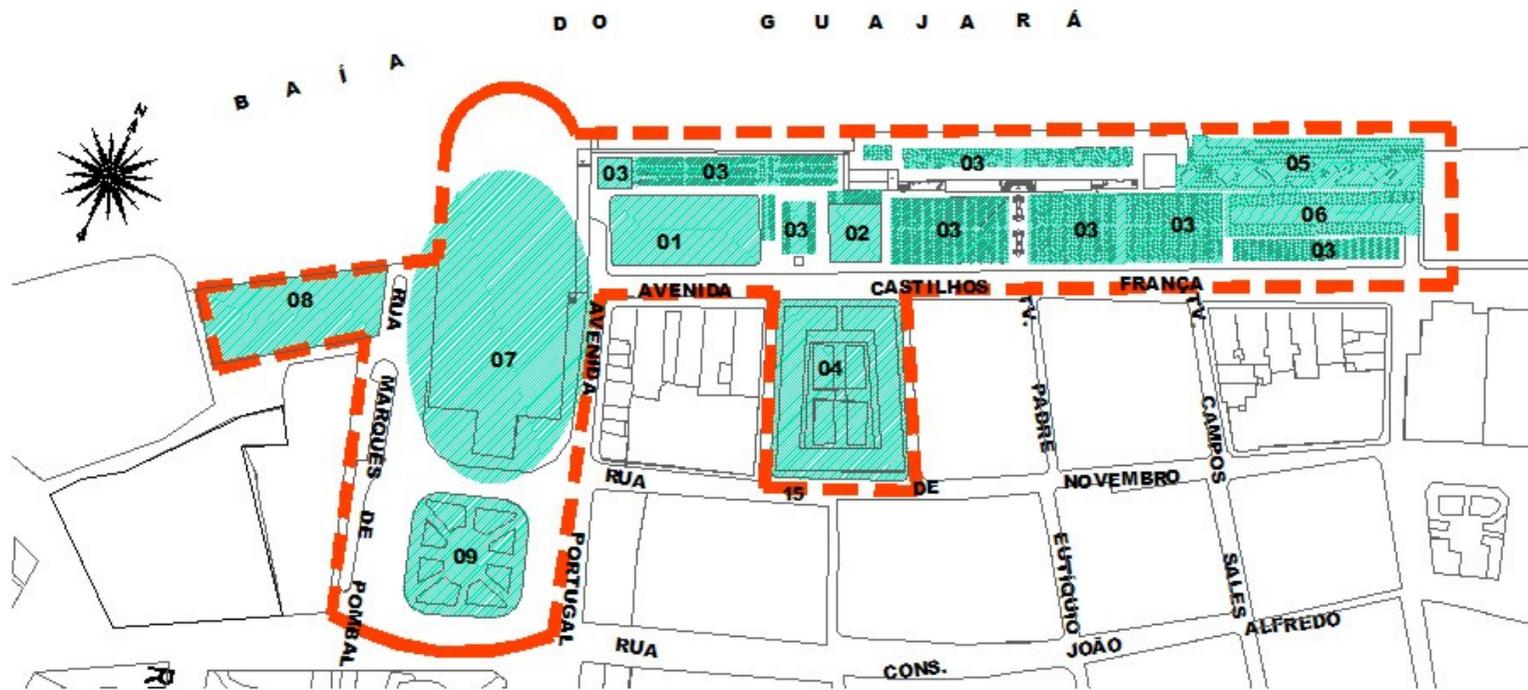


Figura 1 – Localização do Ver-o-Peso na área urbana de Belém e no perímetro do centro histórico.
 Autor: Maria Dorotéa de Lima, Ísis Ribeiro, 2007.



LEGENDA

01 - Mercado de Peixe

02 - Solar da Beira

03 - Feira do Ver-o-Peso

04 - Mercado de Carne

05 - Praça do Pescador

06 - Área de Estacionamento

07 - Docas

08 - Feira do Açáí

09 - Praça do Relógio

Complexo Ver-o-Peso

Elementos constituintes do Ver-o-Peso

Figura 2 Delimitação da área do Complexo Ver-o-Peso com seus elementos constituintes.
 Autor: Maria Dorotéa de Lima, Ísis Ribeiro 2007.



Figura 3 - Planta do Ver-o-Peso, com indicação dos setores. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

Em termos etnográficos o recorte foi estabelecido em função da dinâmica social, das redes de relações, do compartilhamento de atividades, experiências e códigos entre aqueles que trabalham no Ver-o-Peso, percebidos por mim na fase exploratória da pesquisa. Tais elementos reunidos levaram-me a considerar estes trabalhadores como um grupo social⁷.

Para melhor entendimento e visualização da espacialidade, bem como para a contextualização da área onde se concentram os trabalhadores do Ver-o-Peso, focalizados pela pesquisa, é importante esclarecer que o perímetro adotado para esse estudo além de inserido no “Centro Histórico de Belém – CHB”⁸ está contido no “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso”. Esta denominação, fundamentada em construções de intelectuais do IPHAN, corresponde ao recorte espacial com que o conjunto foi reconhecido como monumento nacional, em 1977, através do tombamento (Figura 4).

Contíguo a este conjunto, também tombado, está o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão”, formado pela praça de mesmo nome, Forte do Castelo, Igreja da Sé, Igreja de Santo Alexandre e Arcebispo (Museu de Arte Sacra), antigo Hospital Militar (Casa das Onze Janelas) e casario circundante (Figura 4 e Figura 5).

A área do Conjunto Ver-o-Peso tombado, extrapola a área selecionada e delimitada para fins desta pesquisa, que é a mesma do Complexo Ver-o-Peso, esta, diretamente vinculada ao espaço ocupado pelas práticas sociais e econômicas de caráter coletivo que ali se concentram (Figura 5).

⁷ Cf. Johnson (1997) grupo como um sistema social com interação regular entre os indivíduos que o compõem os quais apresentam identidade coletiva comum, com graus de pertencimento variáveis e que se reconhecem como tal.

⁸ Instituído e delimitado pela lei Municipal nº 7401, de 29 de janeiro de 1988.

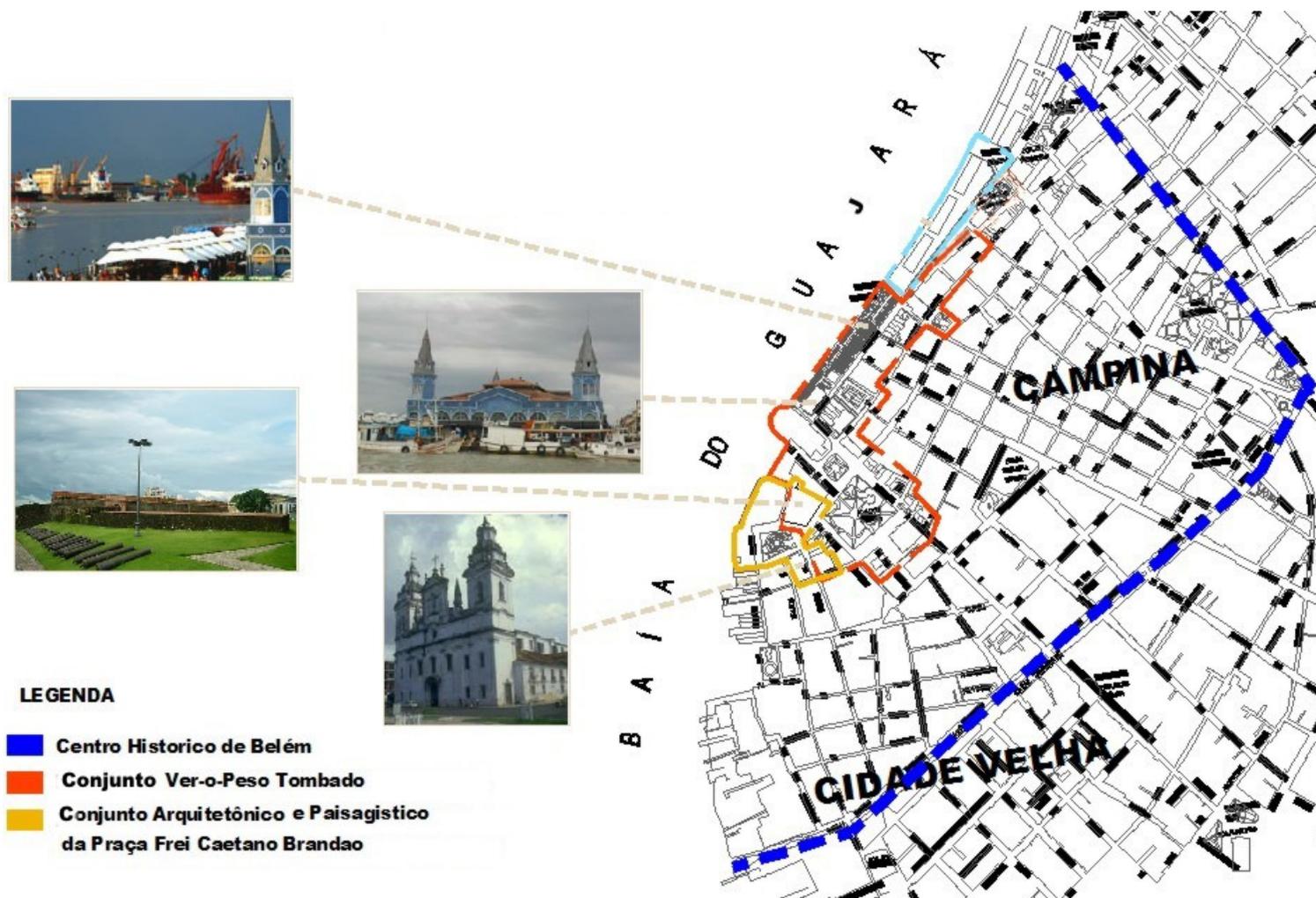


Figura 4 - O Conjunto Ver-o-Peso, tombado, contíguo ao Conjunto, também tombado, da Praça Frei Caetano Brandão (Feliz Luzitânia). Autor: Maria dorotéa de Lima, Ísis ribeiro, 2008.

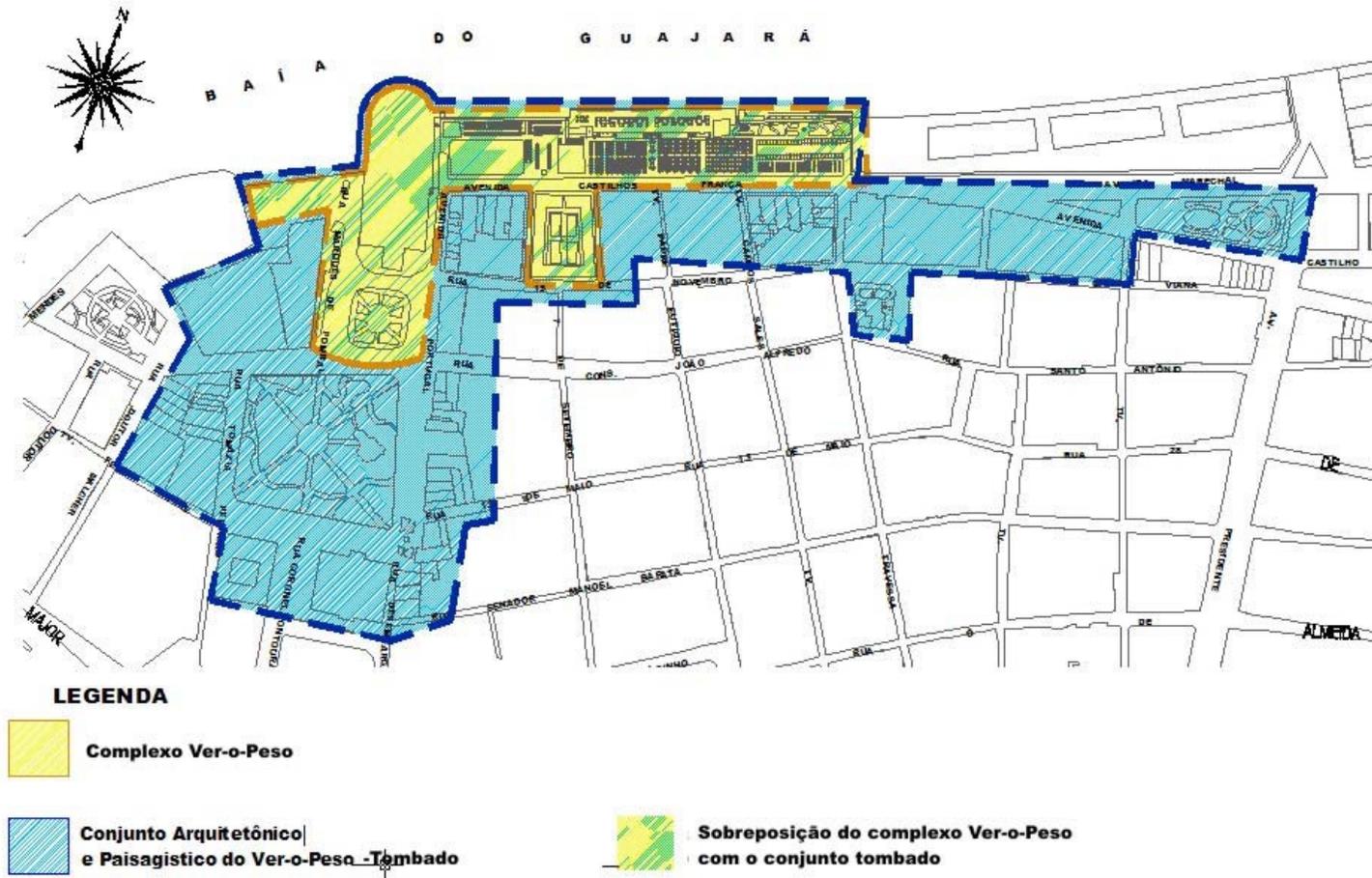


Figura 5 - Delimitação e sobreposição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, tombado, com o Complexo Ver-o-Peso onde se concentra a pesquisa. Autor: Maria Dorotéa de Lima, Ísis Ribeiro, 2008.

O Ver-o-Peso ou Complexo do Ver-o-Peso, como será designada a área da pesquisa neste trabalho, apesar da continuidade do tecido urbano é demarcado por suas práticas também no imaginário⁹ local: Seja pelas atividades da doca de embarcações, dos mercados e das feiras com suas movimentações características; seja pela tradição da feira, pela relação com o rio, pelas edificações antigas, pelas torres do mercado e das igrejas marcando a paisagem que se consolidou como o principal cartão-postal de Belém.

O parecer de Lygia Martins Costa (1974), museóloga e técnica do IPHAN, para o processo de tombamento do Ver-o-Peso ressalta que o conjunto:

Constitui-se de fato em elemento único na feição pitoresca, e é ao mesmo tempo centro vital da cidade e síntese do caráter arquitetônico e paisagístico que o século passado lhe imprimiu¹⁰.

Como se pode perceber os valores atribuídos ao Conjunto Ver-o-Peso no processo de tombamento foram fundamentados nos elementos arquitetônicos, paisagísticos e históricos. O texto destaca os edifícios monumentais, o casario, as praças e a malha urbana, ressaltando a concepção desse conjunto de forma associada ao processo histórico, visto de forma sincrônica, da cidade de Belém. Do ponto de vista da paisagem o documento ressalta a doca com sua movimentação, o colorido das velas e da população que comercia, mas também o casario que a envolve, as proporções do conjunto, a luminosidade sobre as fachadas da Rua Marquês de Pombal, as torres do Mercado de Peixe. (Figura 6, Figura 7, Figura 8 e Figura 9)

O olhar treinado da técnica do IPHAN captou essa paisagem marcante cuja gênese está presente nas descrições dos viajantes e cientistas que por aqui passaram no século XIX; cujos relatos, já se referem à rampa da *Ponta das Pedras* na embocadura do Piri, mas não apenas pela movimentação das canoas, senão pela frequência popular nesse local, descrevendo os tipos humanos e os costumes¹¹.

⁹ O imaginário como o conjunto das imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares, historicamente determináveis (COELHO, 2004, p.213).

¹⁰ Parecer de Lygia Martins Costa, de 27/03/1977, às fls. 40 do processo nº 0812 – T- 69 e em Costa (2002, p. 281-284).

¹¹ Cf. Spix e Martius (1962), Bates ([1876]/1979), Wallace ([1939]/ 1979), Agassiz (1975).



**Figura 6- Vista parcial, em vôo de pássaro, do Ver-o-Peso. Fonte: ALUNORTE (1995, p. 20-21).
Autor: Luiz Braga**

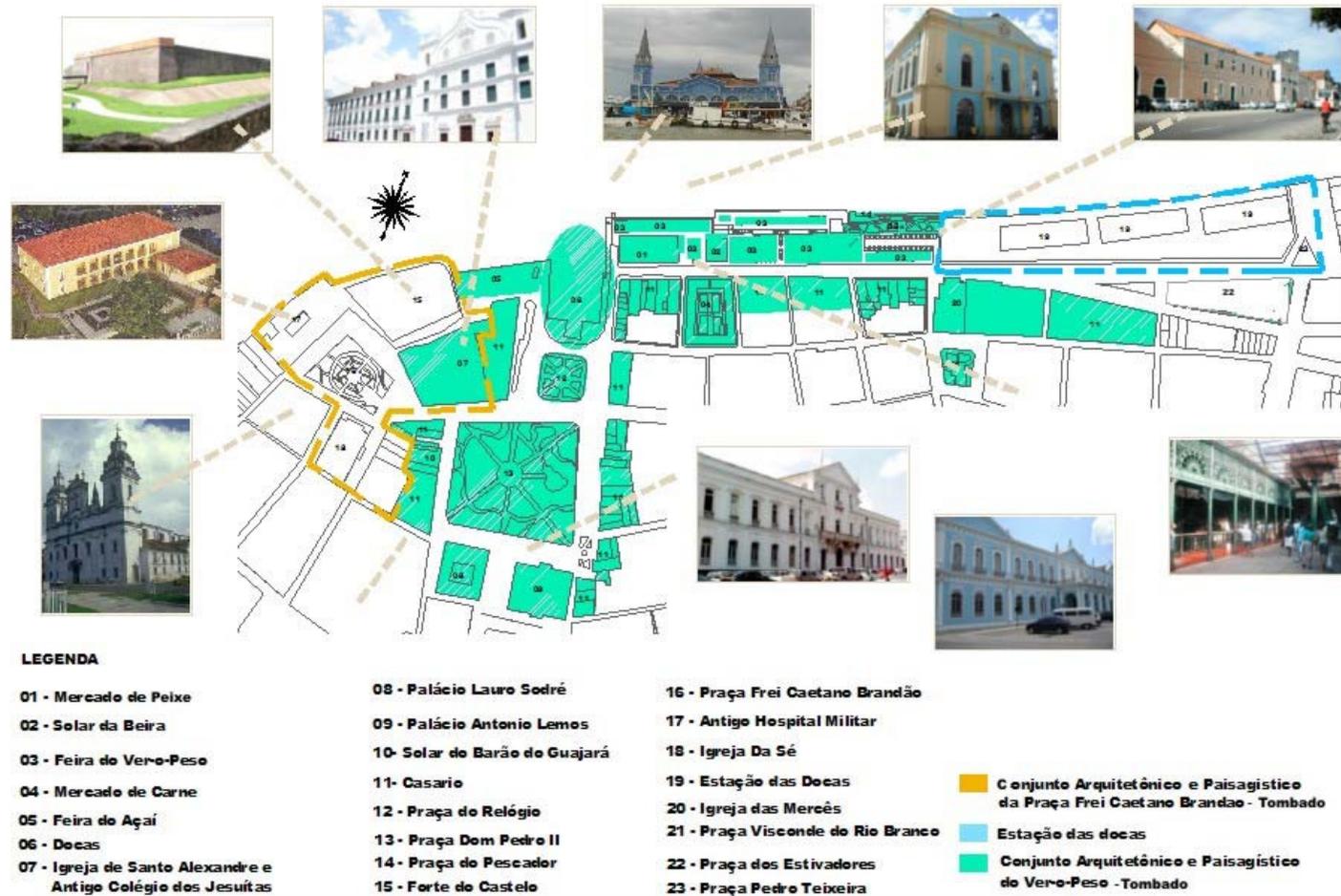


Figura 7 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso e Conjunto da Praça Frei Caetano Brandão tombados pelo IPHAN, com indicação de seus elementos arquitetônicos e urbanísticos. Autor: Maria Dorotéa de Lima; Ísis Ribeiro, 2008.



Figura 8 – Vista aérea do Ver-o-Peso.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photos/original/941421.jpg>, 2008



Figura 9 - Doca do Ver-o-Peso. Em cima, acervo IPHAN. Autor: Maria Regina Weissheimer, 2007. Embaixo, autor: Maria Dorotéa de Lima, 2006

1.2. O Ver-o-Peso em Capítulos

Nesta “Introdução”, apresento o problema, defino e delimito o objeto para fins da pesquisa associando-o ao espaço urbano que ocupa com suas práticas cotidianas de trabalho, remetendo a outros estudos com abordagem etnográfica do Ver-o-Peso. Apresento o desenvolvimento do texto, que se dá em três sessões, encerrando com algumas “Considerações finais”.

A segunda sessão, “Tecendo loas”, como já anuncia o título, pretende introduzir melhor o leitor na questão abordada, reunindo e entrelaçando informações sobre área onde se dá a pesquisa, aspectos teórico-conceituais que envolvem o patrimônio cultural, a relação e o papel desempenhado pelas feiras e mercados, desde suas origens, nas cidades. Assim, o Ver-o-Peso é situado histórica e geograficamente com relação à cidade de Belém. São apresentados alguns números e informações sobre a pesquisa e sobre os entrevistados para melhor compreensão do grupo social investigado, de suas subjetividades e da forma como se deu o trabalho de campo. Finalizando esta parte o Ver-o-Peso é relacionado ao seu entorno e à cidade a partir de outros olhares que, sob diferentes perspectivas analisam, de forma breve, as intervenções realizadas nos últimos anos nas áreas do centro histórico, incluindo o próprio Ver-o-Peso e as áreas situadas em suas extremidades, Estação das Docas e Praça Frei Caetano Brandão (Feliz Luzitânia). Também são comentadas algumas abordagens da imprensa.

Na sessão 3 – “Patrimônio cultural: Os discursos oficiais e o que se diz no Vero-Peso” faço, inicialmente, uma retrospectiva da representação do Ver-o-Peso como cartão-postal de Belém. Depois, os discursos oficiais do patrimônio cultural são abordados a partir de análises realizadas por Gonçalves (1996, 2002) e Alencar (2005) sobre falas de dirigentes do IPHAN e do Ministério da Cultura, como autoridades legalmente constituídas para explicar as políticas e os programas de governo na área cultural. Como contraponto a esses discursos oficiais destaco as interpretações de alguns feirantes do Ver-o-Peso sobre essa questão, formulando reflexões sobre como essas narrativas nacionais são recebidas e assimiladas por esses sujeitos indissociáveis do saber local e da cultura imanente à feira, cujo espaço físico é um monumento nacional, assim reconhecido desde 1977.

Na sessão 4 – “O Ver-o-Peso narrado por seus trabalhadores e trabalhadoras em versões”, identifico e interpreto, a partir das organizações sociais formais localizadas na

área do Ver-o-Peso, da experiência de campo e das entrevistas cotejadas com teorias antropológicas, alguns dos elementos que, considero, constituem o patrimônio cultural de seus trabalhadores, bem como as noções que os permeiam. Um patrimônio associado às práticas e experiências cotidianas compartilhadas, as quais são atribuídos significados e valor simbólico.

Nas “Considerações finais”, a partir dos resultados obtidos na investigação retomo as premissas iniciais e as questões formuladas ao longo desse trabalho destacando aspectos a partir dos quais são formuladas reflexões sobre a questão do patrimônio cultural, que segundo Gonçalves (2005) é um categoria de pensamento essencial a vida mental e social de qualquer grupo social.

2. TECENDO LOAS¹²

2.1. Conhecendo melhor o Ver-o-Peso

Fundada em 1616 sem heróis míticos, lendas ou expressivas figuras históricas, Belém foi “Um ato de clarividência política expresso em termos geográficos”, pois sua fundação significou um ato político de Portugal associando “visão política” e “senso geográfico” dentro de um processo estratégico de ocupação e penetração da Amazônia em caráter continental (MOREIRA, 1989, p. 13-17).

Foi no Rio Amazonas que Portugal realizou seu maior feito no sentido de penetração e ocupação de território conquistado, consolidado com a fundação de núcleos e cidades ao longo desse rio e de seus afluentes, cujo centro irradiador foi a cidade de Belém, que viria a ser o maior entreposto comercial dessa região (MOREIRA, 1989). Assim, em Belém circulavam os produtos extrativistas vindos do interior e destinados ao mercado local e internacional, bem como as mercadorias manufaturadas vindas da Europa para abastecer o comércio local e regional. É em torno dessa intensa movimentação e comercialização de produtos que vai surgir o Ver-o-Peso, na origem entreposto comercial e posto de arrecadação fiscal.

Marco fundador de Belém, o Forte do Castelo ou Forte do Presépio foi edificado em um plano elevado, localizado no encontro da Baía de Guajará com a embocadura do Igarapé do Piry, constituindo o núcleo a partir do qual surgiram as primeiras ruas e, conseqüentemente, os primeiros bairros da cidade - Cidade Velha e Campina. Na confluência desses dois bairros foi onde se implantou, no século XVII, o Ver-o-Peso, onde hoje se encontra a doca de embarcações. O igarapé teve a drenagem iniciada no final do século XIX, durante a administração do Conde D’Arcos, possibilitando o aterramento do local e a ligação desses dois bairros que até então ficavam separados por esse curso d’água (Figura 10).

Denominado “Ver-o-Peso”, segundo Ernesto Cruz (1999), ou “Casa de Haver-o-Peso”, segundo Baena (1969), lá eram pesadas as mercadorias embarcadas, taxadas pelo peso, e os impostos recolhidos para a Câmara de Belém:

¹² Cf. Aurélio (s/d, p. 847) Nos teatros portugueses e espanhol, prólogo de dramas e comédias destinada a envolver os telespectadores no clima da encenação.

[...] por ser conveniente ao serviço de V. Magte. para que se não embarquem sem despacho as drogas que saem daquela Conquista, e se concedeu aos Officiaes da Câmara da ditta Capitania o rendimento do dito Ver-o-Peso para os usos necessários della e bem público das Cidade (Provisão-Régia de 1688)¹³.

Extinto como posto fiscal o Ver-o-Peso se tornou um dos principais centros de abastecimento da cidade, além de um de seus pontos turísticos mais visitados. Localizado na área central e mais antiga de Belém, no centro histórico, tornou-se ícone da cidade e elemento identitário do paraense. Pode ser definido como uma grande feira ou como um grande mercado aberto, cujas atividades giram em torno dos vários elementos que o integram. Mas o Ver-o-Peso é, acima de tudo, um lugar de intensa vida social decorrente das atividades de comércio em torno da qual se verificam práticas cotidianas de trabalho e são tecidas complexas redes de relações sociais.

13 Cf. <http://www.ver-o-peso.fot.br/veropeso.htm>. Acessado em 26/07/06.

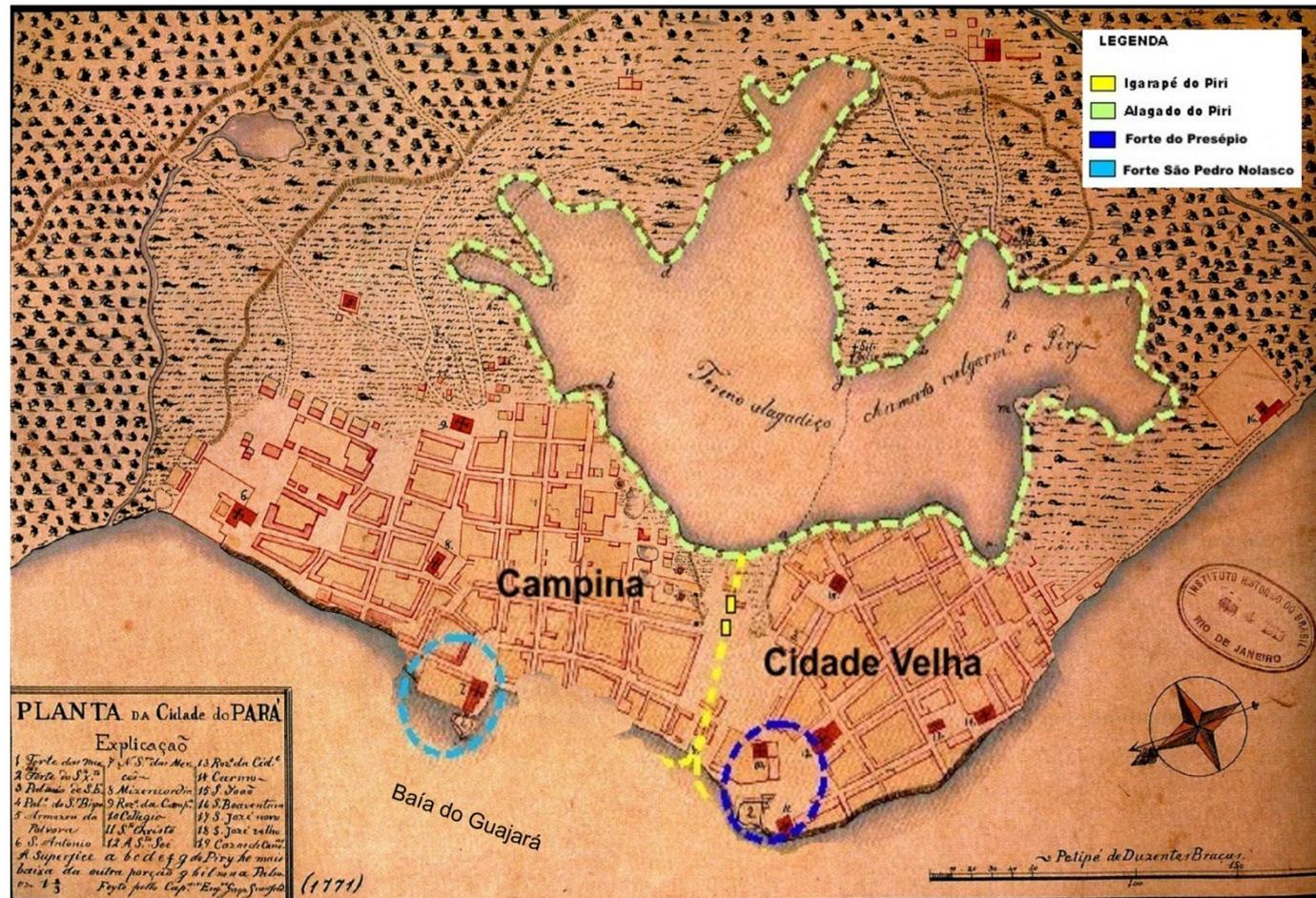


Figura 10 – Ilustração feita sobre “Planta da Cidade do Pará” de 1771 - Original do Capitão Engenheiro Gaspar Gronsfeld, do Acervo do IHGB, Rio de Janeiro. Fonte: ALUNORTE, 1995: p. 60

Administrado pela Secretaria de Economia – SECON da Prefeitura de Belém o Complexo Ver-o-Peso além das feiras e da doca de embarcações dispões de dois mercados municipais, um atualmente destinado à comercialização de carne vermelha, foi edificado no século XIX, como Mercado Municipal e denominado posteriormente Francisco Bolonha, mas hoje é também conhecido como Mercado de Carne. O outro que é destinado hoje a comercialização de peixe, crustáceos e mariscos, conhecido como Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro, foi edificado em 1901.

O Mercado de Carne foi construído entre 1860-1870. Publicação de 1886¹⁴ descreve este edifício referindo-se a balcões de mármore, calçadas internas de paralelepípedo de granito e a um chafariz no centro. Menciona também os produtos ali vendidos: peixe, carne, frutas, hortaliças, aves, legumes, farinha d'água, etc. Em 1965 o edifício já se mostrava insuficiente para abrigar o comércio ali existente, que extrapolava seus limites espalhando-se pelos passeios circundantes, atravancando-os (PENTEADO, 1968)¹⁵, (Figura 11 e Figura 12).

Em 1908, o Mercado de Carne foi reinaugurado após uma grande reforma cujo projeto, de autoria do engenheiro Domingos Acatauassú Nunes, consistiu no acréscimo de um segundo pavimento e pavilhões internos de ferro fundido decorados artisticamente, procedentes da companhia Mac Farlane, de Glasgow, na Escócia. Assume então o edifício colonial feição *art nouveau* em seu interior mantendo, porém, os elementos externos ao gosto neoclássico A obra foi executada pelo engenheiro Francisco Bolonha que hoje lhe dá o nome (SILVA, 1987), (Figura 13 e Figura 14)

14 PROVÍNCIA DO PARÁ. Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Belém: Diário de Notícias, 1886. 200 p., apud Penteado (1968).

15Cf. Penteado (1968) Antônio Rocha Penteado esteve pela primeira vez em Belém em 1948, na companhia de Pierre Gourou, Lúcio de Castro Soares e João Dias da Silveira, retornando em 1965 para realizar pesquisa sobre a cidade que resultou na publicação de “Belém – estudo de Geografia Urbana” (1968) e “O sistema portuário de Belém” (1973). Na primeira obra traça alguns paralelos entre a Belém de 1948 e a de 1965, recorrendo algumas vezes a artigo de Pierre Gourou “A Região de Belém” (1960).

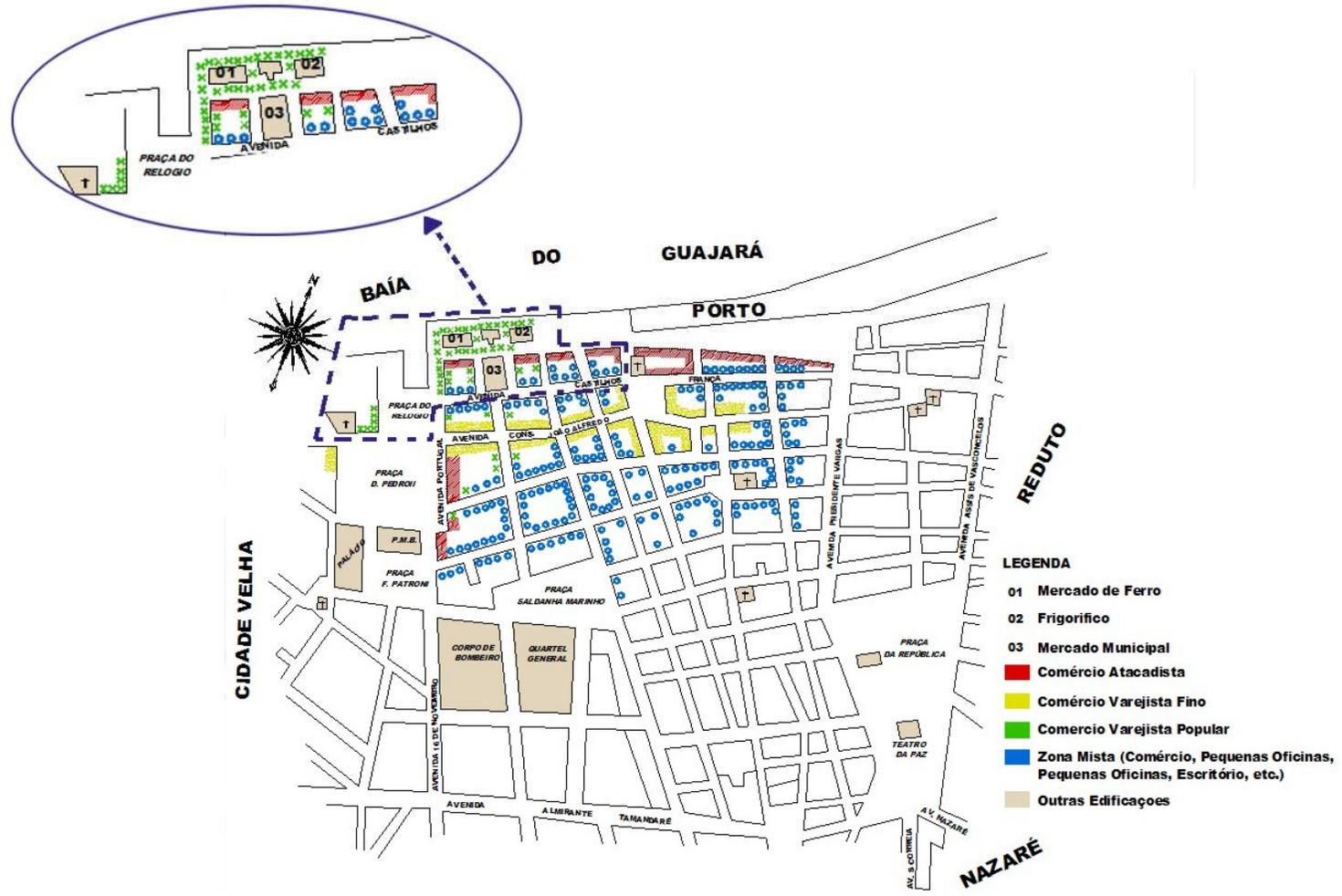


Figura 11- Ilustração elaborada a partir de “Mapa da área central de Belém e sua periferia” (1966), destacando o Ver-o-Peso. Fonte: Penteadó, 1968, v.2, Fig. 18. Autor: Maria Dorotéa de Lima, Ísis Ribeiro, (2008)



**Figura 12- Vendedores ambulantes na calçada do Mercado de Carne, 1965.
Fonte: Pentead, 1968, v.2., p. 243**

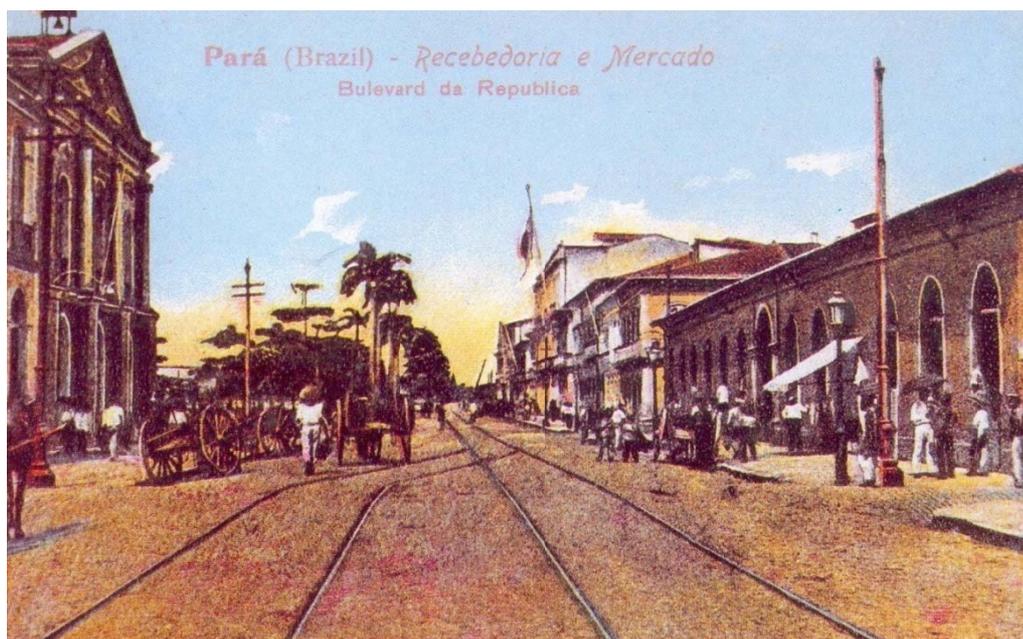


Figura 13- Mercado de Carne. O edifício, construído em 1867, antes da reforma de 1908 com um pavimento. O mercado já com a feição externa atual, de linhas neoclássicas. Fonte: Belém da Saudade, 1998, p.76, 77



**Figura 14-Interior do Mercado de Carne, aonde se pode ver a estrutura de ferro forjado do pavilhão introduzido no edifício na reforma realizada na primeira década do século XX. .
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007**

O Mercado de Peixe, também conhecido como Mercado de Ferro, foi inaugurado em 1901. Embora não se tenha identificado referências quanto à procedência do material de sua execução – ferro fundido perfilado, suas torres denotam uma possível procedência e gosto europeu da época (SILVA, 1987). Em virtude de sua posição e das quatro torres que lhe arrematam os cantos chanfrados esse edifício tornou-se marco referencial na paisagem urbana, contribuindo para consolidar a representação do Ver-o-Peso como “cartão postal de Belém”. Nos períodos de maré lançante¹⁶ o edifício dá impressão de flutuar sobre as águas da baía, imagem esta incorporada em muitas dessas representações do Ver-o-Peso produzidas por fotógrafos e pintores (Figura 15 e Figura 16).

¹⁶ Maré máxima do ano, quando ela atinge a cota de nível mais elevada do ano. Ocorre na região no mês de março, conhecido como “mês de águas grandes”

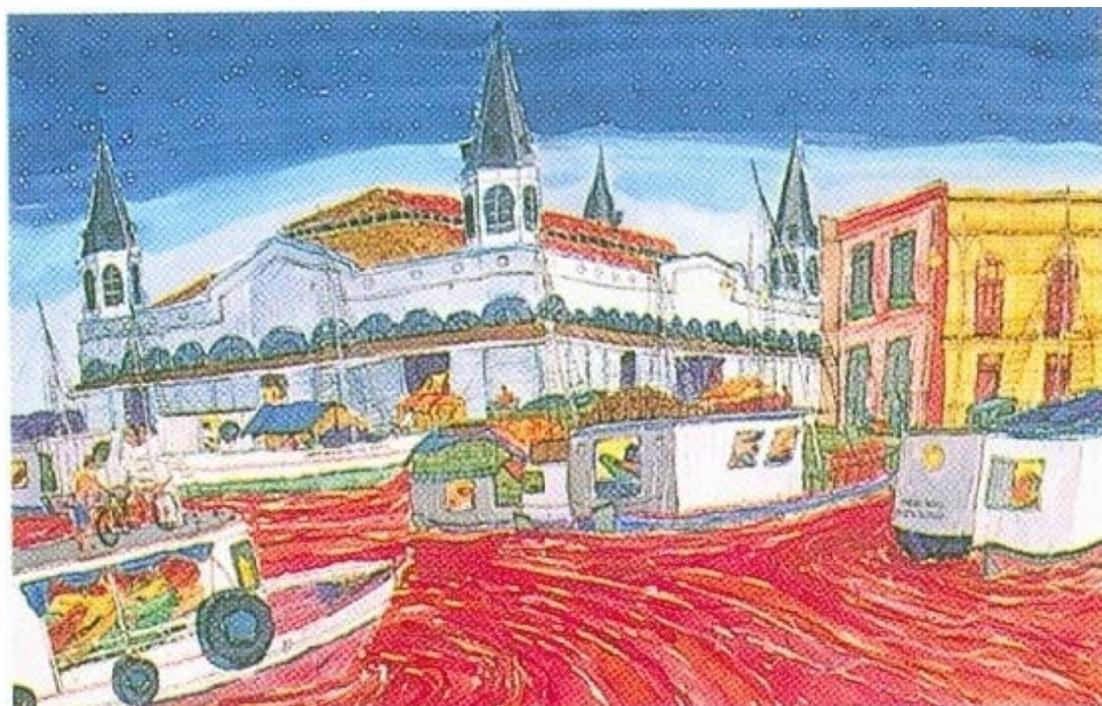


Figura 15- O Mercado de Peixe fotografado por Penteadó, em 1965, com a calçada tomada pela feira. Fonte: Penteadó, 1968, v.2, p. 243.

**“Maré cheia”, 1977, ROHIT, Antar. Serigrafia sobre papel, 66cm x96cm.
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém/MABE, 1999**



**Figura 16- Fachada e interior do Mercado de Peixe .
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

Em suas descrições do Ver-o-Peso, de 1965, Penteado (1968) menciona a movimentação intensa do comércio em volta das docas, o colorido e a diversidade das embarcações. Observa que a comercialização dos produtos a essa época já não se dá diretamente nas canoas e barcos, mas nos mercados. Apenas o comércio do pescado é tratado diretamente na doca.

Com relação aos mercados esse autor informa serem três os existentes nessa área de Belém: o ‘Municipal’, o ‘de Ferro’ e o ‘da Praia’. O primeiro destes é o que hoje conhecemos como Mercado de Carne ou Francisco Bolonha, que a essa época já abrigava os açougues. O Mercado de Ferro, segundo a descrição, ainda não concentrava a venda de peixes, mas de verduras, frutas, hortaliças e outros gêneros. O ‘mercado da Praia’ ficava “Situado ao ar livre, na faixa de cais limitada pelas águas da baía do Guajará e pelos edifícios do Mercado de Ferro, da Recebedoria e do Frigorífico”¹⁷ (PENTEADO, 1968, p. 246).

Prosseguindo na descrição do mercado da praia o autor faz inicialmente uma descrição deste em 1948, onde esclarece que era um espaço ocupado “permanentemente por uma feira” onde reinava “a mais completa desordem”, com as mercadorias que incluíam cestas de fibras, paneiros, louças e panelas baratas, farinha de mandioca espalhadas pelo chão; alguns produtos como verduras e legumes ficavam expostos em “tabuleiros toscos e improvisados”, além das “indefectíveis ervas da amazônia” usadas como remédio ou perfume, mas que também serviam para tirar o mau-olhado, atrair a sorte, arrumar namorado, etc., segundo comentário do autor “revelando um aspecto muito particular da alma da gente simples que habita a Amazônia” (PENTEADO, 1968, p. 246-247).

Em 1965, quando retorna a Belém, Penteado encontra o mercado da Praia transformado (Figura 17, Figura 18 e Figura 19), ali “reina a ordem”, as mercadorias já não ficam expostas no chão, datam deste período a introdução das primeiras barracas na feira, Segundo me informou o Zezinho¹⁸, foi a primeira grande intervenção oficial realizada na feira, durante o primeiro governo de Alacid Nunes, no período 1966/1971. Na descrição de Penteado, de 1965, o chamado mercado da praia dessa época era uma feira embrionária do

¹⁷ A Recebedoria referida pelo autor ficava no Solar da Beira e o frigorífico, que ficava na lateral deste, não existe mais.

¹⁸ José Lopes, nascido na cidade de Belém, em 1943, trabalha no Ver-o-Peso, no Setor das Ervas, há 46 anos, começou aos 18 anos com sua mãe, que tinha barraca na feira. Já trabalhava na feira na época dessa reforma e falou-me sobre esse período em conversa informal. Concluiu o Nível Médio.

Ver-o-Peso de hoje e, já se praticava a arrecadação diária de taxas, retomada hoje pelas associações e prestadores de serviço de segurança.

[...] “é mais uma Feira do que um Mercado, as barracas são fixas, todas de metal, uniformes, distribuídas em setores das frutas, de latarias e conservas, do feijão e da farinha, etc. Os que ali trabalham pagam uma taxa de cem cruzeiros diários por banca, além dos 5000 cruzeiros para adquirir o cartão de feirante e mais uma taxa anual de 2600 cruzeiros. Cada qual pagou à Prefeitura a sua banca (40.000, se a banca for de madeira e 72.000 cruzeiros, se de metal). Só o que não se alterou foi a variedade de artigos que são oferecidos à venda; nem faltam também os vidros de água-de-cheiro e as ervas da Amazônia [...]” (PENTEADO, 1968, p. 247)

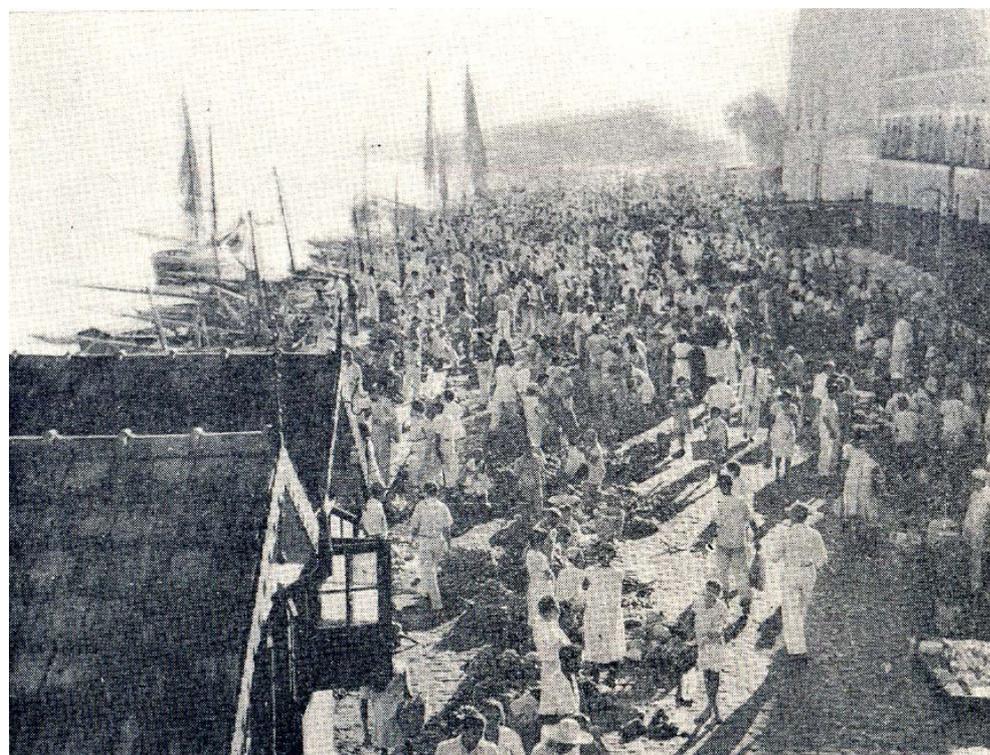
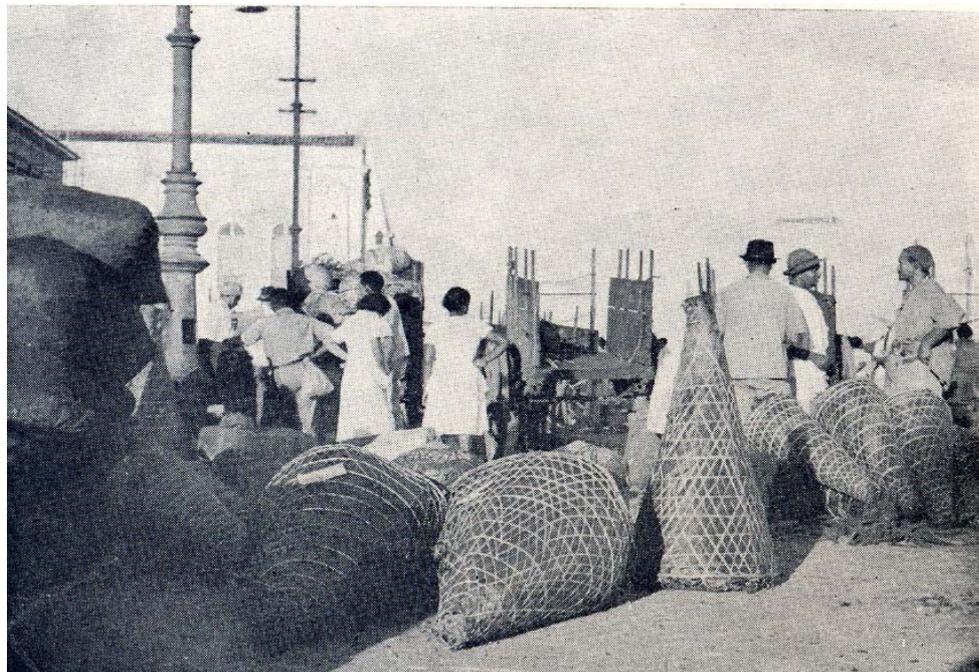


Figura 17 - Aspectos do mercado da Praia, como era conhecida a primeira feira, espontânea, que ficava na parte lateral e posterior do Mercado de Ferro, junto à Doca do Ver-o-Peso. (1948). Fonte: Penteado, 1968, v.2, p. 249, 251)



**Figura 18 - O mercado da Praia em 1968. Organizado com barracas, ocupava ainda o mesmo local que em 1948, na parte lateral e posterior do Mercado de Ferro, junto à Doca .
Fonte: Penteadó (1998, v.2, p. 251, 253).**



**Figura 19 - Vista do mercado da praia , em 1965, já organizado.
Em primeiro plano a “Banca da Cherosa”.
Fonte: Penteadó (1968, v.2, p. 253)**

Na década 1980 o Ver-o-Peso passa pela segunda grande reforma, realizada durante a gestão de Almir Gabriel na Prefeitura de Belém. A intervenção foi executada pela Secretaria Municipal de Urbanismo, que promoveu a reorganização do conjunto: Ampliação e reordenamento da feira com padronização das barraquinhas; implantação de infraestrutura; restauração dos dois mercados e do Solar da Beira; reconfiguração da Feira do Açaí com introdução de quiosques e desobstrução da Ladeira do Castelo (CAMPELO, 2000). É dessa época a plataforma elevada¹⁹ introduzida junto ao cais, sobre a qual foram construídos a “Praça do Velame” e o “Cafê Chic”²⁰.

O processo de mudanças e execução da obra nessa época foi “traumático e autoritário”, na avaliação de Dalci Cardoso da Silva, feirante do Setor de Industrializados, que trabalha na feira desde 1983 e integrava comissão de feirantes que defendia os direitos da categoria durante a intervenção.

Em meados da década de noventa já não era possível reconhecer os elementos implantados em 1985, tampouco identificar as barraquinhas. Recobertas por telhas de fibrocimento, lonas azuis e pedaços de compensado estas constituíam então grandes blocos compactos, com pouca altura e difícil circulação de ar em seu interior. Esse quadro se agravava no setor de alimentação onde, devido à intensa produção de calor dos fogões e a grande concentração de pessoas nas horas de pique, o ar se tornava rarefeito. Também as condições de saneamento básico inexistiam, inclusive no Setor de Frutas, como relatado por José Raimundo Pereira Carneiro, o Zé da Medalha, ao ser perguntado sobre a situação na feira antes da obra: “De primeiro era pegando sol, chuva ai. Era rato passando por cima do pé de freguês aqui. Agora não tem isso né. Melhorou bastante.” (Figura 20).

Também o Eduardo da Silva Santos, feirante do Setor de Farinha, quando perguntado se o projeto implantado atende bem a suas atividades, faz uma comparação com a situação anterior onde relata a presença de ratos e baratas no setor e a situação de insegurança:

19 A estruturação dessa plataforma de concreto armado formou uma galeria na parte inferior do cais, acessível apenas na maré baixa que se tornou esconderijo de assaltantes e desabrigados, ficando conhecida como toca do morcego. Nas fases de maior insegurança no Ver-o-Peso, quando eram muito freqüentes assaltos, principalmente aos turistas, os ladrões em fuga logo se jogavam na água escondendo-se na toca.

20 A Praça do Velame, inserida sobre a nova plataforma, consistia em espelho d’água com escultura do artista plástico Osmar Pinheiro Júnior. O Cafê Chique é uma construção nova introduzida entre o piso inferior e a plataforma que, à época da intervenção, abrigou um café, no período de maior decadência havia nesse local uma boate que, segundo trabalhadores da feira era um foco de prostituição e tráfico de drogas. Hoje o Cafê Chic e a Praça do Velame não existem mais, manteve-se a plataforma vedando-se o acesso à toca do morcego e instalando no local o Setor de Bares.

Melhorou muito, porque antes dessa feira aqui, era complicado de trabalhar aqui. Era barracas de madeira, muito atrativo pra baratas e ratos desse tipo, que é complicado até pro nosso ramo de trabalho, pro nosso produto, e a uma hora dessas, digamos, são 2 e 53 da tarde, eu já não estava mais aqui. Eu já tinha fechado e ido embora, porque era perigoso ficar aqui até tarde, era muito perigoso. Hoje não, é uma nova feira, o pessoal fica até mais tarde aqui vendendo, chega a ficar até 18 horas aqui (Eduardo da Silva Santos, jan./2007).

Dona Lucineide do Setor Industrializado também descreve a situação anterior, fala que o Ver-o-Peso favelizou com tantos remendos e improvisações, mas principalmente pela ausência da prefeitura nas ações de manutenção e fiscalização da feira.

[...] Essa revitalização de 80, em seguida virou uma favela, porque as pessoas colocavam o plástico da cor que queriam, do jeito que queriam, metiam telha brasilit, enfim, papelão, era uma verdadeira favela. Ai se formou uma coisa muito feia mesmo. Feio porque não existe a fiscalização da prefeitura pra o que está acontecendo de ruim na feira, pra eles darem manutenção “olhe, eu não quero que vocês coloquem plásticos, papelão, ou qualquer coisa parecida que vai descaracterizar o projeto”, mas não, não houve essa preocupação da prefeitura, ai virou uma favela. É horrível (Lucineide das Chagas Aragão, jan./2007).



**Figura 20 – Imagens do Ver-o-Peso da década de 1990. Antes da última grande intervenção.:
Acervo IPHAN. Autor: João Velozo, s/d.**

Posteriormente, entre 1999 e 2004, o Ver-o-Peso passou pela terceira grande intervenção, realizada na administração do Prefeito Edmilson Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores - PT. Em consonância com o ideário democrático deste partido político o projeto foi desenvolvido e executado de forma participativa e com foco na valorização das práticas cotidianas e da cultura local, mas também visando promover o Ver-o-Peso em nível nacional e internacional com fins turísticos.²¹ Há controvérsias sobre a participação de todos nas soluções implementadas nessa época, provenientes dos setores que ficaram para o final, como o de Polpa de Frutas e os que não foram atendidos, como os feirantes atacadistas da Feira do Açaí que ficavam anteriormente na área onde foi construída a Praça do Pescador.

Ficava aqui.... Não. Ficava lá na Praça do Pescador. Ai eles remanejaram a gente pra cá com intuito de volta com a gente pra lá, eles nós enganaram e nós ficamos aqui. Daqui eles queriam jogar nós pro Tucunduba. Até que nós brigamos, brigamos, lutamos e ficamos aqui. [...] Inclusive pra entrar essas barraca o Dr. Marco Aurelio²² veio aqui, me chamou e chamou o diretor da SECON. Ele veio pra olhar como era as nossas barracas porque a tendência do Ministério Publico era tirar nós daqui da Feira do Açaí. Por muito nós debater, brigar e lutar, porque sem luta não há vitória. Por muito nós lutar nós conseguimos nosso equipamento maravilhoso que hoje tá aqui (Marcos AntônioPinheiro da Silva, Feira do Açaí, jan./2007)

Não, não foi discutido tamanho, as necessidades de cada um, pelo contrário, tanto é que a fiscalização da saúde teve aqui e achou que nós deveríamos ter banca, balcão refrigerado, faltou isso, faltou aquilo, e a própria fiscalização deveria saber primeiro que a gente trabalha com alimento e que era preciso (Neuza, jan./2007).

Por outro lado, para Antônio Lobato Soares, o Trindade, do Setor de Maniva, essa intervenção foi um grande momento para os trabalhadores do Ver-o-Peso os quais participaram ativamente das discussões e do acompanhamento da obra:

[...] nos fomos fiscais da obra e dos produtos que era empregados aqui no Ver-o-Peso. E naquela época [da obra do Almir Gabriel] nem entrar nós não poderíamos entrar, nem falar com o engenheiro, fomos colocados pra fora, e se chegasse aqui querendo ver.... [...] nós assumimos nessa administração passada, nós fomos fiscais da nossa própria obras (Trindade, Setor de Maniva, jan./2007).

²¹ Cf. Campelo (2000) o projeto da administração de Edmilson Rodrigues para o Ver-o-Peso incluía também o encaminhamento da candidatura do Ver-o-Peso a patrimônio mundial. Ressalto, porém que até hoje o documento não foi encaminhado de fato, pois o dossiê da candidatura ainda não foi concluído pelo município, após alterações da propositura inicial.

²² Procurador do Ministério Público Estadual que vem atuando junto aos órgãos públicos para resolver alguns problemas no Ver-o-Peso

Mesmo Manuel Rendeiro, o Didi²³, que se afastou do grupo do Condomínio Participativo²⁴ para apoiar a candidatura do atual prefeito Duciomar Costa, reconhece a contribuição dada pelo governo anterior no processo de organização dos trabalhadores do Ver-o-Peso:

[...] Nós aprendemos com o Governo passado como nós deveríamos reivindicar. Foi uma escola, o governo passado foi uma escola pra gente aprender ir pra cima, lutar, manter o dialogo, lutar e depois alcançar os seus objetivos eu tenho que no governo passado, Orçamento Participativo, o Condomínio Participativo, todos esses...[...] (Manuel Rendeiro, SECON, jan./2007).

Em cumprimento a um compromisso de campanha Edmílson Rodrigues, em 1998, passados treze anos da intervenção de 1985, contratou pela Prefeitura o projeto de “Restauração dos edifícios do complexo do Ver o Peso revitalização e melhorias urbanísticas das áreas contíguas”, selecionado por meio de concurso nacional, cujo vencedor foi o escritório “Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo” do Rio de Janeiro (Figura 21).

²³ Manuel Rendeiro, o Didi, na época da pesquisa estava respondendo pelo Departamento de Feiras e Mercado da SECON. Não está mais neste cargo, mas continua como assessor do gabinete do Prefeito. É feirante do Setor de Hortifrutigranjeiros, onde tem uma barraca, mas no momento está afastado dessa atividade.

²⁴ Segundo o Decreto nº 39.326/2001-PMB, a gestão do Complexo se dará de forma compartilhada por município e trabalhadores do Ver-o-Peso, reunidos no Condomínio Participativo, de caráter consultivo. Representando o município e coordenados pela SECON estariam representantes de várias instituições municipais com ação no complexo, os quais, de acordo com, esse regulamento, ficariam deslocados para exercerem suas atividades permanentemente no próprio Ver-o-Peso. Os trabalhadores teriam um representante por cada setor, mais taxistas e representante do estacionamento.

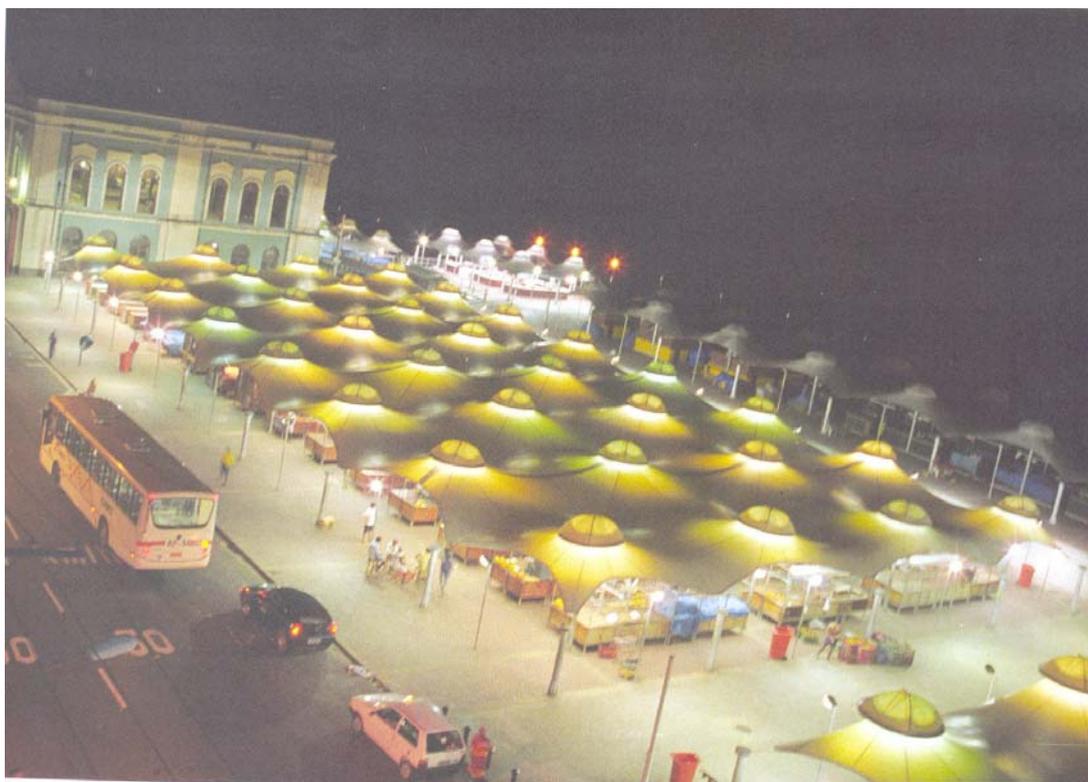


Figura 21– Vista parcial do Ver-o-Peso. Acervo IPHAN, Set/2007. Autor: José Aguilera. Imagem noturna parcial do Ver-o-Peso logo após a inauguração. Fonte: Revista AU, abril/2004, p. 52.

Às margens da Baía do Guajará a agitação na Doca do Ver-o-Peso se manteve intensa ao longo dos anos ainda que, como mencionado por Nassar (2001) não se veja mais cenas como a que impressionou o casal Agassiz (1975) - índios acompanhados de mulher e filhos em canoas atracadas na entrada do Piry, com redes e demais apetrechos domésticos, quando vinham vender seus produtos em Belém. Mas a Doca continua recebendo diariamente embarcações provenientes das ilhas vizinhas e de diversos locais do próprio estado do Pará e dos estados do Amapá e Amazonas, transportando artesanato, pescado, frutas diversas e outros produtos agrícolas e extrativistas para comerciar na cidade de Belém (Figura 22, Figura 23 e Figura 24).

A venda dessas mercadorias que anteriormente era feita numa relação direta com o consumidor que adquiria os produtos nas embarcações, hoje já quase não acontece, como relatado por Dona Cassilda Veloso, conhecida como Laura²⁵, ao comparar o Ver-o-Peso de hoje com o de 1962, época em que, ela e o marido adquiriram a Casa Laura:

Tinha uma grade de madeira na beira do rio, as canoas encostavam e fazíamos as compras ali. Não tinha atravessador. Você comprava um cacho de pupunha, um paneiro de farinha, um cacho de banana, mandioca. Era só aquele gradeado e você comprava lá (Cassilda Veloso, lojista, Mercado de Carne, jan./2007).

[...] Hoje essa venda é feita nas barracas, que vendem tanto no atacado como no varejo, abastecendo muitos pontos comerciais de Belém, inclusive outras feiras, mercadinhos e mercearias, mas também as próprias barracas das feiras e mercados ali existentes. À exceção nesse sentido é no comércio do açaí e do pescado onde o produto é negociado, na Feira do Açaí, diretamente com distribuidores desse produto na cidade de Belém e imediações (Cassilda Veloso, lojista, Mercado de Carne, jan./2007).

25 Cassilda Veloso, conhecida no Ver-o-Peso como Laura, nasceu na cidade de Belém. É proprietária da Casa Laura, que fica numa das lojas externas do Mercado de Carne, que adquiriu com o marido em 1962.

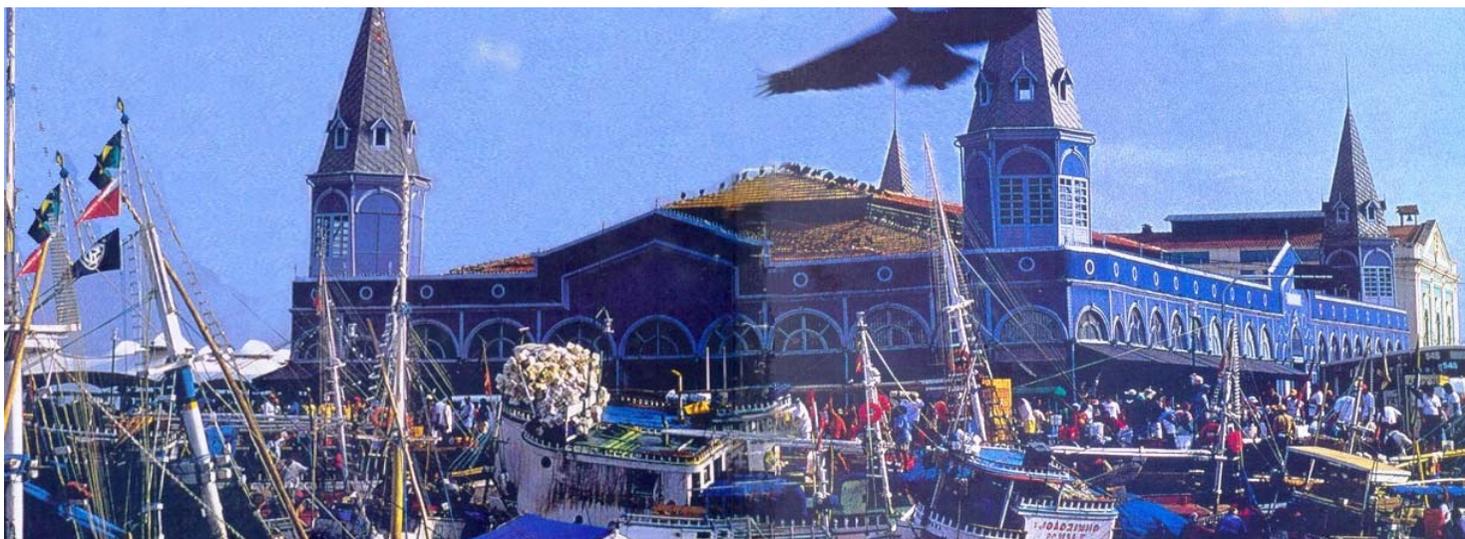
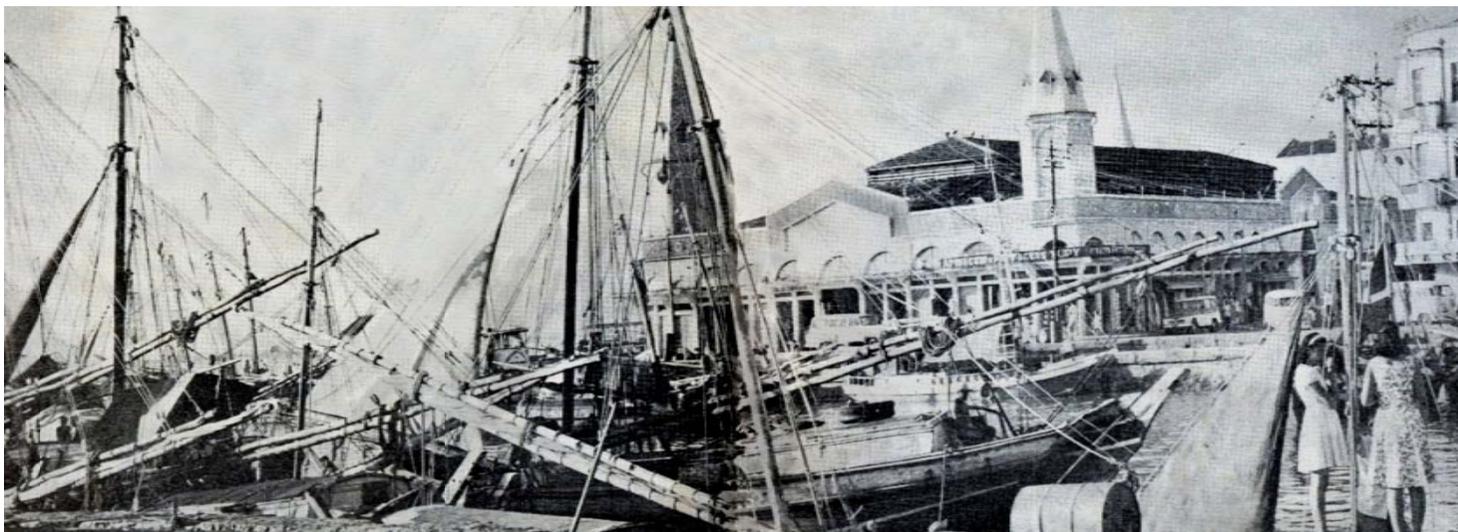


Figura 22- Doca do Ver-o-Peso, antiga embocadura do igarapé do Piry, em 1965. Fonte: Pentead, 1968, p. 238-239. E em 2006, 41 anos depois. Fonte: Super Interessante, edição 227, junho/2006. Autor: Mauricio de Paiva



Figura 23 - Vistas da Doca, Acervo IPHAN. Autor Regina Weissheimer, 2007. E em 1948, no mesmo ângulo. Fonte: Penteadó, 1968, p. 240.



Figura 24 - Aspectos da Doca e embarcações do Ver-o-Peso e um grupo de rapazes, tripulantes.
Fonte: Menezes, [1959]/1993, p. 199.

Devido à movimentação ininterrupta por 24 horas, à fartura de alimentos e também a facilidade de ganhar algum trocado, no Ver-o-Peso se concentram muitas pessoas na condição de moradores de rua, desempregados, dependentes químicos, inclusive menores de idade. Esse fato acaba gerando muitas vezes relações tensas e conflituosas entre esses grupos de pessoas marginalizadas socialmente e os trabalhadores da feira, pois estes consideram que aqueles são responsáveis por muitas brigas e confusões que acontecem ali, bem como pelos pequenos furtos que afastam a freguesia e estigmatizam o Ver-o-Peso como um lugar perigoso.

Pra nós a parte de organização que agora não tem mais. O pessoal da prefeitura que antes ficavam revirando por aqui. Eles não deixavam, por exemplo, os pessoal ficar sentado por ali, eles passavam e diziam “vombora andar! vombora andar!”. Os papudinho que ficam por ali, todo tempo eles estavam em cima mandando andar. Agora não, tá tudo correndo solto por ai. É briga é confusão, de vez em quando a gente ta vendo por ai. Ai a gente chama a policia e quando ele chegam por aqui já passou a confusão (José Serrão, Setor de Farinha, jan./2007).

[...] o que precisamos aqui e de alguém que tenha iniciativa de tirar os meninos da rua as pessoas desocupadas que passam o dia bebendo e perturbam a venda da gente, às vezes chega o elemento pedindo para os fregueses importunando e muitos não gostam acham ruim e isso traz um mal estar pra nos que estamos vendendo, não e só pra mim é para todo mundo que trabalha vendendo (Helito, Setor de Refeição, jan./2007).

Mercado aberto localizado a beira do rio, ou melhor, da Baía de Guajará, o Ver-o-Peso associa características das cidades ribeirinhas amazônicas às condições de uma cidade grande. Assim, a chegada e saída de pessoas, produtos naturais e mercadorias com as relações de trocas que lhes são iminentes ocorrem lado a lado com situações de violência, trânsito intenso, interações com a mídia, publicidade e fluxos turísticos. Mas o Ver-o-Peso é, sobretudo, um lugar de intensa vida social decorrente das práticas cotidianas de trabalho em torno das quais são tecidas complexas redes de relações sociais, públicas e privadas, comerciais e familiares.

No que se refere à violência, embora esta seja uma realidade do Ver-o-Peso que muitas vezes envolve os próprios trabalhadores e familiares, não é exclusiva desta área da cidade. É inerente as próprias relações sociais e esta presente em toda a cidade em maior ou menor intensidade, como um reflexo das sociedades desiguais, cujas representações expressam essas diferenças (VELHO, 2004).

Em decorrência de sua localização, do crescimento da população e da grande concentração e circulação de pessoas a oferta de produtos e a quantidade de pontos

comerciais foi se ampliando no Ver-o-Peso, que foi então aos poucos se expandindo ao longo da Baía de Guajará. Hoje, além de ser um dos principais centros de abastecimento de Belém, está inserido na principal e maior área comercial da cidade, freqüentada principalmente pela população de menor poder aquisitivo. Há alguns anos atrás, mais precisamente, antes da construção dos dois grandes *shoppings centers* existentes na cidade²⁶ esse era o principal centro de comércio e serviços para todas as camadas sociais onde se encontravam, principalmente, na Rua 15 de Novembro, agências das principais instituições bancárias e muitos edifícios de escritórios e prestadores de serviço (PENTEADO, 1968).

Embora ainda muito movimentado, alguns dos principais logradouros do Comércio²⁷ encontram-se ocupados de forma desordenada por ambulantes²⁸. Essa proximidade com o centro comercial associada a presença de diversas instituições públicas na vizinhança e a própria dinâmica do Ver-o-Peso resultam em intensa circulação de veículos, sobretudo ônibus, nessa área. Associe-se a isto o fato de que tanto no Ver-o-Peso, como na Cidade Velha há terminais fluviais particulares aonde chegam e saem diariamente embarcações trazendo e levando pessoas que trabalham em Belém e moram nas ilhas vizinhas e vice-versa. Desagradável pelo barulho, poluição sonora e congestionamentos essa concentração de ônibus nas Avenidas Portugal e Castilho França é bem vista pelos trabalhadores do Ver-o-Peso de modo geral, que a consideram essencial não apenas para o deslocamento próprio, mas também da freguesia:

[...] como a agente trabalha aqui de venda, de uma certa forma o trânsito tendo aqui na frente até ajuda com que as pessoas venham logo para cá, né? Se fosse mais longe aí já não vinha, por que tem pessoas que chega no Ver-o-Peso o ônibus pára aí talvez ele nem tem interesse de vim aqui mas como eles pararam aqui na frente aí ah eu vou dar uma volta no Ver-o-Peso aí chega na barraca da gente ver alguma coisa que interessa e compra, certo? (Roni Rocha, jan./2006).

Trindade, que é representante do Setor de Maniva, ao ser questionado sobre o trânsito na Av. Castilhos França foi enfático: “se não tiver o trânsito por aqui morre o Ver-o-Peso”. Entretanto, é possível e necessário pensar em mudanças para o sistema de transporte para essa área, adotando-se alternativas que atendam bem ao usuário e reduzam o transtorno na Av. Castilho França (Figura 25).

26 Iguatemi e Castanheira, construídos na década de 90.

27 Av. João Alfredo, Rua Santo Antônio, Av. 15 de Novembro, Av. Castilho França e transversais, Praça Visconde do Rio Branco (Largo das Mercês).

28 Pesquisa realizada pela SECON/Prefeitura de Belém entre 2006/2007 no Centro Histórico de Belém e entorno contabilizou 1869 ambulantes nessa área.

Em seguida, apresento algumas informações sobre a forma como se deu a pesquisa e também alguns dados sobre os entrevistados, no intuito de que associando-se estes aos conhecimentos sobre do Ver-o-Peso o leitor possa melhor contextualizar a pesquisa com relação à cidade e aos trabalhadores, sobre cuja dinâmica social incide o foco da pesquisa.



Figura 25– “Rush” matinal no Ver-o-Peso. Fonte: Super Interessante, edição 227, junho/2006. Autor: Maurício de Paiva

2.2. Alguns números e informações sobre a pesquisa

Para apreender as noções que os trabalhadores do Ver-o-Peso possam ter sobre patrimônio cultural, trabalhei com relatos etnográficos obtidos por meio de entrevistas formais e informais e com a observação participante. O campo foi realizado em quatro etapas sistemáticas, sendo as três primeiras durante a fase exploratória: Na primeira, em julho/2005, fiz alguns percursos pela área; na segunda, em janeiro/2006, estabeleci os primeiros contatos diretos e gravei as seis primeiras entrevistas; na terceira, em julho/2006, fiz novo percurso e mais uma entrevista. Na quarta etapa, mais longa, em janeiro de 2007, freqüentei o Ver-o-Peso por 20 dias, quando realizei 105 entrevistas formais com uma média de 5,3 entrevistas/dia, mais 13 entrevistas informais.

Durante todo o campo realizei um total de 113 entrevistas, sendo que duas pessoas foram entrevistadas duas vezes em etapas distintas - Deuza²⁹ e Trindade, os quais ficaram computados como entrevistados apenas uma vez, mas com duas entrevistas cada um. (Tabela 1) As entrevistas com Rony e Elias da Associação dos Guardadores e Lavadores de Carro de Belém - AGLCB, Alan Kardec e Rivair Negrão da Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso, Valdenor e Claudionor Lobato da Feira do Açaí, José Maria de Almeida Campos e Nestor Galúcio, do Mercado de Carne foram realizadas em dupla, mas para efeito de sistematização foram computadas separadamente, com o tempo computado apenas em uma delas.

Nas entrevistas estão incluídos depoimentos dos técnicos da SECON/PMB responsáveis pela Administração das duas feiras (Feira do Açaí e Feira do Ver-o-Peso), dos dois mercados (Mercado de Peixe e Mercado de Carne), do diretor do Departamento de Feiras e Mercados/SECON, de representantes da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Além, das entrevistas realizadas com representantes da “Associação dos Lavadores e Reparadores de Carro de Belém” – ALRCB, da “Associação dos Feirantes do Setor de Hortifrutigranjeiros do Ver-o-Peso” – AFHVP e da “Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso”³⁰.

Os dados aqui apresentados podem situar melhor o leitor com relação aos entrevistados e suas subjetividades, pois nesse sentido foram importantes nas interpretações que faço de suas falas, associadas às minhas observações de campo.

29 Deuzarina da Silva Correia, conhecida no Ver-o-Peso como Deuza, trabalha na feira, no Setor de Ervas. É presidente da Associação dos Erveiros e Erveiras do Ver-o-Peso – Ver-as-Ervas e eleita representante do setor para o Condomínio Participativo, que está sendo reativado.

30 A presidente da Associação Ver-as-Ervas, a Deuza, que foi computada como feirante do Setor de Ervas, pois continua exercendo essa atividade.

TABELA 1 – RELAÇÃO ENTREVISTAS/ ENTREVISTADOS

PESQUISA	ENTREVISTAS	ENTREVISTADOS	OBSERVAÇÕES
Janeiro/2006	6	6	Algumas entrevistas foram concedidas em dupla e desdobradas depois para sistematização. Duas pessoas foram entrevistas duas vezes, durante as três fases de campo, portanto na relação de entrevistados foram computados apenas uma vez.
Julho/2006	1	1	
Janeiro/2007	106	104	
TOTAL	113	111	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a distribuição espacial das atividades no Ver-o-Peso pode-se dividi-lo em três grandes áreas: Feira do Açaí, Doca e Pedra do Peixe, Feira do Ver-o-Peso, além dos mercados do Peixe e da Carne. Foi a partir desta distribuição e, principalmente, das atividades que se desenvolvem em cada uma delas que se deu a pesquisa. Procurei identificar e ouvir, em cada uma dessas grandes áreas do Ver-o-Peso, categorias de trabalhadores que encontrei desempenhando alguma atividade profissional, podendo estar as mesmas direta ou indiretamente vinculadas a especificidade da área, ou até mesmo não apresentar nenhum vínculo com esta, como é o caso das manicures e do cabeleireiro. Colhi depoimentos também de freqüentadores do complexo que costumam fazer refeições, passear ou comprar no Ver-o-Peso, alguns dos quais não estão computados nessas tabelas.

A Tabela 2 apresenta o número de pessoas entrevistadas em cada um dos setores do Ver-o-Peso, os ambulantes ficaram vinculados ao local onde foram encontrados, por exemplo, os vendedores de sacolas e de cheiro verde ficaram vinculados ao Mercado de Peixe. No caso das entrevistas realizadas com representantes da Guarda Municipal, Polícia Militar, Associação dos Hortifrutigranjeiro do Ver-o-Peso e Associação dos Guardadores e Lavadores de Carro de Belém estas aparecem nas tabelas como setores. De acordo com essa tabela o maior número de pessoas por mim entrevistadas está concentrado no Setor de Ervas, com 27,03%, seguido do Setor de Refeição, Mercado de Peixe e Feira do Açaí, cada um

destes com 7,21% e depois pelo Mercado de Carne e Prefeitura com 5,41% cada e depois pelo Setor de Industrializados com 4,50%, perfazendo 61,98% do total de entrevistados. Os restantes 38,02% estão distribuídos pelos demais setores relacionados na tabela.

Encontrei no campo uma situação excepcional até então com relação ao Ver-o-Peso: Feirantes assumindo cargos executivos e de administração na SECON, com atuação no Ver-o-Peso. Aproveitei a oportunidade para também saber como os trabalhadores da feira estavam avaliando essa mudança que, aliás, não perdurou, pois logo depois que acabei o campo fui informada de que houve mudanças nesse sentido. Assim, embora ainda ocupando cargos na Prefeitura Manoel Rendeiro, o Didi³¹, e Mário Lima³² não estão mais ligados diretamente à feira. A experiência gerou expectativas e frustrações e dividiu opiniões.

³¹ Manuel Rendeiro, o Didi, na época da pesquisa estava respondendo pelo Departamento de Feiras e Mercado da SECON. Não está mais neste cargo, mas continua como assessor do gabinete do Prefeito. É feirante do Setor de Hortifrutigranjeiros, onde tem uma barraca, mas no momento está afastado dessa atividade.

³² Mário Lima é feirante do Setor de Hortifrutigranjeiro, mas está afastado. Formado em Economia, na época da pesquisa estava na função de administrador da área da Feira do Ver-o-Peso, pela SECON, mas alguns meses depois da entrevista foi exonerado, mas continua na SECON.

TABELA 2 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR SETOR 2006/2007

ITEM	SETOR	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	Artesanato	2	1,80
2	Ass. dos Guardadores de Carro do Ver-o-Peso	1	0,90
3	Associação dos Feirantes da Hortifrutigranjeiro do Ver-o-Peso	1	0,90
4	Bares	2	1,80
5	Camarão Sêco	1	0,90
6	Ervas	30	27,03
7	Farinha	3	2,70
8	Feira do Açaí	8	7,21
9	Frutas	5	4,50
10	Hortifrutigranjeiro	2	1,80
11	Importados	1	0,90
12	Industrializado	5	4,50
13	Lanches	1	0,90
14	Maniva	3	2,70
15	Mercado de Carne	6	5,41
16	Mercado de Peixe	8	7,21
17	Mercearia	2	1,80
18	Pedra do Peixe	2	1,80
19	Pedra do Peixe/Associação de Balanceiros	2	1,80
20	Peixe Salgado	2	1,80
21	Plantas	2	1,80
22	Polícia Militar	4	3,60
23	Polpas de Frutas	2	1,80
24	Prefeitura	6	5,41
25	Refeição	8	7,21
26	Restaurante/Mingau	1	0,90
27	Visitante	1	0,90
TOTAL GERAL		111	100

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 traz a distribuição dos entrevistados por categoria, onde se pode ver que a maior parte destes pertence à categoria feirante, com 64,86%, que são os

permissionários junto à Prefeitura para explorar as barracas nas áreas das feiras, estando os demais entrevistados distribuídos pelas outras categorias.

TABELA 3 –NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR CATEGORIA 2006/2007

ITEM	CATEGORIA	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	Açougueiro	2	1,80
2	Associação dos Feirantes	1	0,90
3	Atravessador de açaí	1	0,90
4	Balanceiro	3	2,70
5	Cabeleireiro	1	0,90
6	Carregador	1	0,90
7	Feirante	72	64,86
8	Fornecedor de ervas	3	2,70
9	Freqüentador	2	1,80
10	Guardador de carros	1	0,90
11	Lojista	5	4,50
12	Manicure	2	1,80
13	Peixeiro	2	1,80
14	Policial	4	3,60
15	Proprietários de açaizal ³³	1	0,90
16	Sacoleiro	2	1,80
17	SECON	6	5,41
18	Vendedor de peixe	1	0,90
19	Vendedora de cheiro verde	1	0,90
TOTAL		111	100

Fonte: Dados da pesquisa

³³ Identifiquei esta categoria na Feira do Açaí, trata-se de proprietários de açaizal no Marajó que recebem o produto de suas propriedades que chega nas embarcações e é repassado ali mesmo ao intermediário “comprador de açaí” ou ‘atravessador de açaí”, que constitui mais uma categoria na cadeia do açaí. O comprador repassa o açaí no varejo aos “maquineiros”, mas também negocia no atacado com outras feiras. O maquineiro é aquele que extrai o sumo da fruta e comercializa diretamente com o consumidor.

Na Tabela 4 temos os dados sobre faixa etária dos entrevistados, onde se observa que, embora o maior percentual de pessoas entrevistadas (21,62%) esteja concentrado na faixa etária 41-50 anos, há certo equilíbrio com as faixas de 31 - 40, com 18,02%; 51 - 60, com 17,12%; 61 - 70, com 20,72%. Chama atenção também que esta última faixa ocupa o segundo lugar entre todos os intervalos adotados, por ser esta uma idade em que as pessoas, de um modo geral, já estão aposentadas. Embora não quantificados identificamos nas entrevistas algumas pessoas que já recebem aposentaria ou pensão do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mas continuam a trabalhar na feira e complementam a renda com esse trabalho. Também foram identificadas pessoas na faixa 81-90 anos, com 2,7% do total de entrevistados.

TABELA 4 – FAIXA ETÁRIA 2006/2007

ITEM	FAIXA ETÁRIA	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	21/30	15	13,51
2	31/40	20	18,02
3	41/50	24	21,62
4	51/60	19	17,12
5	61/70	23	20,72
6	71/80	4	3,60
7	81/90	3	2,70
8	Não declarado	3	2,70
TOTAL		111	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 5 apresenta dados sobre o nível de escolaridade dos 111 trabalhadores entrevistados. Destes, 44,14% têm Nível Fundamental incompleto, seguido do Nível Médio Completo, com 27,93%, perfazendo um total de 72,07%. O índice de não alfabetizados³⁴ é de apenas 1,80%, o de Nível Superior completo é de 4,50% e o de Nível Superior incompleto é também de 4,50%.

TABELA 5 – ESCOLARIDADE 2006/2007

ITEM	ESCOLARIDADE	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	Não alfabetizado	2	1,80
2	Nível Fundamental incompleto	49	44,14
3	Nível Fundamental Completo	9	8,11
4	Nível Médio Incompleto	6	5,41
5	Nível Médio Completo	31	27,93
6	Nível Superior incompleto	5	4,50
7	Nível Superior Completo	5	4,50
8	Não declarado	4	3,60
TOTAL		111	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da naturalidade dos entrevistados na Tabela 6 revelam que a maioria destes é de Belém mesmo, com 40,54% do total, incluído Mosqueiro que consta em separado; em seguida está o Marajó, com 13,51%; seguido por Acará, com 9,91% e Abaetetuba, com 6,31%. O percentual restante se divide por vários municípios, havendo registros de origem do estado do Maranhão, de Pernambuco e de Portugal.

³⁴ Fui alertada por alguns dos colaboradores sobre essa informação, no sentido de que algumas pessoas que não são alfabetizadas, sentem-se envergonhados de assumir essa condição, encobrindo-a.

TABELA 6 – NATURALIDADE 2006/2007

ITEM	NATURALIDADE	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	Abaetetuba/PA	7	6,31
2	Acará/PA	11	9,91
3	Belém/PA	44	39,64
4	Belterra/PA	1	0,90
5	Benevides/PA	1	0,90
6	Benfica/PA	1	0,90
7	Bragança/PA	2	1,80
8	Cametá/PA	3	2,70
9	Capanema/PA	2	1,80
10	Curuçá/PA	2	1,80
11	Igarapé Mirim/PA	1	0,90
12	Manaus/AM	1	0,90
13	Marajó/Anajás/PA	1	0,90
14	Marajó/Cachoeira do Arari/PA	1	0,90
15	Marajó/Chaves/PA	1	0,90
16	Marajó/Muaná/PA	2	1,80
17	Marajó/Ponta de Pedras/PA	4	3,60
18	Marajó/Portel/PA	3	2,70
19	Marajó/Soure/PA	3	2,70
20	Maranhão/MA	3	2,70
21	Mojú/PA	1	0,90
22	Mosqueiro/PA	1	0,90
23	Não declarado	7	6,31
24	Nova Timboteua/PA	1	0,90
25	Portugal	1	0,90
26	Recife/PE	1	0,90
27	Salinas/PA	1	0,90
28	Santo Antônio de Tauá/PA	1	0,90
29	São Caetano de Odivelas/ PA	1	0,90
30	Tocantins/TO	1	0,90
31	Tracuateua/PA	1	0,90
TOTAIS		111	100

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação a gênero a atribuição feita por mim foi a partir da forma como os entrevistados se apresentavam, em apenas duas categorias, masculino e feminino, conforme Tabela 7, onde se pode ver que entre os entrevistados houve predominância do sexo masculino, com 59,46%, contra 40,54% do sexo feminino.

TABELA 7 – GÊNERO 2006/2007

ITEM	SEXO	CONTAGEM	PERCENTUAL
1	Feminino	45	40,54
2	Masculino	66	59,46
TOTAL		111	100

Fonte: Dados da pesquisa

Durante o período de campo observei ainda a distribuição dessas categorias de gênero pelos setores e atividades, constatando a ausência quase total do sexo feminino nas atividades da Pedra do Peixe e do Mercado do Peixe³⁵, na comercialização do Açaí e das demais frutas na Feira do Açaí, onde a presença de mulheres se dá apenas como cambista do jogo do bicho, manicure e na venda de lanche e café. Registrei também na Pedra, uma vendedora de peixe do sexo feminino. No Setor da Farinha embora predomine a presença masculina, há algumas mulheres, o que já não ocorre na venda do camarão salgado e do pirarucu salgado onde apenas homens trabalham

No Setor das Ervas, o predomínio é feminino, mas os homens estão presentes, assim como casais. No Setor de Polpa de Frutas, das dez barracas existentes apenas em duas os permissionários são homens, mas contratam mulheres para fazer o trabalho, portanto é o único setor onde a presença é totalmente feminina. No Setor de Industrializados embora predomine a presença masculina, há uma senhora que trabalha com o filho e casais que trabalham juntos. No Setor de Refeições não é possível distinguir a predominância nesse sentido, pois há tanto homens como mulheres, assim como casais que trabalham juntos. Além disso, há barracas onde, em dias diferentes pode-se encontrar um homem ou uma mulher a

³⁵ Identifiquei uma senhora na venda do peixe no varejo da Pedra. No Mercado do Peixe não há nenhuma peixeira, profissão rara entre mulheres. Segundo o Senhor Xisto, do Mercado de Peixe, no Mercado da Pedreira tem uma.

frente do negócio. Também no Setor de Bares a presença de homens e mulheres é equilibrada. No Setor de Frutas e no Setor de Hortifrutigranjeiro a presença feminina é visível, mas os homens predominam.

No Setor de Maniva, onde também se comercializa tucupi, mandioca, macaxeira e a folha da maniva³⁶ moída, crua ou pré-cozida, predominam os homens na parte de trabalho mais pesado como descascar a mandioca e extrair o tucupi, mas também há mulheres na moagem da maniva e na venda do tucupi e jambú. No Setor de Animais Vivos e no Setor de Plantas também registrei apenas a presença masculina.

Também no que diz respeito a cor, a avaliação se dá a partir de minhas observações de campo. A caracterização física dos trabalhadores do Ver-o-Peso é aquela predominante na população de Belém onde se percebem traços de negros e índios, ora um ora outro prevalecendo nas feições caboclas que me são tão familiares. As exceções podem ser atribuídas à miscigenação desses caracteres com imigrantes europeus e migrantes nordestinos, estes aportados por estes lados no período da borracha e até mesmo depois em busca de oportunidades de trabalho e emprego.

A presença de mulheres de cor no trabalho da feira já foi identificada em pesquisas. Entre as estratégias de sobrevivência das mulheres negras em Belém logo após a abolição, entre 1890-1910, diante das dificuldades de serem absorvidas pelo mercado de trabalho restava a possibilidade de ir trabalhar nas ruas e no Ver-o-Peso vendendo doces, tacacá e mingau em tabuleiros, e também vendendo cheiro (PANTOJA, 2001). Mulheres negras trabalhadoras do Ver-o-Peso relatam memórias familiares de descendentes de escravos, cujos antecedentes iniciaram as atividades da família na feira, como Dona Maria de Lourdes que, em 2001, com 87 anos, ainda trabalhava no Setor de Ervas (PANTOJA, 2001).

Os feirantes, em termos de raça e cor, pensam e classificam, dominam e utilizam escala de classificação que vai além da dicotomia branco/preto. O moreno é apropriado e adotado de forma positiva e inclusiva por esses trabalhadores, que tomam parte do jogo social onde estas formas de classificação são utilizadas de forma contextual e relacional, pois seus significados são apropriados a partir da própria experiência (SILVA, 2007).

36 Folha da árvore da mandioca ou da maniçobeira que, moída, é utilizada no preparo da maniçoba, prato típico regional à base da folha cozida da mandioca, que deve ferver por 8 dias para poder ser consumida e temperada com as carnes e embutidos que são também utilizadas na feijoada.

Os aspectos aqui tratados, como nível de escolaridade, cor e gênero associados com atividades desenvolvidas, nível de renda, procedência e relações de parentesco merecem estudos mais aprofundados no Ver-o-Peso pelas potencialidades já reveladas, entretanto dadas as limitações de tempo e a objetividade necessárias para uma dissertação de mestrado, deverão ser melhor investigados e aprofundados em nível de doutorado.

Na seqüência, serão comentados e analisados alguns aspectos relacionados direta e indiretamente com o Ver-o-Peso e imediações, envolvendo desde intervenções urbanas, economia, turismo e patrimônio cultural, além da relação da mídia com o Ver-o-Peso que já foi assunto de programação e de publicações nacionais. Consulta à internet permite identificar que a expressão Ver-o-Peso aparece ali aproximadamente 290.000 vezes.

2.3. Caleidoscópio: Outros olhares sobre o Ver-o-Peso e imediações

Nos últimos anos a cidade de Belém vem passando por uma série de intervenções urbanas, muitas delas concentradas no perímetro do centro histórico, em espaços localizados nas margens da Baía de Guajará. Essas operações urbanas, financiadas com recursos públicos, no caso de Belém têm se dado também em espaços públicos e em edificações pertencentes ao governo estadual e ao governo federal que, em algumas dessas situações, são repassadas depois para a iniciativa privada explorar, arcando o poder público com parte das despesas de manutenção, como no caso da Estação das Docas, que embora gerida por uma organização criada com esta finalidade ainda não atingiu autonomia financeira.

Os processos de enobrecimento que vêm ocorrendo nessas áreas onde se concentram edificações e conjuntos urbanos tombados têm por objetivo converter o patrimônio cultural em mercadoria, em consonância com as práticas de consumo globais. Trata-se de formas de empreendimento econômico, assimiladas e incorporadas pelas políticas públicas urbanas e culturais, que selecionam áreas da cidade como centralidades, transformando-as em áreas de investimentos públicos e privados. Implementadas em sítios históricos propõem a recuperação do patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por uma parte da população e do capital. Visam a inserção das cidades históricas no contexto mundial da concorrência entre cidades (LEITE, 2004; MOTTA, 2000)

No caso de Belém essas intervenções vêm sendo enfocadas por trabalhos acadêmicos nas áreas de História, Arquitetura e Antropologia. Pesquisas recentes sobre as

intervenções realizadas pelo governo estadual em conjuntos e monumentos tombados da Praça Frei Caetano Brandão identificaram que a população residente nas áreas de intervenção e imediações do Projeto Feliz Luzitânia, e também os frequentadores desses espaços encontram-se divididos entre aqueles que apóiam o projeto e desejam ver Belém transformada numa grande metrópole cosmopolita e os que defendem propostas que preservem o lado acolhedor e peculiar da cidade. Sinalizam a necessidade de maior participação da população nos rumos da cidade e da preservação do patrimônio cultural, de modo que a sociedade civil possa conhecer e opinar sobre os projetos “modernizadores” que são implementados de forma autoritária, mesmo quando estes interferem sobre os referenciais simbólicos da população (MIRANDA, 2006; COSTA, 2007)

As obras realizadas na Estação das Docas - antigos galpões do Porto de Belém convertidos em centro de lazer e gastronomia e no Complexo Ver-o-Peso, ambos localizados na orla urbana de Belém, do ponto de vista das políticas públicas para a cidade de Belém, dos investimentos realizados e da sustentabilidade prometida embora tenham incorporado a cidade espaços de lazer e contemplação para o rio que constituem também pontos turísticos de grande visitação, não tiveram seus projetos planejados de forma integrada com seu entorno, com a cidade. Ambos aconteceram de forma pontual e, no caso da Estação das Docas, esta ainda deixa muito a desejar no que se refere à sustentabilidade, pois apesar de ter a maioria de seus espaços explorada pela iniciativa privada e de ser muito frequentada continua a depender de desembolso mensal do governo estadual (LIMA; TEIXEIRA, 2006).

A condição de “cidade ribeirinha” de Belém, presente nos últimos anos nos discursos políticos, aparece nos projetos de intervenção urbana realizados recentemente na orla de áreas centrais sob o título de “abertura de janelas para o rio”. Pelo que se pode depreender dos projetos executados nessa linha, trata-se de retomar espaços de visualização e interação rio-cidade no sentido de contemplação da paisagem, muitas vezes em detrimento da manutenção das práticas culturais consolidadas nestas áreas e das formas tradicionais de usar e relacionar-se com o rio na Região Amazônica como, por exemplo, o aporte de pequenas e médias embarcações que transitam entre as ilhas vizinhas e a cidade transportando pessoas e produtos, o banho de rio e a pesca (TRINDADE JÚNIOR, 2002).

Pode-se dizer que o caso do Ver-o-Peso é uma exceção nesse sentido, pois as atividades da doca foram mantidas, assim como foi agregado terminal fluvial na área da feira, ainda que precário e privado. Na Praça do Pescador é comum encontrar pessoas pescando no final da tarde e à noite. Contraditoriamente, Belém onde tanto se fala de abrir janelas para o

rio e que apresenta intenso fluxo de pessoas que entram e saem diariamente da cidade por via fluvial, seja a trabalho, a passeio ou por outras necessidades, não dispõe ainda hoje de um terminal público fluvial, apenas de locais improvisados pra esse fim.. Inexistem tampouco normas e procedimentos para instalação desse tipo de serviço na área urbana por particulares³⁷.

Veza por outra também o Ver-o-Peso é objeto de propostas dessa mesma ordem, como por exemplo, a substituição da feira atual por uma espécie de “calçadão à beira-mar”, com quiosques de artesanato e outros produtos típicos da região como se vê em algumas cidades brasileiras litorâneas.

Para o arquiteto Flávio Nassar³⁸ (2001) o Ver-o-Peso de hoje não é mais o mesmo: vende mais produtos da Ceasa, da China e do Paraguai do que provenientes da floresta e dos rios coletado pelo caboclo. Além disso, o autor faz algumas considerações sobre o Ver-o-Peso das quais destaco duas: 1) Nem sempre o Ver-o-Peso foi referência cultural e paisagística de Belém, essa construção, conjectura o autor, seria de meados do século XX; 2) há, da parte de alguns arquitetos e urbanistas, uma espécie de “utopia regressiva” de que o Ver-o-Peso e a cidade vão voltar ao que foram no passado. Como conclusão o autor propõe repensar o Ver-o-Peso, requalificá-lo: “atribuir novos usos, mudar as funções, resgatar algumas perdidas utilizações”. Acrescenta que qualquer tentativa nesse sentido “só será bem sucedida se for capaz de reinventá-lo” (NASSAR, 2001, p.6).

Nassar não percebeu que o Ver-o-Peso está aí até hoje, e bem, pois tem problemas que podem ser contornados sem a remoção ou extinção da feira, mas apenas com boa vontade do poder público, justamente por ser reinventado todos os dias, não pelos arquitetos e urbanistas ou por administradores públicos, mas por iniciativa de seus próprios trabalhadores. Estes vêm conciliando, com inteligência, atividades e formas tradicionais de fazer e ser com alguns aspectos da modernidade, como por exemplo, a atitude de afirmarem-

37 Em 2006 foi protocolado no IPHAN solicitação de análise para implantação de um terminal fluvial no Ver-o-Peso. Antes de proceder análise da proposta do ponto de vista do patrimônio procuramos informar-nos sobre a regulação dos transportes fluviais urbanos e constatamos que não há no município nenhuma instância tratando deste assunto, tampouco havia, na época, regulamentação e procedimentos administrativos claros nesse sentido.

38 Em 1997 o arquiteto Flávio Nassar publicou, em O LIBERAL, artigo denominado “Veroperismo” onde vaticina o fim do Ver-o-Peso que nos dias atuais não corresponde à visão romântica de síntese da Amazônia e interface entre a cidade e a floresta. Propõe o autor a remoção da feira convencional e implantação de novos usos com fins turísticos. Em artigo posterior, Re-Ver-o-Peso (2001), o assunto é retomado com maiores considerações sobre o assunto. Contatado por mim durante a elaboração deste trabalho, Flávio me enviou os textos e manifestou reiterar alguns aspectos, mas avalia que precisaria rever outros.

se como sujeitos coletivos com direito a reivindicações e transformações, que incluem desde organizar-se politicamente até dispor de meios e serviços contemporâneos em suas atividades comerciais como: serviços de atendimento de pedidos pelo celular e entrega domiciliar, adesão às vendas com cartão de crédito; estratégias de divulgação como cartões de apresentação e folheteria; cursos de manuseio do produto e de línguas estrangeiras que são solicitados pelo Condomínio Participativo ³⁹ à Prefeitura.

Com relação à área da pesquisa e imediações constato que as propostas de recuperação do patrimônio cultural realizadas nos últimos anos pelo governo estadual e pelo município se diferenciam entre si espacial, ideológica e socialmente. Isto não apenas por tratar-se de áreas com características diversas. Mesmo distintas ambas as propostas implicam na apropriação cultural do patrimônio com a sua conseqüente transformação em produto de consumo integrado ao mercado global do turismo.

As estratégias institucionais adotadas nesses casos, também diferenciadas entre si, têm como foco bens culturais de naturezas distintas. Os projetos Feliz Lusitânia e Estação das Docas, realizados pelo governo estadual, enfatizam o monumental e valorizam os elementos cenográficos, não estão vinculados a nenhum projeto social e a única medida adotada nesse sentido é a expulsão e a exclusão das áreas enobrecidas daquelas pessoas que vivem à margem da sociedade e ocupam os espaços públicos, apropriando-se destes das mais diversas formas. Tais empreendimentos seguem o padrão do *shopping center* e dos condomínios fechados, isolados no mundo artificial do consumo e na ilusão da cidade perfeita, respectivamente.

O projeto do município, mais especificamente de recuperação do Complexo do Ver-o-Peso, tem o foco no cotidiano, no patrimônio imaterial, internacionalmente em voga, associado à grife “Amazônia”, além do apelo do título de patrimônio mundial pleiteado junto a Unesco. Assim, a valorização do local é colocada como forma de reforçar a identidade e atrair o consumidor global pelo exótico, diferenciado, mas também de trazer de volta o consumidor local de maior poder aquisitivo. Vinculado a um projeto social de treinamento e qualificação da mão-de-obra, bem como ao encaminhamento da recuperação dos menores de

³⁹ Forma de organização e representação de caráter consultivo instituída pelo Decreto nº 39.326, de 10 de outubro de 2001, que regulamenta o uso do Complexo Ver-o-Peso, composto por representantes de cada uma das feiras e dos mercados, além de representantes dos lojistas, taxistas, freteiros, barqueiros, balanceiros e guardadores de carro. Segundo esse decreto o Conselho, juntamente com representantes de órgãos municipais participará da gestão do Ver-o-Peso.

rua e desajustados o projeto municipal também estimulou organizações sociais representativas das diversas categorias de interesses presentes na feira para discutir o projeto e suas formas de implantação, bem como os problemas existentes com o encaminhamento de soluções.

Em que pesem as diferenças com relação ao projeto estadual, a proposta municipal também pretende tornar a área peculiar e atrativa para o consumidor interno e externo, o que necessariamente não é mal para os comerciantes do Ver-o-Peso, na medida em que consolide os domínios destes sobre essa área, e que os possíveis benefícios advindos do incremento do turismo no local sejam compartilhados com esses trabalhadores que ali exercem suas atividades.

Muitas vezes se percebe nas intervenções de recuperação do patrimônio cultural uma espécie de museologização da cidade, onde os objetos restaurados se tornam peças de museus, subtraindo aos usuários aquilo que é exibido aos visitantes. Retirados de sua utilização cotidiana os edifícios se transformam em objetos expostos à visitação, são alijados de um sistema de práticas para outras formas de utilização. Muitas vezes essas intervenções consistem na remoção dos usuários habituais, destinando-se os imóveis a outra clientela ou a outros usos, fazendo da restauração urbanística uma “restauração social.” Nesses casos, a restauração dos objetos implica na “desapropriação dos sujeitos” que são tratados de forma dissociada daqueles, por uma lógica inerente a esses processos. Há maior interesse pelos imóveis do que por seus habitantes. Valorizam-se mais os edifícios antigos do que os antigos moradores os quais, além de perder o direito de permanecer nesses locais restaurados, têm o seu “gosto” e sua “estética” desqualificados (CERTEAU, 1996).

Nessa mesma ótica pode-se dizer que o processo de recuperação do Ver-o-Peso foi bem sucedido na medida em que não apenas os velhos edifícios, mas as pessoas, suas práticas e os modos de fazer foram preservados. Mesmo com as inovações tecnológicas da solução arquitetônica e as situações mal resolvidas apontadas nos depoimentos, a essência do lugar foi preservada. Conforme relatado nas entrevistas houve a participação e colaboração dos trabalhadores do Ver-o-Peso na elaboração do projeto, ainda que alguns setores não tenham participado desse processo por razões outras, como no caso do Setor de Polpa de Frutas que não tinha destinação definida e dos não cadastrados da Praça do Pescador, conforme veremos na próxima sessão.

Do ponto de vista da economia, segundo matérias publicadas pelo Caderno de Economia de O Liberal⁴⁰, na semana de 19 a 25 de fevereiro de 2006, o Ver-o-Peso movimentou a economia da cidade onde injeta recursos consideráveis diariamente. Em 2005 só com a comercialização do açaí, foram cerca de CR\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil) e com o pescado cerca de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões). O Setor de refeição movimentou cerca de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil) mensais, além dos outros setores que abastecem desde o freguês habitual até as outras feiras e pequenos comércios da cidade. Segundo essas reportagens o comércio no Ver-o-Peso, direta e indiretamente, gera renda diária para cerca de 4.000 (quatro mil) pessoas. Como tive oportunidade de ver durante a pesquisa, o dinheiro circula na feira ao vivo, dos pequenos aos grandes valores e sem qualquer papel, valem a palavra e a relação de confiança nos negócios, não é a toa que o filão foi descoberto pela Visa, empresa de cartão de crédito que já está atuando na área, conforme adesivos fixados nas bancas que recentemente aderiram a esse serviço

Pela aproximação da “Visa” e também pelo acordo firmado entre a “Associação Ver-as-Ervas” e a empresa “Natura”⁴¹, da área de cosméticos, pode-se avaliar que o Ver-o-Peso está se saindo bem nesse contexto globalizado e, ao que parece está se mostrando um bom negócio para essas empresas associarem suas marcas bastante conhecidas ao também conhecido Ver-o-Peso. Se a transação for feita de forma honesta, ganham todos.

Muito presente na mídia, principalmente no período do Círio, das festas juninas, final de ano e semana santa, ocasiões em que há grande demanda pelos produtos ali ofertados, o Ver-o-Peso também é objeto de reportagens especiais no dia do aniversário da cidade que é comemorado ali pelos prefeitos e no dia de seu próprio aniversário. Mesmo fora dessas datas comemorativas o Ver-o-Peso é um tema freqüente na imprensa local, mas também na mídia nacional. Já apareceu em diversos programas televisivos transmitidos para todo o país como “Domingão do Faustão”, “Mais Você”, “Programa do Gugu”, “Fantástico”. Também já ensejou reportagens especiais, como uma série gastronômica do programa de Olivier Anquier, na Rede Record, em cujo *site* se podem ver belas imagens de Belém e do Ver-o-Peso.

Mas nem sempre a presença do Ver-o-Peso na mídia se dá de forma positiva, pois como mencionado em algumas entrevistas, este também é notícia por problemas de

40 Segundo as matérias publicadas os dados divulgados pelo jornal foram obtidos com pesquisadores e também junto a SECON.

41 Parceria estabelecida a partir de apropriação indevida, pela Natura(empresa brasileira de cosméticos) de conhecimentos tradicionais de feirantes do Setor de Ervas no Ver-o-Peso onde, com a interveniência do Ministério Público Estadual e do Ministério do Meio Ambiente, chegou-se a um acordo envolvendo indenizações, compensações e repartimento de benefícios com os detentores desse conhecimento.

violência como assaltos e roubos de turistas, homicídios, sujeira e falta de higiene na área de alimentos. Em 2007 algumas reportagens focalizaram problemas de higiene no manuseio dos alimentos no Setor de Refeição e dos peixes vendidos a retalho na Pedra do Peixe, muitas vezes já fora das condições de consumo. O Ver-o-Peso também foi tema do programa “Pânico na TV”, suscitando muitas polêmicas e fofocas locais pela abordagem depreciativa do Ver-o-Peso e desrespeitosa com as pessoas, sendo que algumas delas ficaram constrangidas e outras acabaram “entrando no jogo” proposto pelo programa.

Certamente que alguns tipos de abordagem da imprensa embora à primeira vista não acrescentem nada ao Ver-o-Peso, podem servir para reflexão a respeito de como somos vistos pelo estrangeiro, bem como para que possamos nos distanciar um pouco para também perceber as coisas que não estão bem e podem ficar melhor, não necessariamente para o turista, mas primeiramente para os de casa, já que somos nós que estamos por lá todos os dias para apreciar, entre outras coisas, o peixe fresco, o açai com peixe frito, o banho de cheiro e também para reafirmarmos nossos sentidos de pertencimento a esta cidade e nossos laços com esse lugar (CAMPELO, 2000, 2002).

Apesar de todo este barulho com relação ao Ver-o-Peso como ponto turístico, pela fala dos trabalhadores da feira esses visitantes olham e perguntam muito, mas pouco deixam na feira em termos de dinheiro, ainda que movimentem a economia local. Segundo os depoimentos, acrescidos de minhas observações, quem movimenta de fato a economia da feira é o consumidor local e o próprio feirante, que faz a feira de casa ali mesmo, assim como suas refeições diárias e também a cervejinha do final de semana. O Setor de Refeições é um bom exemplo disso, todos os produtos utilizados no preparo das refeições oferecidas são adquiridos no próprio Ver-o-Peso.

De fato, ainda há muito a melhorar no Ver-o-Peso, sobretudo no que se refere a manipulação de alimentos. Os próprios feirantes admitem nos depoimentos que receberam treinamento e que a fiscalização orienta, mas há certa resistência em cumprir essas determinações, sobretudo nesses tempos em que a fiscalização parece não estar atuando efetivamente, conforme observado pelos próprios entrevistados.

Como se pode ver, assunto não falta quando o tema é Ver-o-Peso. Tratando-se de uma grande mercado aberto cuja origem está diretamente associada aos primórdios da cidade de Belém, na próxima parte tratarei exatamente dessa relação histórica cidade/mercados entremeada com aspectos da Antropologia Urbana e associada ao patrimônio cultural, trazidos para a realidade do Ver- o-Peso.

2.4. Feiras e Mercados, “Essas Grandes Ocasões da Vida Coletiva”⁴²

Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* (1996, p. 116) ao conhecer algumas cidades brasileiras, muitas delas ainda embrionárias, comparando-as às cidades da Europa, da Ásia e da África reflete sobre suas formações, constatando que a cidade é um produto humano por excelência: “é a um só tempo objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: a coisa humana por excelência”.

As cidades contemporâneas, sobretudo as metrópoles, são o *locus* privilegiado da heterogeneidade. Simmel (1902/1979), Wirth ([1938]/1979; 1970) e Park ([1916]/1979) escreveram sobre as especificidades e complexidades da vida urbana pós-industrial, as sensações e sentimentos humanos decorrentes desse novo contexto e seus reflexos sobre o indivíduo e a sociedade.

Na metrópole, heterogeneidade e diversidade concentram-se no mesmo espaço, algumas vezes disputando-o, gerando situações de agregação e solidariedade entre iguais, mas também de fragmentação, segregação e conflito (GEERTZ, 2001; GIDDENS, 2003; BHABHA, 2005, 2005a; HALL, 2005).

Em decorrência da divisão do trabalho, da especialização e das múltiplas atividades na cidade surgem novos papéis e identidades, assim como a exacerbação do indivíduo e a competitividade, além de aspectos psicológicos individuais como a solidão, a liberdade, a indiferença e a apatia diante das massas e da grande quantidade de informações que a vida urbana apresenta (SIMMEL, [1902]/1979). O modo de vida urbano é então contraposto ao modo de vida rural como antagônico e inconciliável com este, mas principalmente como um ambiente totalmente hostil ao homem rural que migra para a cidade (WIRTH, 1938/1979).

Trabalhos posteriores realizados em grandes cidades da América Latina refutaram muitos dos pressupostos desses autores sobre a vida nas metrópoles, devido tratar-se de outra realidade: sociedades capitalistas em processos de desenvolvimento tardio e dependente. Conseqüentemente, com processos diferenciados e desiguais de desenvolvimento. Esses trabalhos também contribuíram para a eliminação da dicotomia urbano/rural e para o reconhecimento de que os efeitos do mundo moderno e da globalização

⁴² LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 135.

se dão de diferentes formas e intensidades e, em diferentes situações e contextos (OLIVEN, 2007).

Fator de reconhecida importância no processo de formação das cidades, desde suas origens, o mercado constituía nestas um local de relações econômicas, mas também sociais e políticas, como pode ser exemplificado pela precursora ágora na Grécia.

A presença de uma sede senhorial-territorial e de um mercado local permanente estava entre os requisitos essenciais para o reconhecimento de um povoamento como cidade. Na idade média era freqüente a criação de mercados no meio do nada para que em torno deles surgissem povoados. Centros econômicos das cidades, em volta dos mercados surgiam feiras permanentes e periódicas (WEBER, 1999).

Uma análise das cidades a partir de suas transformações socioeconômicas, culturais e históricas permite identificar que o papel dos mercados era equilibrar a produção excedente e propiciar o acesso dos cidadãos às especialidades distantes, que eram disponibilizadas nas feiras periódicas. Nas cidades mais antigas essas funções – fornecimento, armazenagem, distribuição -, eram desempenhadas pelo templo que também fazia as vezes de mercado (MUNFORD, 1998).

Tradicionalmente referência sociológica o mercado possibilita a compreensão de relações humanas na cidade, no bairro, os quais não podem prescindir deste espaço intermediário entre o pequeno comércio e o *shopping center* ou o supermercado, dos quais apresenta características bastante distintas. A variedade de produtos ofertados, alguns dos quais não se encontram em outros lugares, a disposição das mercadorias que obedece a outras lógicas não racionalistas, o atendimento personalizado, as relações pessoais construídas entre o vendedor e o freguês nos anos de feira. Freqüentar o mercado, a feira, além da obrigação doméstica de abastecimento do lar, tem compensações para aqueles que desempenham tal tarefa como, por exemplo, escolher um circuito preferencial, visitar os conhecidos, provar as comidas que só ali podem ser encontradas, tomar “uma” com os amigos (CERTEAU, 1996).

Etnografias realizadas em mercados e feiras de Belém e de outros estados brasileiros dão conta que nestes constitui um fato recorrente a troca, não apenas de bens materiais e imateriais, mas também de idéias e valores (LÉVI-STRAUSS, 1996; FERRETI, 1985; CAMPELO, 2002, 2000; LORETO, 2002; ALENCAR; CONRADO, 2005; LEITÃO; CORRÊA; NASCIMENTO, 2007; SILVA, 2007). Nessa mesma direção, pode-se dizer que feiras e mercados, que são indissociáveis de práticas sociais e redes de relações articuladas

com o espaço e com o tempo, constituem lugares onde são produzidos significados e memórias sociais.

Lugares, portanto no sentido antropológico, como “espaços praticados”, configurados socialmente pelas práticas e movimentações, marcados simbolicamente e sujeitos a ressignificações e mudanças (CERTEAU, 1994, p.201). Identitários e relacionais, cujas constituições são inerentes às práticas coletivas e individuais (AUGÊ, 1994). Na forma tradicional constituem territórios sociais bem demarcados, estabelecem fronteiras e limites.

Na experiência urbana contemporânea, ao lado desses territórios bem definidos como expressão de identidade, já se podem perceber outros de caráter mais efêmero, com contornos mais fluidos, configurados pela dinâmica e temporalidades das vivências sociais atuais (ARANTES, 1994; LEITE, 2004).

A questão da memória social, neste trabalho, considera para sua formação tanto a memória individual como a memória coletiva, num processo mental onde essas duas formas se confundem e se complementam na narrativa de fatos passados, a segunda atuando como fator de “coesão social afetiva”; não é apenas reminiscência do passado, mas representação e reconstrução deste elaborada no presente (HALBWACHS, 2004). Sem deixar de considerar os artificios da memória, que é seletiva e recorre a “silêncios” e a “esquecimentos”, como fatores de proteção de determinados grupos diante de certas circunstâncias históricas (POLLACK, 1989).

Em se tratando de patrimônio cultural não se pode deixar de mencionar que a memória coletiva foi também apropriada e manipulada pelos governos no processo de criação de nações, onde esta foi utilizada para representar a história como versão única dos vencedores e poderosos, fazendo prevalecer assim as representações das classes dominantes (BOURDIEU, 2004, 2004A, LE GOFF, 2003; CERTEAU, 2007).

Em que pesem todas essas colocações, algumas delas clássicas, sobre o mercado e sua relação com a cidade, no processo de tombamento do Conjunto Ver-o-Peso é atribuído valor como patrimônio nacional apenas para a arquitetura, para o traçado urbano de influência européia e para a paisagem. A feira ficou de fora, não há qualquer menção as formas tradicionais de cultura ali praticadas, heranças africanas e indígenas. Apenas o legado europeu foi contemplado, a diversidade inerente ao conjunto sequer é mencionada (FONSECA, 2003, p. 58). Embora não referidas nesse processo, concentram-se no conjunto Ver-o-Peso práticas culturais tradicionais como manipulação de ervas; a extração e preparo de produtos da

mandioca utilizados pela culinária local; preparo, venda e consumo de comidas típicas; venda de produtos artesanais e matérias primas para artesanato, procedentes de diversos locais do estado, entre outras (Figura 26 e Figura 27).

Essa abordagem do Ver-o-Peso restrita aos elementos arquitetônicos e paisagísticos está vinculada historicamente ao conceito de patrimônio histórico e artístico cultural vigente em 1977. Não especificamente no Brasil, mas mundialmente, como pode ser constatado nas “Cartas Patrimoniais”⁴³ da época. Ainda assim, causa estranheza o fato do parecer ter mencionado na análise apenas de passagem “o colorido das velas” e a “população que comercia”. Mesmo reconhecendo o Ver-o-Peso como “centro vital da cidade” o texto não menciona a presença da feira e a movimentação de pessoas tão expressiva nessa paisagem, omite a complexa teia de relações sociais e a dinâmica própria desse lugar, as quais pude perceber na pesquisa de campo através das entrevistas e da observação participante nos vinte dias em que passei freqüentando o Ver-o-Peso, e que estão focalizadas neste trabalho a partir de abordagem antropológica.

⁴³ Documentos nacionais e internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que estabelecem diretrizes, procedimentos e conceitos no trato do patrimônio cultural, refletindo o pensamento da comunidade de especialistas e instituições que atuam na área de preservação de bens culturais. Sobre o assunto ver IPHAN (2000).



Figura 26 – Artesanatos variados de procedências diversas. Acervo IPHAN. Autor: Maria Regina Weissheimer, 2007. Moagem da maniva para preparo da maniçoba. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.



**Figura 27 - Dona Maria Rosilda Teles de Oliveira, Beija-Flor, organizando as ervas na sua barraca pela manhã.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

Não tive acesso aos números oficiais do Ver-o-Peso à época do tombamento, mas segundo a SECON (BELÉM, 2005) são 1302 permissionários distribuídos nas duas feiras e dois mercados, incluindo as lojas externas. A considerar nessa conta os carregadores da Feira do Açaí e da Pedra do Peixe, os sacoleiros, os vendedores de cheiro-verde e limão, os ajudantes, os barqueiros, os balanceiros, os viradores, os carregadores, os freteiros e barqueiros, os vendedores ambulantes de café, os vendedores de mingau não cadastrados, os cambistas, os seguranças dos setores, as manicures e os cabeleireiros é possível que o total atingido se aproxime dos números estimados pela imprensa, cerca de 4.000 pessoas.

2.5. De onde venho, de onde falo: (Re) pensando o patrimônio cultural

A concepção moderna de patrimônio, vinculada ao processo de construção de nações, introduzida legalmente no Brasil pelo Decreto Lei nº. 25/37⁴⁴ vigorou absoluta até a Constituição de 1988. Associada aos adjetivos históricos e artísticos, na prática nacional foi vinculada principalmente a fatos históricos notáveis e aos elementos artísticos excepcionais, sobretudo aqueles associados ao período colonial e ao barroco brasileiro, eleitos pelos cânones modernistas como representação da autêntica arte e arquitetura brasileiras.

A nova identidade nacional será então fruto das idéias de um grupo de intelectuais modernistas e de suas concepções sobre história, arte, tradição e nação. Esses intelectuais, que percebiam a si mesmos como uma elite cultural e política, entendiam como sua missão modernizar e civilizar o Brasil. A essência desse projeto era produzir uma imagem singular do Brasil, integrado a moderna civilização ocidental, além de identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica, afinada com a arte de vanguarda européia (GONÇALVES, 1996).

Entretanto, o projeto elaborado por Mário de Andrade para a criação do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a pedido do Ministro da Cultura Gustavo Capanema, trazia uma concepção de patrimônio mais ampla, antropológica, abrangendo aspectos da cultura erudita e popular e da arte ameríndia que, dada a conjuntura

44 De acordo com o DL 25/1937 artigo 1º: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

política da época sofreu algumas restrições⁴⁵. Nesse contexto, a categoria bem imaterial não era sequer cogitada nos projetos financiados pela Liga das Nações (CÔRTEZ, 2007).

Minha atuação profissional no IPHAN, onde trabalho como arquiteta desde 1990, foi pautada nesses princípios e sistema de valores definidos e elaborados pela instituição a partir de suas práticas e troca de experiência com outros países. Participei, entre outras coisas, de análises de projetos de intervenção em bens tombados, inclusive do Ver-o-Peso. Os critérios técnicos aplicados nessas análises são definidos principalmente em função dos valores atribuídos aos monumentos no processo de tombamento.

À época da última grande intervenção realizada no Ver-o-Peso (1999-2004) eram promovidas algumas reuniões entre os técnicos do IPHAN; os arquitetos autores da proposta de intervenção; e representantes da Prefeitura, da Secretaria de Urbanismo –SEUB e da Secretaria de Economia - SECON para discutir as divergências identificadas entre o projeto e os critérios preservacionistas. Nessas situações, os técnicos da SECON/Prefeitura de Belém⁴⁶ defendiam com empenho os trabalhadores do Ver-o-Peso que nunca estavam presentes nessas reuniões, pois não eram convocados, mas dos quais alegavam conhecer as posições devido discussões frequentes que vinham tendo com estes sobre o projeto. Nessa época, no dia-a-dia da instituição federal o contato com a população se dava ainda de forma muito restrita: em ações esporádicas de educação patrimonial e nas orientações diretas aos proprietários de imóveis tombados, ou inseridos na circunvizinhança destes, quando desejavam fazer obras ou as faziam sem submetê-las previamente ao IPHAN.

Com a entrada em vigor do Decreto nº. 3551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro⁴⁷ e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI⁴⁸, as tímidas iniciativas que vinham sendo ensaiadas nessa área pelo IPHAN ganharam maior amplitude, e resultaram na relação direta com a população nos processos de identificação, inventário e

45 Sobre esse projeto e para maior compreensão do pensamento de Mário de Andrade e da criação do IPHAN ler Andrade (1993); Revista do Patrimônio, n. 30; Vellozo (2007); Côrtes (2007).

46 Representados pelo economista Luiz Carlos (Lula) e pela socióloga Ivanise Coelho, à época Diretora de Feiras e Mercados da Secretaria da SECON. Esses processos democráticos de gestão foram iniciados no governo municipal na administração do Prefeito Edmilson Rodrigues, filiado ao Partido dos Trabalhadores, que introduziu nos procedimentos administrativos do município o “orçamento participativo”, o qual consiste em prática de planejamento onde se discute e decide em consultas públicas a aplicação de parte do orçamento municipal.

47 O registro constitui a figura jurídica de reconhecimento de um bem cultural de natureza imaterial como patrimônio nacional, quando registrados passam a ser inscritos em um dos quatro livros: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

48 O PNPI é um programa de fomento que permite viabilizar, através de parcerias, com instituições públicas e privadas, atividades voltadas para a preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural brasileiro., através da implementação de políticas e ações que promovam o fortalecimento dos grupos sociais.

registro do patrimônio imaterial. Esse Decreto coroou o processo de mudança, juridicamente marcado pela Constituição Federal de 1988, atendendo demandas sociais e acompanhando o cenário internacional⁴⁹.

A Carta Constitucional de 1988 incorporou ao patrimônio cultural, até então designado como patrimônio histórico e artístico, além do conceito antropológico de cultura a noção de referências culturais, a qual pressupõe a existência de sujeitos, uma vez que não se constituem em objetos de valor próprio, mas atribuídos por terceiros. Trata-se de representações coletivas, apreendê-las implica captar representações simbólicas, a relação entre elas e a construção de sistemas e processos que traduzam determinado contexto cultural (FONSECA, 2003).

Tratar de políticas de preservação federal no Brasil passa, necessariamente, pelo reconhecimento da existência de uma linguagem específica das instituições que atuam na identificação e preservação do patrimônio cultural, com códigos, convenções, significados e valores que são atribuídos pelos agentes institucionais aos bens culturais, distinguindo-os como bens patrimoniais⁵⁰. No que tange ao patrimônio histórico e artístico, esses códigos, elaborados a partir de valores e conceitos associados à arte e a história, acabaram ficando restritos a uma elite que possui condição social e financeira que permite acessar este universo cultural e o domínio de tais códigos (FONSECA, 2005).

Sob outra ótica, a recepção e apropriação dos bens patrimoniais têm uma dinâmica própria que nem sempre se dá com o mesmo sentido. Estes são apropriados e ressignificados de formas diferenciadas pelos diversos indivíduos e grupos sociais, ou seja, a decifração desses símbolos é uma produção individual, que pode ter leituras diferenciadas em função do acesso e nível de apropriação de tais códigos (CHARTIER, 2002).

49 Cf. Sant'Anna (2003: p.15), internacionalmente, foi a Convenção da UNESCO, em 1972, sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a qual definia patrimônio mundial apenas em termos de bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos e paisagens naturais, que suscitou uma reação dos países do terceiro mundo. Com a Bolívia à frente, esses países reivindicaram novos instrumentos jurídicos de reconhecimento e proteção para as outras formas de manifestação da "cultural tradicional e popular". Esse movimento resultou na Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989 e, posteriormente, numa série de documentos internacionais que podem ser acessados no site da UNESCO-www.unesco.com.br.

⁵⁰ Cf. Fonseca (2005, p. 45), um bem cultural é aquele que, concomitantemente ao seu valor utilitário e econômico tem ressaltado seu valor simbólico como referência a significações de cunho cultural, ou seja, na sua forma de produção, materiais e técnicas utilizadas, elaboração "*são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos*". Já os bens patrimoniais são aqueles bens culturais que são selecionados por instituição estatal aos quais é atribuído valor simbólico referente a uma identidade coletiva visando constituir unidades políticas em torno da nação, do estado ou do município.

De acordo com essa perspectiva pode-se dizer que as ressignificações e revalorizações dos bens estão inevitavelmente vinculadas a visões de mundo, bem como a sucessivos momentos e contextos históricos dando margem as mais diferentes interpretações. Assim, em determinadas situações os bens patrimoniais selecionados pelas agências do Estado não são reconhecidos por muitos setores da população. Reforçando o entendimento de que esse reconhecimento não pode ser unilateral, pois independe de vontade e decisão políticas de uma instituição estatal (GONÇALVES, 2005).

Adotando-se esse raciocínio com relação ao Ver-o-Peso e demais monumentos localizados na sua circunvizinhança, posso dizer, após o campo, que estes bens são reelaborados e ressemantizados ao olhar daqueles que fazem à feira (feirantes, freqüentadores, compradores, etc) ganhando uma dimensão significativa distinta daquela elaborada por uma política cultural imposta.

A partir desse entendimento se pode compreender melhor a distância e a falta de interação, no processo de patrimonialização do Ver-o-Peso, entre os significados oficialmente atribuídos aos monumentos e ao próprio Ver-o-Peso e aquele patrimônio latente na feira, que é produto da experiência humana universal e, no cotidiano desses trabalhadores, assume outros significados.

Assim, neste trabalho procurei atentar para os significados impregnados nos objetos, nos gestos, palavras e atitudes do grupo social pesquisado e dos indivíduos que o integram a partir de seus vínculos e experiências cotidianas. Como uma forma de apreender a dinâmica social, o sentido, a essência das coisas, do mesmo modo que as formas sociais que as engendram (CERTEAU, 1996; GONÇALVES, 2005; SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). Esses sentidos que ficam entranhados nas coisas e objetos, como uma energia que deles emana, evocando coisas do passado, são designados por Certeau (1996) como “espíritos”, já Silveira e Lima Filho tratam-nos como “alma”.

A fase exploratória da pesquisa me levou a rever e modificar o referencial e a postura iniciais uma vez que o patrimônio cultural institucional ganhava no campo outras conotações e, em algumas situações, nenhuma. A experiência de campo me possibilitou perceber nas práticas diárias daqueles sujeitos outro patrimônio, distante daquele institucionalmente concebido como nacional através do tombamento. Vivenciado como cultura própria, esse patrimônio define identidades e lhes possibilita distinguir-se de outros grupos. Não se refere apenas aos bens materiais, mas a experiência vivida com suas contradições e ambigüidades.

Da mesma forma, no período de convivência com o grupo pude perceber em suas atitudes maneiras de conciliar, no dia-a-dia, as normas e regras com as práticas como, por exemplo, nos processos de transferência de barracas; na reversão da desordem em ordem na utilização das circulações da feira para expor as mercadorias na parte da tarde; na utilização dessas áreas de circulação para estocar mercadorias, uma vez que não há lugar suficiente para fazê-lo nas barracas.

Essas atitudes não representam ações isoladas ou coletivas de rebeldia contra a ordem estabelecida, mas sim movimentos deliberados que constituem “operações táticas”⁵¹ silenciosas, engendradas a partir das práticas cotidianas inseridas na cultura ordinária, como forma de reação a imposições de organização e uso racional do espaço (CERTEAU, 1994).

Entre os gregos e romanos questões como propriedade, família e religião constituíam patrimônio das famílias que era deixado como herança aos descendentes que se agregavam como tal em torno desses bens (COULANGES, 1987). Essa noção de patrimônio que está na origem da expressão patrimônio histórico, hoje patrimônio cultural, permanece muito próxima do conceito atual, uma vez que na prática sempre esteve associada aos bens materiais, mas também as crenças, valores e significados em torno dos quais se congregavam os membros da família, e que eram transmitidos de geração a geração. Apenas essa noção foi deslocada para a nação ganhando maior amplitude e, pode-se dizer que hoje, cada vez mais, vem sendo apropriada politicamente por grupos sociais na construção de sua identidade coletiva

Essa noção de patrimônio é bem antiga e também pode ser identificada nas sociedades tribais ou não-complexas⁵² associada ao sentido de propriedade, de herança familiar, ou ao colecionamento de objetos, vinculada a sentimentos de identidade e também de afetividade (CLIFFORD, 1994; GONÇALVES, 2003).

No caso específico do Ver-o-Peso, atitudes dessa mesma ordem podem ser percebidas na lida diárias dos trabalhadores, na relação destes, cada qual a sua maneira, com o

51 Certeau (2004) identifica nas atividades cotidianas das classes populares “artes de fazer” no sentido de “estratégias” e “táticas” adotadas de forma astuciosa num processo reativo silenciosos às imposições consumistas, que são assimiladas, reapropriadas, transformadas por meio de “operações” e “desvios”. Criações anônimas que não aparecem nas estatísticas, mas constituem “focos de resistência” e “espaços de liberdade”, num processo de inversão e subversão da ordem dominante..

52 Expressões utilizadas por Velho (2004, p. 15-17) para sociedades de “pequena escala” e, “relativamente homogêneas” em contraposição a sociedades urbanas complexas “onde a divisão social do trabalho e a distribuição de riqueza delinham categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica” e apresentem uma relativa heterogeneidade cultural.

espaço, com os objetos, na postura corporal na utilização e manuseio dos equipamentos e objetos de trabalho e das mercadorias, remetendo “as técnica do corpo”, de Mauss (2003), onde este trata das maneiras diversas pelas quais os homens, de forma peculiar a cada cultura, utilizam seus corpos no desempenho de suas atividades cotidianas. Esse legado é repassado na lida diária aos descendentes que são iniciados muitas vezes ainda crianças acompanhando os pais ao trabalho.

Essas posturas e gestos peculiares transmitidos de pais para filhos podem ser observados, por exemplo, no dispor as mercadorias para venda, na forma de decorar a banca, no jeito de oferecer e de utilizar o banquinho, no desfolhar da maniva e no descascar da mandioca tornando-se comuns a grupos menores específicos, relacionados aos setores e produtos manuseados e comercializados, constituindo costumes. Aqui referidos como prática social repetitiva presente nas sociedades tradicionais, que tende a gerar, “por conveniência e para maior eficiência,” formas e rotinas que facilitam sua transmissão. Necessariamente não possuem função simbólica nem ritual, embora possam vir a adquiri-las. (HOBSBAWM, 1997). Nesses casos deve ser identificada e interpretada pelos antropólogos. Interpretada no sentido de compreender e relatar subjetividades alheias, ver as coisas como os outros a vêem (GEERTZ, 1997).

Procedentes de universos distintos, os trabalhadores do Ver-o-Peso apresentam identidades múltiplas e diferenciadas que são continuamente transformadas, pois estão em permanente associação com as outras formas com que são representados e interpelados nos sistemas culturais outros com os quais interagem e às vezes integram. Diferentes mundos e concepções se interpenetram e misturam, mas também conflitam (HALL, 2005; VELHO, 2004). Para o pesquisador, a compreensão desse universo consiste na recuperação dos múltiplos significados sociais que são atribuídos, por esses trabalhadores, para uma mesma ação ou objeto (GEERTZ, 1978).

É, portanto ao redor de práticas e sentimentos consolidados em torno de uma percepção e uma vivência de interesses comuns que se constrói e consolida a identidade de trabalhador do Ver-o-Peso, a qual implica na sensação de pertencimento a esse grupo, como fator de afirmação positiva e possibilidade de construção de projetos coletivos de organização e representação política.

Assim, as premissas para a pesquisa, definidas sob o olhar antropológico e a partir das incursões de campo foram as seguintes:

- Os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural, sobretudo aos monumentos, existentes na área do Ver-o-Peso e imediações (CHB) pelos feirantes divergem daqueles conferidos pelo Estado;
- os valores atribuídos pelos feirantes ao Ver-o-Peso estão relacionados a suas atividades cotidianas e ao espaço do Ver-o-Peso como local de trabalho, de onde extraem o sustento, garantem a sobrevivência da família;

As questões que se colocaram a partir do campo as quais também investiguei e procuro responder a longo deste trabalho foram:

- Quais os elementos que no Ver-o-Peso assumem para seus trabalhadores o papel de patrimônio enquanto fator de agregação do grupo e elemento identitário que é transmitido de geração em geração e aos quais atribuem significados simbólicos?
- De que forma a paisagem do Ver-o-Peso é percebida e vivenciada por seus trabalhadores?

Estas premissas e questões balizaram o trabalho, uma vez que as percebo como caras ao meu interesse pelo Ver-o-Peso, que foi redirecionado a partir de minhas entradas no campo e que considero podem contribuir para o enriquecimento do tombamento do Conjunto. Ver-o-Peso, bem como para estabelecer a interlocução e o compartilhamento de valores e significados atribuídos a esse monumento pela instituição para qual trabalho e pelos trabalhadores do Ver-o-Peso.

3 - PATRIMÔNIO CULTURAL: OS DISCURSOS OFICIAIS E O QUE SE DIZ NO VER-O-PESO

3.1. As narrativas locais e o Ver-o-Peso cartão - postal de Belém

Datam do final do Século XIX as primeiras imagens fotográficas da Doca do Ver-o-Peso, ainda sem o Mercado de Ferro, impressas em cartões postais (Figura 28), que vão continuar a registrá-la durante todo o século XX⁵³, quando foi capturada pelas lentes de Pierre Verger⁵⁴ (Figura 29) e Michel Gauterhot.⁵⁵ A partir da década de 1940, seguindo os preceitos modernistas, o Ver-o-Peso vai aparecer como representação de Belém na pintura⁵⁶, (Figura 30) e na literatura, permanecendo como fonte de inspiração de muitos artistas até hoje.

Como idealizado pelos intelectuais modernistas que conceberam a (re) construção da nação brasileira, as maneiras de ver, pensar, nomear, e interpretar o país são reconhecidas como fatores importantes e decisivos na formação do significado de seus espaços, nos usos e na configuração destes no imaginário social.

Nessa mesma direção pode-se dizer que a construção da cidadania se estrutura a partir de princípios políticos e por meio das estruturas jurídicas ou sociais, mas também por meio de uma cultura resultante dessa projeção no imaginário das ações e interações cotidianas sobre a vida social. A apropriação dessas representações se dá por meio de discursos políticos, pelo olhar dos estrangeiros, pela mídia, pelas empresas turismo e pela indústria cultural (CANCLINI, 1994).

Sendo a cultura nacional uma construção imaginária nos termos de Anderson (1983/1991) pode-se dizer que o imaginário discursivo expressado não apenas nos discursos políticos e institucionais, mas também na literatura, nas artes plásticas, na música e no cinema é fator preponderante nessa construção simbólica de uma unidade e coerência imaginárias. Na medida em que essas representações são compartilhadas e contribuem para a concepção coletiva da Nação passam a constituir o patrimônio nacional (CANCLINI, 1994).

53 Cf. Belém, 1996

54 Pierre Verger (1902-1996), fotógrafo e etnólogo francês que veio para o Brasil em 1953, onde descobriu o Candomblé, tornando-se estudioso do culto aos Orixás que foi estudar na África, onde se converteu em 1953, tornando-se babalorixá babalaô (adivinho). Na Bahia criou a Fundação Pierre Verger para prosseguir as pesquisas e disponibilizar seu acervo (www.fundacaopierreverger.com.br)

55 Michel Gautherot (1910-1996), fotógrafo francês que chegou ao Brasil no final de 1930. Registrou o cotidiano e os costumes das populações brasileiras entre 1930-1980 (www.ims.uol.com.br)

56 Cf. Belém, 1998.



Figura 28 - Vista da Doca do Ver-o-Peso, 1875. Acervo do Instituto Moreira Salles. Autor: Findanza, Felipe Augusto. Coleção Gilberto Ferrez, Fonte: ALUNORTE, 1995: p. 91



Figura 29 - Doca do Ver-o-Peso, Pierre Verger, 1948. Fonte:
http://www.pierreverger.org/br/photos/photos_albums.php

Acesso em 15.05.2008

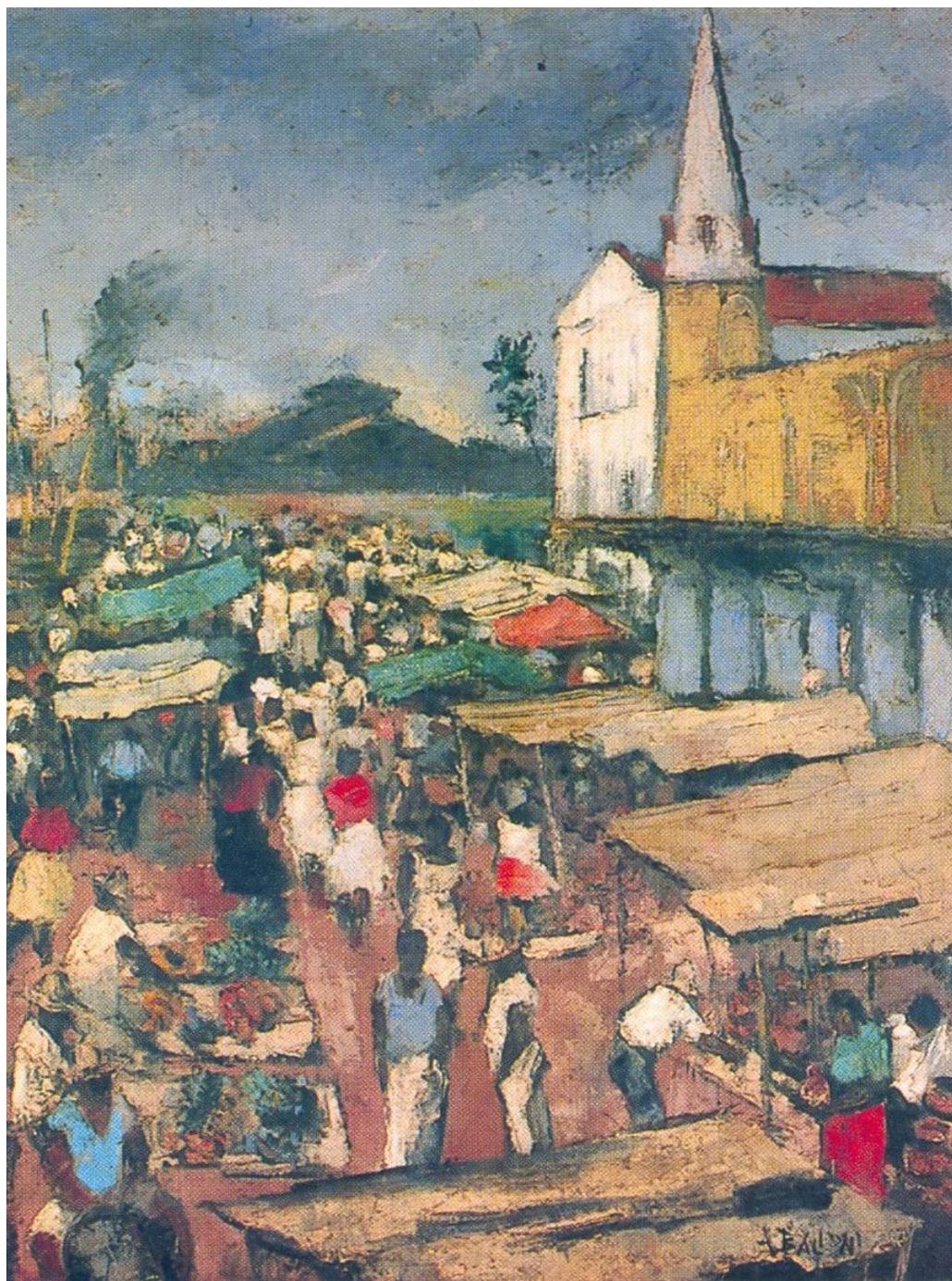
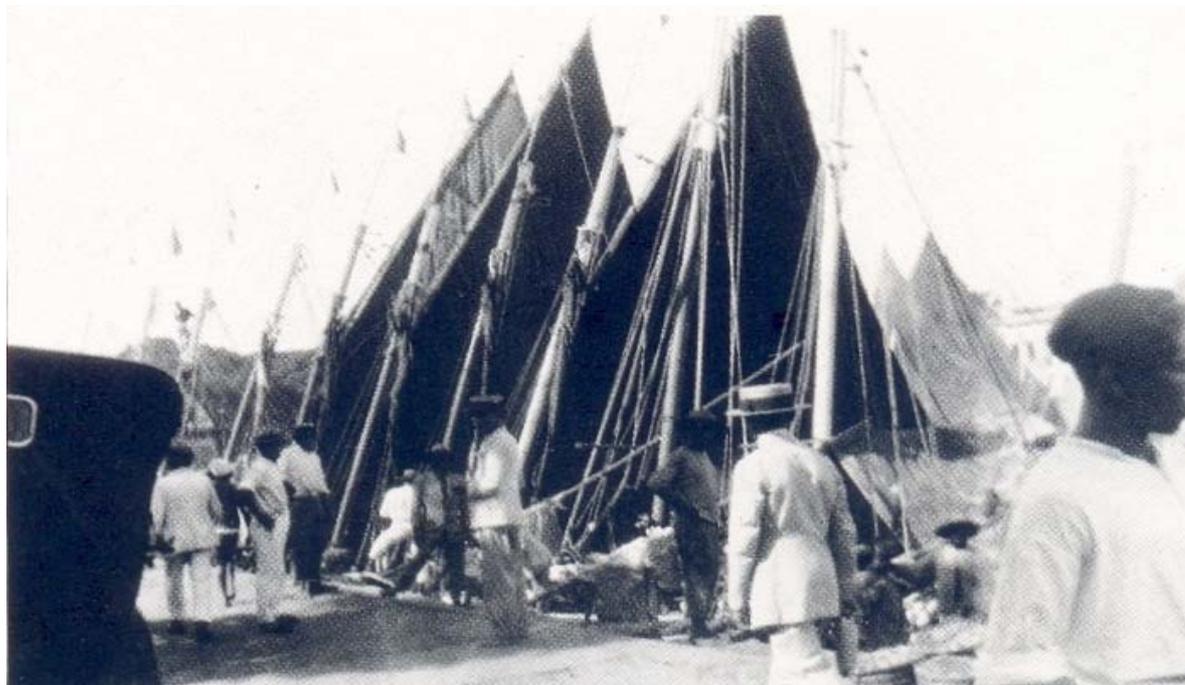


Figura 30 – “Feira do Ver-o-Peso” de Armando Balloni, de 1956.
Óleo sobre tela, 92cm x 73 cm . Fonte: “Ver-o-Peso: O que se narra e o que se vê”, Belém,
PMB/MABE 1999

Assim, na literatura paraense, dentro dessa nova ótica, o Ver-o-Peso vai ser primeiro representado na obra folclórica de Bruno de Menezes, em “São Benedito da Praia” (1959). Este autor, considerado um dos precursores do modernismo no Pará, bem como outros intelectuais de sua época, aderiu aos preceitos modernistas, importados, mas por meio de processo de recriação local (FIGUEIREDO, 1998, 2003). Nesse processo, as cores e as dores de uma realidade amazônica muitas vezes perversa, de espoliação e de miséria, até então expressada de forma preconceituosa nos relatos de viajantes e cientistas (TUPIASSÚ, 2005; FERNANDES, 2003; MAUÉS, 1999), se fará presente em romances, poemas e crônicas de autores da região

Na década de 1940, outro grupo ligado às letras⁵⁷, depois de tripudiar das obras de Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, acaba seduzido pela nova tendência modernista passando a produzir trabalhos cujos argumentos, desenvolvidos em torno de contextos muitas vezes regionais, assumem caráter universal (FIGUEIREDO, 1998, 2003,). Mário de Andrade, que passou por Belém em 1927, durante viagem as regiões norte e nordeste, registrou com sua câmara o interior do Mercado de Carne e a Doca do Ver-o-Peso, também escreveu uma pequena prosa, onde menciona a “lerdeza” das velas coloridas na doca e o cheiro acre do mercado. Deixou por aqui novos ares (Figura 31).

⁵⁷ Cf. Figueiredo (1998, 2003, p.267), faziam parte desse grupo Benedito Nunes, Haroldo Maranhão, Alonso Rocha, Mário Faustino, Max Martins, João Mendes,, Cauby Cruz, , Sultana Levy e Jurandir Bezerra, aos quais veio agregar-se um grupo de uma outra geração anterior, que aderiu a nova tendência estética e incluía Francisco Paulo Mendes, Stélio Maroja, Mário Couto, Otávio Mendonça, Raimundo de Souza Moura, Rui Barata, Paulo Plínio Abreu e Míriam Moraes.



[...] Os barcos veleiros sentados no cais do Ver-o-Peso sacudiam as velas rosadas azuis negras se abanando com lerteza.

Belém, 19 de maio de 1927

Mário de Andrade

Figura 31 - Doca do Ver-o-Peso fotografada por Mário de Andrade, em 1927. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiro/USP. Fonte: Andrade, 1993, p. 68.

Manoel Bandeira que também esteve em Belém em 1927, escreve o poema *Belém do Pará*, onde são ressaltadas peculiaridades da cidade, da Belém antiga como o casario, a Igreja da Sé e a Doca do Ver-o-Peso:

Belém do Pará

[...] Me obrigarás a novas saudades

Nunca mais me esquecerei do teu Largo de Sé

Com a fé maciça das duas maravilhosa igreja barrocas

E o renque ajoelhado de sobradinhos coloniais tão bonitinhos

Nunca mais me esquecerei

Das velas encarnadas

Verdes

Azuis

Da doca de Ver-o-Peso

Numa mais [...]

(BANDEIRA, 1928/1981)

No decorrer do século XX Dalcídio Jurandir, em *Belém do Grão Para*, traz em prosa, na visão da personagem Alfredo, a descrição do Ver-o-Peso com a maré de março invadindo as ruas da cidade, uma visão tão cara aqueles que já tiveram a oportunidade de vê-la:

Viva maré de março visitando o Mercado de Ferro, lojas e botequins, refletindo junto ao balcão os violões desencordados nas prateleiras. Os bondes, a o fazer a curva no trecho inundado, navegavam. As canoas do porto veleiro, em cima da enchente, ao nível da rua, de velas içadas, pareciam prontas a velejar cidade adentro, amarrando os seus cabos nas torres do Carmo, da Sé, de Santo Alexandre e nas sumaumeiras do arraial de Nazaré (JURANDIR, [1960]/2004, p.133).

De Campos Ribeiro em “Gostosa Belém de Outrora” (1966) e Eneida de Moraes em “Aruanda banho de cheiro” (1962) abordam o Ver-o-Peso em crônicas urbanas, mesclando memória afetiva, registros históricos e cotidianos em forma de prosa. José Ildone, em trova, também faz sua interpretação do Ver-o-Peso:

*Se me mandassem pesar
O peso que a vida tem,
Eu passaria minha vida
A Ver-o-Peso em Belém*

(ILDONE, 1979)

João de Jesus Paes Loureiro e Max Martins abordam em poemas o lado “anti-cartão-postal” do Ver-o-Peso: a lama, a fome.

*Ver-o-Peso
...A lama purificada, inocente,
língua recoberta de asco,
a lama transbordante
patamar de urubus
festa de vermes.*

Lama.

O anti-cartão-postal do Ver-o-Peso [...]

(PAES LOUREIRO, 1983, p. 89)

*Ver-o-Peso
A canoa traz o homem
A canoa traz o peixe
A canoa tem um nome
No mercado deixa o peixe
No mercado encontra a fome [...]*

(MARTINS, 1992, p.79)

Na música a influência modernista vai estar presente no trabalho de Waldemar Henrique, cuja obra, conforme relatado pelo próprio autor recebeu influências de sua origem amazônica, de Mário de Andrade com quem teve contato no Rio de Janeiro, e também de Villa Lobos (BARROS, 2005; GODINHO, 1980; FILHO, 1979). Nessa mesma linha pode-se também citar a obra de Ettore Bosio, Gentil Puget e Jaime Ovalle (BRITO, 2003). Nas composições musicais contemporâneas a cidade de Belém e seus encantos é louvada em muitas letras das quais destaco “Belém do Pará , Brasil”⁵⁸ onde é anunciada a destruição do Ver-o-Peso para construção de um *shopping center* e o carimbó⁵⁹ “Feira do Ver-o-Peso”⁶⁰ onde o autor, Pinduca, anuncia os produtos ofertados na feira, convidando a conhecer Belém do Pará.

No teatro o Ver-o-Peso é representado há mais de vinte anos, pelo Grupo Experiência, entrando em cartaz todos os anos. Na montagem são ressaltadas a caracterização física do espaço, a sociabilidade, as fofocas, a esperteza e a malandragem aprendidas na “universidade” do Ver-o-Peso (Figura 32).

58 De Edmar Rocha, Erick Van, Leg, Marcelo, Pyrull, Pepé Dantonia

59 Ritmo local, marcado pelo batuque do tambor, reinterpretado por esse autor ao som das guitarras e do contrabaixo

60 De autoria de Pinduca, compositor e cantos de carimbo, com vários discos gravados.



**Figura 32- Apresentação da peça Verde Ver-o-Peso no Teatro Margarida Schivasappa.
Autor: Sérgio Canto, 2008.**

Como se pode ver, não foi por mero acaso que o Ver-o-Peso se tornou o mais difundido cartão-postal de Belém, mantendo o posto até hoje conforme eleição realizada pelo Banco Itaú há alguns anos atrás para escolha do símbolo de várias cidades brasileiras onde, em Belém, o Ver-o-Peso ficou com o primeiro lugar. Agora em 2008, reportagem veiculada em O LIBERAL, de 15 de janeiro de 2008, informa que em votação realizada pela *Revista Caras*, em seu portal na internet, para escolha das sete maravilhas do Brasil, o Ver-o-Peso foi o quinto mais votado

Além dessas representações, pesquisas realizadas sobre a escravidão na Região Norte no estado do Pará dão conta de que o Ver-o-Peso constitui um importante referencial nesse sentido, tanto pelo registro da comercialização de escravos na doca (SALLES, 1971/2005) como pela construção do pelourinho na antiga Rua da Praia, hoje 15 de novembro, na segunda metade do Século XVIII, ou ainda como alternativa de trabalho para a mão-de-obra escrava, sobretudo a feminina, logo após a abolição, nas atividades de feirante e vendedor de rua com as tradicionais vendas de tabuleiro (mingau, tacacá, doces) e de “cheiro cheiroso” (SALLES, 2005; FONTES, 1997; PANTOJA, 2001; VAZ SILVA, 2007), cujas presenças foram registradas no período colonial em vários estados brasileiros e representadas em pinturas, desenhos e gravuras por artistas e viajantes nos séculos XVIII e XIX.

Esse tipo de representação na pintura vai ser retomado no modernismo, em todo o Brasil, sob a ótica de valorização dos temas do cotidiano, como na obra da pintora paraense Antonieta Feio, nas décadas de 1930 e 1940, e do pintor Waldemar da Costa Guimarães, de 1940⁶¹ (FERNANDES, 2007), (Figuras 33 e Figura 34).

E assim o barroco colonial de Belém vai ser tombado nas décadas de 1940/1950, como marca da presença da civilização brasileira no norte do país. Posteriormente, já entre as décadas de 1960/1980, dentro de uma nova ótica do patrimônio brasileiro, onde os monumentos não são mais percebidos de forma isolada, mas integrados à cidade e como testemunhos documentais desta, serão tombados os conjuntos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos da Praça Frei Caetano Brandão e do Ver-o-Peso.

⁶¹ As telas mencionadas integram o acervo do Museu de Arte de Belém-MABE



Figura 33 - “Vendedora de Cheiro”, 1947, Antonieta Feio. Óleo sobre tela, 105,6 cm x 74,3 cm. Acervo MABE. Fonte: “Ver-o-Peso: O que se narra e o que se vê”, Belém, PMB/MABE 1999



Figura 34 - “Vendedor de Caranguejo”, 1940, Waldemar da Costa Guimarães. Óleo sobre tela, 150 cm x 123 cm. Acervo do MABE. Fonte: “Ver-o-Peso: O que se narra e o que se vê”, Belém, PMB/MABE 1999

3.2. As narrativas nacionais e o patrimônio cultural brasileiro

Iniciada pelos Estados modernos no final do século XIX, a constituição e preservação de patrimônios históricos e artísticos nacionais está relacionada à atribuição de valor e significados a objetos e bens selecionados pelo Estado, no presente, como representativos de um passado simbólico relacionado à nação. A preservação desses patrimônios tem por objetivo garantir sua transmissão às futuras gerações, a construção de uma identidade nacional e a formação dos cidadãos por meio de políticas públicas específicas (FONSECA, 2005; CHUVA, 2005).

O sentido da palavra nação relacionado a um grupo de pessoas de mesma origem étnica, falantes da mesma língua e com as mesmas tradições só será registrado nos dicionários a partir de 1925⁶². No contexto atual, para falar de nação e nacionalidade é imprescindível reconhecer a crise que estas vêm atravessando desde o final do século XX, associada pelos analistas a fatores como a libertação do colonialismo, movimentos nacionalistas separatistas, imigração em massa, a combinação Estado-nação/Economia nacional que deixou de ser fator de desenvolvimento histórico dando lugar às grandes corporações supranacionais (HOBSBAWM, 2004; GEERTZ, 2001). Nesse quadro, a velha fórmula de unificação e homogeneização dos diferentes povos e culturas através da nação e do nacionalismo tornou-se impraticável.

É fato que esses processos de construção de nações aconteceram de forma desigual entre os grupos sociais e as diversas regiões de um país, a diversidade e suas razões foram esquecidas no passado (HOBSBAWM, 1990/2004). No Brasil, a inquietação relativa à falta de representatividade da diversidade cultural brasileira entre os monumentos tombados está presente no IPHAN desde a década de 1970 (FONSECA, 1995), mas a adoção efetiva de políticas públicas para a proteção do patrimônio imaterial no Brasil só vai acontecer a partir de 1989, vinculada ao movimento internacional desencadeado pela UNESCO com a *Recomendação sobre a salvaguarda das culturas tradicionais e populares*⁶³.

A constituição de patrimônios nacionais surge associada à tradição, a memória coletiva e a identidade nacional, as quais vão ser consolidadas pelas narrativas nacionais. Estas por sua vez, são construídas pela história oficial e pelos discursos do patrimônio cultural⁶⁴.

62 Dicionário da Real Academia Espanhola apud HOBSBAWM, 1990/2004

63 Resultante da Conferência Geral, 25ª Reunião, na cidade de Paris, em 15 de novembro de 1989. In Cury, 2000, p.293-301.

⁶⁴ Cf. Gonçalves (1996, p.11-12), discurso no sentido de narrativas nacionais, que tem o propósito de construção da memória e da identidade nacionais no contexto em que são usadas por intelectuais nos processos de construção da nação.

Assim, neste capítulo, após historiar a trajetória do Ver-o-Peso de uma simples e movimentada doca a cartão-postal de Belém e patrimônio nacional, teço algumas considerações sobre a construção de patrimônios nacionais e a formação de Estados Nações no mundo, chegando ao contexto atual globalizado e também ao Brasil, onde a expressão patrimônio cultural assume hoje abordagem mais abrangente, com a incorporação das culturas tradicionais e populares que constituem o patrimônio imaterial. Em seguida, aproprio-me de análise feita por Gonçalves (2002) e por Alencar (2005) das narrativas do patrimônio, através dos discursos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Aloísio Magalhães e Gilberto Gil como autoridades brasileiras na área da cultura e do patrimônio cultural

Contrapondo esses discursos aos depoimentos de trabalhadores do Ver-o-Peso procuro identificar, nas interpretações de alguns componentes desse grupo, quais as suas referências culturais e afetivas na cidade de Belém e qual a compreensão que têm sobre patrimônio cultural a partir do sentido posto institucionalmente nos discursos oficiais, assimilados e reproduzidos pela população a partir dos meios de comunicação.

Para melhor compreensão da relação entre os discursos do patrimônio e as narrativas nacionais, sobretudo no Brasil, serão considerados como elementos característicos destes: 1) frases e enunciados situados no tempo e no espaço, emitidos por alguém em relação a um discurso anterior e a um interlocutor que deverá respondê-lo e, assim, sucessivamente; 2) pode estar associado a diferentes atividades e a situações cotidianas; 3) vocabulário, gramática e entonação que se modificam de acordo com a posição daqueles a quem se dirigem e de seus objetivos que podem ser acusar, interpelar, persuadir ou ensinar; 4) pode ser oficial, informal, popular; 5) cada grupo, categoria social, instituição, indivíduo etc. têm seus discursos diferenciados, com os quais dialoga com seus interlocutores. (GONÇALVES, 2002)

Dessa forma, os discursos do patrimônio podem ser interpretados como narrativas nacionais desenvolvidas em torno da *monumentalidade* ou do *cotidiano*. De acordo com essa perspectiva e, para efeito de análise, os objetos e estruturas selecionados para preservação como patrimônio só passam a ser assim considerados depois que são designados dessa forma através de discursos, aqui referidos de forma estreitamente vinculada a visões de mundo de cada sociedade (GONÇALVES, 2002).

Em toda sociedade nacional moderna há diferentes modalidades de discurso de patrimônio disputando o papel hegemônico de representação da identidade e da memória nacionais. No caso brasileiro esses discursos assumiram, esquematicamente, essas duas modalidades: o “discurso da monumentalidade” e o “discurso do cotidiano”. Os dois se opõem entre si e disputam lugares de legitimidade. Originadas nos discursos modernistas ambas as

tendências coexistem dialogicamente até os dias atuais. É em torno dessa relação dialógica entre monumentalidade e cotidiano que se constitui a base das estratégias narrativas do patrimônio, organizadas a partir de três oposições centrais: passado/presente, tradição/experiência, narrativa/realidade contemporânea. A predominância de uma sobre a outra é que vai dar o tom do discurso no sentido da maior ênfase, no processo de constituição da nação, para a monumentalidade ou para o cotidiano (GONÇALVES, 2002).

Partindo dessas oposições, os discursos do patrimônio no Brasil podem ser divididos em dois períodos distintos do Século XX, correspondentes à gestão de Rodrigo de Mello Franco na criação e consolidação do IPHAN, entre 1930 e 1960; e a de Aloísio Magalhães, no período de 1970 -1982, primeiramente à frente do IPHAN e depois da, então, Secretaria de Educação e Cultura. Ambos respondem pelas duas importantes narrativas, representativas das políticas oficiais do patrimônio cultural brasileiro, inventadas culturalmente e cujo enfrentamento é ainda bastante atual (GONÇALVES, 1996).

No discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, da antiga Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criada em 1937, a vinculação com o presente é mediada pela tradição. São os monumentos, por meio de sua arquitetura de influência européia que representam a tradição e a memória, fontes da identidade nacional. A cultura brasileira é homogênea, resultante da combinação das heranças recebidas de africanos, ameríndios e europeus. Pela extrema valorização do passado, da tradição e das narrativas construídas a partir dos monumentos (de forma monológica), por meio dos quais se reconstitui a tradição, pode-se inferir que as narrativas nacionais desse período foram erigidas sob a égide da monumentalidade (GONÇALVES, 1996, 2002).

Essa relação entre o passado e o futuro por meio dos monumentos e a idéia de civilização é manifestada por Franco de Andrade durante cerimônia de tombamento do Catetinho, em Brasília, em 1959:

O objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil e do futuro com o passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram (ANDRADE, Rodrigo, 1987, p.169).

Aloísio Magalhães suscitou, a partir de sua visão antropológica de cultura⁶⁵, uma série de questionamentos relativos à política cultural, inclusive com relação ao patrimônio cultural e ao tombamento, dando início a um processo de reavaliação dos critérios e procedimentos adotados pelo IPHAN na seleção e atribuição de valores relativos ao que deve ser preservado

Ainda que muito presente em Mário de Andrade, é no discurso articulado por Aloísio Magalhães que a presença do cotidiano será tematizada no espaço público. A identidade é construída a partir da diversidade, numa “totalidade imaginária”. Aloísio substitui em seu discurso o patrimônio histórico e artístico pela noção de bens culturais. Além disto, destaca a diversidade cultural brasileira associando-a ao processo de desenvolvimento e mantendo a autonomia cultural diante do primeiro mundo. O passado é posto como fator de sustentabilidade do presente e de um futuro projetado (GONÇALVES, 2002, 1996).

A inclusão das atividades do fazer cotidiano brasileiro dentre os bens culturais que delineiam a identidade nacional é defendida:

Permeando essas duas categorias (bens móveis e imóveis) existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade (MAGALHÃES, 1985, p.52-53).

À análise de Gonçalves, relativa aos discursos patrimoniais no Brasil, tomo a liberdade de acrescentar um terceiro discurso, do atual Ministro da Cultura, no caso, o cantor e compositor Gilberto Gil, nomeado para o cargo em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para analisar as narrativas desse período recorro à Alencar (2005) sem, entretanto prescindir da construção epistemológica de Gonçalves utilizada até agora (2002).

Essa autora analisa o papel desempenhado pela cultura brasileira como estratégia de mudança no projeto desenvolvimentista de governo, por meio dos discursos e performances do Ministro da Cultura, refletidos na aplicação do “registro” no plano nacional, e do programa da UNESCO “Proclamação das obras primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade” no plano internacional. Como esse último período analisado corresponde justamente ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Alencar (2005) ressalta que este se diferencia dos

⁶⁵ Cf. Gonçalves (1996, p. 52), embora um bem sucedido *designer*, a política cultural defendida por Aloísio Magalhães é orientada por valores presentes nas modernas teorias antropológicas, com uma visão sistemática de cultura e sociedade

anteriores pela grande mobilização popular, repercussão e expectativas de mudanças atribuídas ao fato de tratar-se de um partido de esquerda e de um presidente de origem popular.

No que tange aos discursos e práticas patrimoniais representadas por Gilberto Gil, destaca-se seu perfil performático e poucas modificações com relação ao período precedente: “a cultura brasileira é equiparada à nação”. Embora a pluralidade e diversidade cultural sejam reconhecidas, persiste a idéia de homogeneidade, com a população brasileira partilhando, harmonicamente, aspectos como tolerância, mestiçagem, sincretismo e integração. Some-se a isso a valorização das práticas culturais cotidianas como recurso para reforçar a auto-estima do brasileiro, visando à construção de uma nação soberana. A concepção de nação, no entanto, permanece ortodoxa, associada à visão hegemônica. Ainda nos moldes de Aloísio a cultura é colocada como possibilidade de desenvolvimento e transformação social, além de fator de mudança (ALENCAR, 2005).

Para exemplificar o discurso de Gilberto Gil segue trecho da fala do ministro no dia de sua posse, 2 de janeiro de 2003 onde, ao mesmo tempo em que reconhece a multiplicidade cultural, ele afirma a unidade nacional através da língua:

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura – unidade básica, abrangente profunda – também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se – e, de fato, sejam – igualmente brasileiros. [...] Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural – mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa (GIL, 2003, p. 13-14).

Reconhecendo a existência no país de grupos tão diversos como as populações indígenas e as comunidades de imigrantes do sul do país, das quais muitos de seus integrantes, embora nascidos no Brasil sequer falam o português, o ministro prega a unidade de cultura que para ele se dá pelo sincretismo e pela língua.

Para Alencar (2005) no discurso de Gil essa homogeneidade cultural é apresentada como construída historicamente de forma harmoniosa, devido à índole pacífica do brasileiro, sem qualquer conflito, prevalecendo nessa concepção as “Comunidades Imaginadas” de Anderson (1991).

Sincrética sim, mas unidade cultural harmoniosa não. Mosaico possível, “*bricolage*”, “colcha de retalhos”? Como observado por Geertz (2001, p.218) com relação à imagem do mundo com tantas culturas distintas, “[...] um emaranhado de semelhanças e diferenças apenas parcialmente discernidas [...]”. Afinal, o que faz os grupos ou os indivíduos

assumirem determinadas identidades é indissociável do momento, da finalidade e do contexto, quando é necessário se perceber e serem percebidos em contraste e com relação ao outro.

Que os habitantes do Brasil se sintam e considerem brasileiros em determinadas circunstâncias e com relação a determinados aspectos é um fato. Afinal não é a toa que o samba, a feijoada e o futebol sejam difundidos e façam parte do imaginário nacional como bens culturais brasileiros (FRY, 1985; 2001), ainda que destes, até o momento, apenas o samba, em várias vertentes de batuque de influência africana (samba carioca, tambor de crioula, samba de roda, jongo) seja reconhecido, por meio do registro, como patrimônio cultural brasileiro⁶⁶.

O fato de todos se sentirem brasileiros em algumas circunstâncias não significa, necessariamente, que estejam representados nessa construção da comunidade imaginada brasileira equitativamente, muito menos que estejam todos contemplados pelas políticas públicas nacionais. Qualquer que seja a natureza dos grupos sociais envolvidos por essa engenharia social de construção de nações, para sobre todos, em maior ou menor intensidade, o sentimento de brasilidade com todas as contradições, ambigüidades, desigualdades e injustiças inerentes a esse fato. As vantagens, essas infelizmente ainda não estão completamente democratizadas, mas já se encontram mais ao alcance da sociedade civil organizada que conhece e reivindica ao Estado o atendimento daquilo que lhe é de direito.

Adotando para a análise que Alencar faz dos discursos de Gilberto Gil os mesmos princípios utilizados por Gonçalves (2002) para as narrativas do patrimônio de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães, observo que apesar de enfatizar a experiência cotidiana em suas falas e atitudes, a narrativa desse governo ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza a diversidade cultural brasileira insiste na idéia de composição da unidade nacional (sincrética) aludindo a certa homogeneidade e denotando ambigüidade, como detectado por Alencar (2005).

Para essa autora, nesta ambigüidade se podem entrever duas partes do discurso, uma correspondente ao papel do Estado, como integralizador da sociedade e a outra ao governo, apresentando seus ideais de mudança.

Concordando novamente com Alencar (2005) em sua avaliação, vislumbro também que essa ambivalência pode ser interpretada como uma proposição mais dialógica entre os dois discursos anteriores, onde aspectos da monumentalidade e do cotidiano se interpenetram, complementam e até mesmo se contradizem na construção de uma identidade nacional plural.

⁶⁶ Também os grupos de Carimbó, no Pará, estão se articulando para solicitar o registro desse bem cultural como patrimônio cultural brasileiro

Considerando ser esta uma questão mundial e geradora de conflitos, especialistas de diversas áreas, inclusive alguns com vivência de processos migratórios, vêm procurando alternativas de conciliação e composição de diferentes culturas. De acordo com esta perspectiva alternativas possíveis são vislumbradas para a construção de consensos e estratégias de representação e acesso ao poder entre as minorias concorrentes. A articulação de culturas é possível na construção de narrativas nacionais, sem resvalar para o relativismo ou para o universalismo, contemplando as “diferenças culturais”⁶⁷ e preservando características de solidariedade, como “modos de identificação cultural e afeto político” que se formam em torno de minorias organizadas a partir de questões de sexualidade, etnia, feminismo, refugiados, migrantes, etc. (BHABHA, 2005a, p.19-42).

Sendo as culturas constituidoras de símbolos e de temas suas práticas entrecruzam-se estando sempre em permanente movimento de mudança e de hibridação, a partir do qual se constituem outras práticas, outros símbolos, outro espaço onde as diferenças são processadas gerando novas estruturas, iniciativas e possibilidades (BHABHA,2005, p. 19-42). Essa possibilidade sincrética, ou de hibridação nos termos de Bhabha (2005), é destacada poeticamente pelo ministro Gilberto Gil no discurso proferido em Barcelona, no dia 13 de maio de 2004, por ocasião do Fórum Universal das Culturas.

Quando a desconfiança da hegemonia cultural se espalhou pelo mundo, eu como bom litorâneo já estava preparado. E na minha condição de homem, reconheci minha metade mulher; na de heterossexual, vislumbrei minha sensibilidade homo; na de negro, exaltei min'alma de todas as cores; na de crente, abracei o credo de todos os deuses. Como político, vi na ecologia a possibilidade de superar nossas mesquinhas imediatistas e dar uma dimensão mais cósmica às nossas ações em sociedade. Hoje, como ministro da Cultura do meu país, vejo no conceito de cultura a possibilidade de lidar com o ser humano brasileiro em todas as suas dimensões, mergulhado num meio ambiente Brasil que é sempre já natureza e cultura. Como artista e cidadão do mundo, vejo na cultura o espaço para o encontro de países, credos, etnias, sexualidades e valores, na cacofonia de suas diferenças, no antagonismo de suas incompatibilidades, na generosidade de um lugar comum, algo que nunca existiu, mas sempre foi sonhado por aqueles que deixam seu olhar se perder no horizonte (GIL, 2004).

Talvez no discurso ambíguo do ministro esteja manifestada a possibilidade de composição entre as diferenças, como posto por Bhabha (2005) ou de reformulação do sentido de “nação” como algo consensual, mas não homogêneo que para Geertz (2001), deve ser buscado, elaborado, com o apoio da Antropologia e da Ciência Política, e a partir do reconhecimento do que é identidade e o que não é:

⁶⁷ Bhabha distingue diferença cultural de diversidade. Para esse autor, a diversidade cultural é um objeto epistemológico, uma categoria de ética, estética ou etnologia comparativa; e diferença cultural é um processo de significação onde afirmações da ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.

A imagem do mundo como pontilhado de culturas distintas, blocos descontínuos de pensamento e emoção – uma espécie de visão pontilhistas de sua composição espiritual-, é tão enganosa quanto a de um mundo taqueado com Estados nacionais repetitivos e reiterados, e pela mesma razão: os elementos em pauta, os pontos ou os tacos, não são compactos nem, homogêneos, simples nem uniformes. Quando examinados, sua solidez se desfaz e o que nos resta não é um catálogo de entidades bem definidas a serem dispostas e classificadas, uma tabela mendeliana de espécies naturais, mas um emaranhado de diferenças e semelhanças apenas parcialmente discernidas (GEERTZ, 2001, p. 218).

Na prática o discurso do ministro Gilberto Gil e a política cultural do governo, na área do patrimônio cultural, vêm se firmando através da aplicação do Decreto nº 3551/2000, com a implementação do Programa do Patrimônio Imaterial, o qual viabiliza os “inventários culturais” que vêm sendo realizados em todo o país, através do IPHAN⁶⁸; o “registro” como patrimônio cultural brasileiro de alguns desses bens culturais, já inventariados, os quais, sem dúvida, já constituem uma pequena mostra da pluralidade da cultura brasileira (samba de roda, pintura corporal e arte gráfica *wajãpi*, ofício de baianas de acarajé, Círio de Nazaré, paneleiras de Goiabeiras do Espírito Santo, viola de cocho, jongo, samba de roda, frevo, tambor de crioula, Feira de Caruarú); a implementação de “planos de salvaguarda” que, elaborados a partir dos inventários, possibilitam criar condições para a permanência da produção dos bem ameaçados de desaparecimento, bem como para constituí-los em instrumentos de transformação social e econômica de seus produtores, se esses assim o desejarem.

Não se pode, entretanto perder de vista que se trata de um processo em construção, que deve ser avaliado criticamente a partir de seus efeitos práticos sobre os grupos sociais envolvidos, e tampouco esquecer os equívocos do passado com relação à folclorização de diversas manifestações culturais⁶⁹.

Mesmo reconhecendo que há uma grande abertura no sentido de participação da sociedade civil nesse processo de construção do patrimônio cultural brasileiro a partir dos inventários e do registro, a sistemática de escolha e decisão final de quais bens, materiais e imateriais, constituirão o mosaico do patrimônio cultural brasileiro, de certa forma, permanece no mesmo formato, ou seja, ainda é prerrogativa do Conselho Consultivo do IPHAN, cuja constituição consiste em um presidente (do IPHAN), quatro representantes de instituições cujas participações são permanentes (Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, International Council on Monuments and Sites -ICOMOS, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Museu

68 Segundo informação obtida na página do IPHAN(<http://www.portaliphan.gov.br>), no dia 2 de março de 2006 já foram concluídos pela instituição, no Brasil, sete inventários de referências culturais e vinte e nove encontram-se em andamento, cujas execuções estão sendo viabilizadas pelo IPHANe/ou em parceria.

69 Sobre essa questão ver Burke (1991/2005), Bakhtin (1970/1999), Vilhena (1997), Ortiz (1985/2006), Brandão, 1982, Arantes, (1990/2004).

Nacional), dezoito representantes da sociedade civil, com conhecimentos na área de patrimônio (arquitetos, antropólogos, historiadores, intelectuais do patrimônio), indicados pelo IPHAN e endossados pelo Minc⁷⁰.

Considero que o grande desafio institucional de hoje seja repensar não apenas os procedimentos de inventário, registro e, sobretudo de tombamento, que devem ser mais ágeis e abrangentes, mas também a representatividade da sociedade civil no Conselho Consultivo do IPHAN, tornando-o realmente mais democrático e adequado ao sentido atual de patrimônio cultural. Talvez por meio da elaboração de novas formas de participação de representantes da sociedade civil, numa espécie de sistema rotativo, criando-se a oportunidade de estarem ali presentes não apenas como convidados, mas com direito a voz e voto, legítimos representantes dos bens culturais cujos reconhecimentos como patrimônio cultural brasileiro estejam sendo apreciados.

3.3. As interpretações do Patrimônio Nacional no Ver-o-Peso

A produção de um universo simbólico através da seleção de bens culturais, materiais e imateriais, que representem a nação é um dos principais objetivos daqueles que constroem os patrimônios nacionais. Entretanto, no atual contexto idealiza-se que essa seleção reflita a pluralidade cultural do país, ou seja, propicie a todos aqueles grupos sociais que integram a nação, o sentimento de pertencimento, fator essencial da identidade nacional.

As nações são artefatos culturais constituídas de símbolos e representações, como narrativas são portadoras de sentidos que influenciam e organizam nossas ações e as concepções que temos de nós mesmos, conformando identidades. Atuam sobre o modo como os diversos grupos e categorias atingidos entendem o que seja a sua “nação”, ou a maneira como nela se inserem a partir dessa totalidade construída (GELLNER, 2003; ANDERSON, 1991; HOBSBAWM, 2004).

Para abordar as narrativas do imaginário amazônico deve-se considerar o processo de construção destas nas populações tradicionais da região, incluindo contextos e questões ideológicas presentes. Ideologia colocada tanto no sentido de idéias universalizantes, que muitas vezes disfarçam contradições sociais reais, quanto no sentido político vinculado a interesses de determinada classe, ou como “totalidade das formas de consciência social” (FERNANDES, 2003).

⁷⁰ Decreto nº 5040, de 7 de abril de 2004.

Embora os trabalhadores do Ver-o-Peso não possam ser incondicionalmente enquadrados no conceito de população tradicional contido no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007⁷¹, também não estão necessariamente dissociados deste, seja por constituírem grupos sociais que ocupam um mesmo território associado ao trabalho e a reprodução cultural de suas práticas, seja pelo saber local impregnado por conhecimentos tradicionais, seja pela relação direta de alguns setores com os conhecimentos associado à biodiversidade e ao patrimônio genético, como no caso do Setor das Ervas, que se reconhece dessa forma.

Pela importância da questão, sobretudo para o Ver-o-Peso, devido ao caso das erveiras e erveiros com a “Natura”, empresa de cosméticos, observo que a proteção dos conhecimentos das populações tradicionais associada ao patrimônio genético e a biodiversidade constitui ainda uma questão recente, de abrangência internacional, em processo de construção no que se refere aos aspectos jurídicos e administrativos, inclusive com relação ao aparato institucional de proteção destes. Assim, a abrangência e aplicação do conceito vêm sendo objeto de questionamentos inclusive por grupos urbanos que se reconhecem como populações tradicionais embora não preencham todos os requisitos postos pelo decreto (MOREIRA, 2006, s/p.).

Assim, retomando as colocações de Fernandes (2003) quanto à formação do imaginário amazônico nas populações tradicionais, considero-as pertinente com relação aos trabalhadores do Ver-o-Peso por dois aspectos: O primeiro é que os discursos estão sempre vinculados a formas de pensamento e modos de ser que se refazem indefinidamente a partir de outros discursos; o segundo é que os discursos, sobretudo os oficiais, estão sempre imbuídos de ideologias.

Com relação à primeira colocação deve-se levar em conta, para fazer pesquisa com os trabalhadores do Ver-o-Peso, de que estes, não apenas pela quantidade de eleitores potenciais reunidos, mas também pela sua capacidade de mobilização, constituem alvo de políticos, principalmente em períodos eleitorais⁷². Além disso, ao lado das influências regionais presentes na feira, se deve considerar que esta é freqüentada por turistas nacionais e estrangeiros; pesquisadores universitários e de empresas da área de cosmético e de farmacologia; pela população local que inclui donas de casa, intelectuais e boêmios, chefes de cozinha, trabalhadores do comércio e de instituições públicas e moradores de rua entre outros

⁷¹ Cf. o Decreto nº 6040/2007, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

⁷² O que não quer dizer que sejam alvos fáceis, ao contrário, percebem claramente essas intenções politiqueras, mas aprenderam a lidar e tirar partido dessas épocas de promessas nem sempre cumpridas.

Não se pode perder de vista nesse contexto que as influências da cultura regional convivem lado a lado com a globalização, ainda que de forma relativizada, isto é, embora disseminada por todos os quatro cantos do mundo, seus efeitos se fazem sentir em formas e intensidades bastante diversas, de acordo com cada localização e contexto (MASSEY, 2000). E ainda, que os complexos processos da globalização se dão de forma antagônica e contraditória, de modo que ao mesmo tempo em que esta retira poder e decisões das esferas locais, transferindo-os para a “arena global”, cria pressões por autonomias locais, ocasionando o surgimento de identidades culturais locais por todo o mundo (GIDDENS, 2003).

Portanto o roteiro das entrevistas foi traçado com o objetivo de apreender e interpretar o conhecimento que os trabalhadores do Ver-o-Peso têm sobre patrimônio cultural, formado a partir da assimilação, entre outras coisas, dos discursos oficiais; identificar suas referências culturais na cidade de Belém e no Ver-o-Peso; identificar as noções que têm sobre o patrimônio que é engendrado por eles, trabalhadores, a partir de suas subjetividades e da realidade social da feira. Mas também foram abordadas questões como origem, família, escolaridade, como iniciaram o trabalho no Ver-o-Peso, como aprenderam o ofício e outras coisas mais.

Nos depoimentos colhidos identifiquei trabalhadores que estão ali há bastante tempo, assim como alguns cuja iniciação na atividade e no local é mais recente: o entrevistado com menor tempo de Ver-o-Peso está lá há dois anos, o mais antigo já se vão cinquenta anos. Muitas famílias no Ver-o-Peso já estão na terceira ou quarta geração na feira. Foram introduzidos no Ver-o-Peso por pais, avós ou tios e hoje já estão iniciando os filhos e netos nessa atividade.

Algumas vezes as perguntas sobre patrimônio eram formuladas diretamente, pois o próprio entrevistado tocava no assunto, outras vezes eu o introduzia na conversa e quando percebia que havia interesse no tema prosseguia, mas houve situações em que gerava certos silêncios constrangidos, então mudava de assunto.

Do universo dos depoimentos coletados selecionei e organizei alguns que apresentam diferentes interpretações sobre patrimônio cultural, conforme veremos:

Patrimônio histórico... Solar da Beira é um patrimônio histórico. Ah! Olha a Casa das Sete Janelas foi reformado é patrimônio histórico, o Mercado de Ferro, patrimônio histórico certo? “[...] aquilo que não pode ser destruído, que sempre tem que tá sendo reformada, que nunca pode mudar” (Roni Rocha, Setor de Ervas, jan./2006)

[...] patrimônio histórico eu entendo, vamo dizer, uma coisa que a pessoa tem, que é um patrimônio histórico, que a pessoa não pode demoli, não pode acabar com aquela coisa, que é patrimônio (Cláudio Santos Souza, Setor de Ervas, jan./2006).

Perguntado sobre o que acha que poderia ser patrimônio histórico em Belém o Senhor. Cláudio indicou a Estação das Docas, apresentando uma justificativa para sua indicação:

Porque foi muita gente trabalhador, muita gente suar a camisa trabalhando aí, então, isso, antes de nascer já existia isso, então deveria ser patrimônio histórico (Cláudio Santos Souza, Setor de Ervas, jan./2006).

Mas quando questionado se já esteve na Estação das Docas respondeu: “Não, eu não fui na Estação das Docas ainda, porque lá não foi feito para pobre, só pra rico.”

Dona Alzira do Setor de Frutas me respondeu sobre tombamento: “Tombamento histórico?... É tomba esse prédio que tão muito velho”. Complementando com a idéia que tem a respeito de porque um edificio é considerado patrimônio: “É porque são muito antigos. [...] É quando o dono despreza que não quer mais reformar, aí o Estado tomba né.”

Raimundo Brabo de Freitas vendedor de farinha da Feira do Açaí, também se posicionou sobre patrimônio histórico:

Do Patrimônio Histórico eu sou a favor desse que tá bem, tá tudo normal né. Agora eu sou contra certos tipo de Patrimônio Histórico como tem muitas parede por ai que tá... de casa que já pegou fogo, que tá só escorada pra não cair. Eu acho que nessa parte deviam construir uma coisa mais nova, uma construção bonita pra Belém (Raimundo Freitas, Feira do Açaí, jan./2007).

Também com relação ao fato de ser o Ver-o-Peso um patrimônio o Raimundo pensa que “é por causa dos prédios. São muito antigos né?” Já com relação aos lugares que gosta de passear nas férias destacou Cotijuba, “é a parte que eu mais gosto de ir”. Quanto aos pontos turísticos que já visitou e frequenta:

Olha, aquele Mangal das Garças, eu gostei demais, tem o Bosque que a gente vai bastante, tem o Museu, o Mangueirão que eu vou bastante que eu sou Payssandu, então é esses os meus pontos que eu vou passear (Raimundo Freitas, Feira do Açaí, jan./2007).

Antônio Lobato Soares, o Trindade do Setor da Maniva, perguntado sobre sua relação com os monumentos existentes ali na feira e na vizinhança exclamou: “Olhe, pra nós é a nossa história, o nosso passado, a nossa arquitetura, é o nosso Patrimônio Histórico.” Ao que lhe perguntei o que entendia por patrimônio ele respondeu:

Digamos, é a vida da nossa cidade, é o conhecimento, é o passado, é a lembrança que a nossa cidade há 500 anos, 400 e poucos anos atrás, a nossa cidade não era aquilo, e quantas pessoas suaram pra fazer esses monumentos tão grandes, tão gigantescos no tempo da escravatura (Antônio Lobato Soares, setor de Maniva, jan./2006).

No depoimento do Trindade, também fica evidente sua relação afetiva e simbólica com o lugar:

Eu quando vim da minha cidade (eu sou de Abaetetuba), eu vim pra cá pra Belém com quatorze anos de idade, em 1969, vim morar na casa dos meus avós e também trabalhar com meus tios e eles tinham barraca já aqui no Ver-o-Peso. Ou seja, há trinta e oito anos atrás eu trabalho no Ver-o-Peso e... Me sinto muito feliz, muito satisfeito, daqui eu me casei, constitui família, tenho cinco filhos, maravilhosos inclusive, e aonde um trabalha comigo e a minha esposa trabalha também em casa na produção do tucupi, de maniva cozida, de polpa de frutas também nós temos venda em casa, e eu me sinto satisfeito o Ver-o-Peso pra mim/ ou seja foi uma coisa na minha vida que aconteceu que até hoje eu gosto de ser do Ver-o-Peso (Antônio Lobato Soares, Setor de Maniva, jan./2006).

Também no caso da Deuzarina da Silva Correia, a Deuza, do Setor de Ervas, depreende-se que sua relação com a cidade, mas principalmente com o Ver-o-Peso é muito forte e sentimental, quando fala dos lugares onde gosta de passear em Belém:

Rapaz! Eu passeio. Eu vou sempre na orla, em Icoaraci, vou em Mosqueiro, mas ... Eu gosto mesmo é de lá do Ver- o-Peso. Eu gosto de visitar, eu gosto de visitar muito as igrejas. A igreja da Sé, que é patrimônio, que é uma coisa antiga, muito linda aquilo. Sempre levo meus netinhos prá verem. Aquilo é aquilo é... Uma coisa assim fora do comum. (Deuzarina Correia, Setor de Ervas, jul./2006).

Quanto aos lugares onde gosta de ir e levar as pessoas Deuza não teve dúvidas, mencionou de pronto a paisagem vista do Solar da Beira. A resposta da Deuza foi surpreendente para mim, pois jamais imaginaria ver “Toda a cidade dali”, afinal o prédio tem apenas dois pavimentos, subi para ver e fotografar (Figura 35).

Ah! Eu gosto de levar o pessoal para subir no Solar da Beira. Pra ver lá, aquela coisa linda né? Que aparece tudo. Toda a cidade a gente vê daquele Solar da Beira. Toda a cidade, as paisagens são linda, linda, linda. A ilha do Marajó, a cidade, ce vê de lá (Deuzarina Correia, Setor de Ervas, jul./2006).

Fernando Gomes da Silva conhecido como Gigante menciona o patrimônio material e imaterial e faz uma interessante comparação entre um objeto num museu, para ser olhado e a feira onde está a vida acontecendo e os objetos sendo usados, vivenciados, no trabalho:

Bem ai, do ponto de vista do que os nossos antepassados nos deixaram... Nós podemos ter o patrimônio imaterial, e o patrimônio material né, então é isso que nós estamos vendo bem aqui, são coisas que deixaram a nossa cultura, a história, então isso é o patrimônio. Tem dois tipos de patrimônio no meu entender, no meu pouco entender. Então esses patrimônios, os imóveis, são tombados pela sua importância histórica, então isso que eu acho que é patrimônio (Fernando Gigante, Mercado de Carne, jan./2007).

[...] então vamos dizer um museu, se você inaugura uma sala cultural, gasta dinheiro num museu, vão as pessoas ali, as pessoas vão pra pegar o conhecimento, aprender, olhar, admirar, passam por ali absorvendo o conhecimento, mas é um espaço que é direcionado, quer dizer ele tem um direcionamento tem aquela verdade pra aquele espaço, aqui nós temos o... lá nós temos o objeto, aqui nós temos a vida, as pessoas que trabalham, é o patrimônio imaterial, e aqui nós temos as pessoas trabalhando, as pessoas produzindo, as pessoas vendendo, as pessoas ganhando dinheiro (Fernando Gigante, Mercado de Carne, jan./2007).

Pergunto ao Gigante qual o patrimônio imaterial do Ver-o-Peso e ele então me responde:

É a nossa própria historia, a minha historia, não deixa de ser um patrimônio. Eu tô te passando um patrimônio, eu tô de contando uma realidade, e os outros todos tem aqui, e essa vivencia, por isso que eu digo, essa vida que tem aqui, é de uma riqueza muito grande, quem passa isso pro papel, como as crônicas que passaram, ele está registrando o imaterial também, ai a gente tem o registrando o imaterial também, há um registro do imaterial... (Fernando Gigante, Mercado de Carne, jan./2007).



Figura 35 - A cidade e a Ilha do Marajó vistas do Solar da Beira. Dica da Deuza para quem visita o Ver-o-Peso. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007

Embora afirme não entender de patrimônio, por minha insistência para que falasse o que pensa sobre esse assunto, Lúcio Pereira dos Santos, do Setor de Plantas Ornamentais, manifesta sua opinião: “Olha eu associo que cada prédio que eles tombam pro Patrimônio Histórico eles podiam fazer era 30 casas e dá pra quem não tem.”

Já o Senhor Raimundo Vale do Setor de Polpa de Frutas, manifestou que para ele deveriam ser feitas réplicas dos monumentos para ficarem expostas nos museus, liberando-se a área destes para novas construções, ao invés de deixar os velhos edifícios acabarem-se pelo descaso e falta de recursos.

Patrimônio histórico. Eu tenho uma crítica a fazer a respeito disso: eu acho que tudo aquilo, o que foi no passado, deveria ser feito tudo em miniatura e botar no museu. Olha isso aqui foi isso em mil novecentos e não sei o que, e vamos modernizar aquilo que está caindo, porque o patrimônio histórico atualmente está caindo, ninguém conserta, ninguém faz nada porque está caindo, eu dou o exemplo o Mercado de Carne. Você já entrou nesse Mercado de Carne? (...) Porque não pode mexer, você não pode botar um prego porque é patrimônio histórico. (...) é o que me diziam (Raimundo Vale, Polpa de Frutas, jan./2007).

Ainda repliquei, mas não insisti, afinal não estava ali para convencê-los de nada, mas para ouvi-los e procurar entendê-los nos seus modos de fazer e pensar. Aliás, o próprio Lúcio me deu uma chamada nesse sentido quando tentei contrargumentar suas colocações: “mas tu não queres saber o que eu acho? É isso!”

A estação das Docas, embora indicada como patrimônio e lugar para passear (“mas não o povão”), já foi visitada por alguns feirantes, embora estes se sintam intimidados ali pelos seguranças e impedidos de consumir pelos preços proibitivos, como se pode ver no depoimento do Trindade:

[...] aqui Estação das Docas o povão não pode entrar, é só, só a elite [...] gente já foi lá, mas se gente entrar de bermuda veio um segurança, lá, perguntar o que era que a gente queria, numa rompância tão grande que a gente... Era eu e vários colegas, os três colegas se sentiu até pequeno ali, daquele cara chegar todo de palitô: “que é que cês quere aqui?” Não, ele devia perguntar: “você tão desejando alguma coisa” e tal. Ele logo perguntou assim: “o que é que cês querem aqui?” Logo que se a gente ia fazer alguma coisa, não? A gente quer entrar, comprar um chope, tomar uma cerveja... a tá bom, então deixa pra lá, então vamo voltar pro Ver-o-Peso que é mais barato. E outra coisa, também, o preço é acessível, no Ver-o-Peso, aqui você toma um cafezinho por trinta centavos, lá me disseram que é um e cinquenta. (Antônio Lobato Soares, Setor de Maniva, jan./2006).

Na interpretação que faço sobre a recepção, pelos trabalhadores do Ver-o-Peso, das narrativas nacionais construídas a partir dos discursos e práticas do patrimônio

cultural, constato que dos belos discursos sobre o passado e a tradição construídos a partir dos monumentos nacionais foi apenas a idéia de “edifícios que não devem ser destruídos por que são antigos e importantes” que prevaleceu. Tais receptores não parecem se vir, de fato representados nos monumentos nacionais, aos quais algumas vezes sequer têm acesso e tampouco se sentem atraídos por eles, ainda que muitos estejam localizados nas imediações da feira. A exceção aqui é o próprio Ver-o-Peso, mas que foi citado como patrimônio histórico ou cultural, no sentido empregado aqui, em apenas duas dessas entrevistas selecionadas.

A questão fica ainda mais distante no que concerne às atividades cotidianas, e outros aspectos referentes ao patrimônio imaterial. Quanto a este aspecto percebi que sua incorporação recente aos bens patrimoniais não chegou ainda ao Ver-o-Peso, tampouco foi apropriada pelos entrevistados, pois foi mencionada apenas por um deles, que parecem ainda não ter sido atingidos por esse tema, onde suas práticas e saberes têm, decerto, todos os requisitos para serem reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro, preenchendo assim a grande lacuna deixada pelo tombamento.

A contraposição da fala desses trabalhadores com os discursos oficiais remete a reflexões sobre como essas narrativas nacionais são recebidas e assimiladas por esses sujeitos culturais indissociáveis do saber local e da cultura material e imaterial imanente à feira, cujo espaço físico é um monumento nacional. Deixando entrever o quanto o trabalho institucional esteve distanciando da população brasileira, inclusive desta que ocupa e dá vida ao bem tombado e sem a qual ele jamais seria o que é.

Selecionei e classifiquei os depoimentos sobre patrimônio a partir das interpretações feitas pelos trabalhadores do Ver-o-Peso, em três blocos: a) os que apreenderam apenas os aspectos restritivos como “não pode demolir”, “não pode fazer nada”, “não cuida então tomba”; b) aqueles que têm uma noção mais embasada, articulada aos aspectos históricos e artísticos do edifício e a sua antiguidade; c) aqueles que, na minha interpretação da interpretação, estão mal informados a respeito do assunto, têm um entendimento diferente, ou ainda, apenas não consideram essa uma prioridade diante de outros problemas que os entrevistados entendem como mais importantes, como por exemplo, a falta de moradia e de trabalho.

A partir dos entendimentos manifestados foram citados como patrimônio: Solar da Beira, Mercado de Carne, Mercado de Peixe, Museu de Santo

Alexandre, Estação das Docas, Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja da Sé, centro comercial e o Ver-o-Peso.

Com relação aquilo que gostam e que não gostam na feira e na cidade, a violência foi a mais apontada como fator negativo. Tratando-se do que mais gostam na cidade foi mencionado o próprio Ver-o-Peso, devido ser o lugar de trabalho, de onde tiram o sustento e onde passam o dia; mas também como a segunda casa, uma família; a Praça da República; o bosque; os casarões antigos; o rio; o *shopping center*; a Estação das Docas; as praias de Icoaraci e de Outeiro, o Paysandu e a própria família como no depoimento do Senhor Rony Rocha (2006): “O que eu gosto em Belém... Gosto do Ver-o-Peso, do Paissandu, amo o Paissandu certo? Da minha mulher e da minha filha.”

Fica patente nos depoimentos a falta de conhecimento e domínio dos códigos institucionais de patrimônio pelos trabalhadores do Ver-o-Peso e, conseqüentemente, o quanto os discursos oficiais, mesmo aqueles mais recentes afinados com o cotidiano e com os instrumentos atuais relacionados ao patrimônio imaterial estão ainda distantes dessa realidade, ficando muitas vezes apenas na retórica. Essa distância e o desconhecimento se refletem nas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia por esses trabalhadores que procuram viabilizar coisas básicas para a feira inclusive no que se refere aos serviços de manutenção e segurança. Mas, principalmente na busca de reconhecimento e valorização de suas atividades e da importância do Ver-o-Peso para a cidade de Belém, do ponto de vista cultural e de abastecimento, mas também econômico. Para tanto, peregrinam pelos gabinetes e secretarias, mobilizam-se, denunciam descasos na imprensa.

Memória e patrimônio refletem representações para onde convergem interesses políticos e ideológicos, relações de poder, apropriações da história e da memória social na construção de uma memória oficial e de identidade histórica. Anteriormente restrito às nações o patrimônio cultural e a memória social assumem hoje importante papel no contexto dos movimentos étnicos e sociais, que vêm se apropriando destes como elementos aglutinadores e fatores legitimadores de reivindicações (GONÇALVES, 2001; MONTERO, 1991; GIDDENS, 2003).

Quando estes reconhecimentos trazem o selo oficial assumem uma dimensão maior, algumas vezes gerando tensões e disputas decorrentes de interesses de determinadas categorias sociais que se querem ver representadas como patrimônio nacional, pois tal reconhecimento significa difusão e, em algumas situações, ascensão

social e facilidade de acesso a recursos públicos. Por outro lado, também podem ser entendidos como o reconhecimento e o resgate de uma dívida social da nação com determinados grupos sociais marginalizados, cujas representações estiveram por muitos anos ausente da seleção de bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro e, efetivamente, também das políticas públicas.

De qualquer forma a apropriação do patrimônio cultural pelos grupos sociais se coloca como um processo irreversível, que em muito contribui para a democratização dessa questão levando as instituições a reverem critérios e procedimentos. Considero positivo e um grande avanço que o patrimônio além de “coisa para inglês ver” venha a transformar-se num importante instrumento de mudança social e reconhecimento de direitos, pois acredito ser esta a melhor maneira deste vir a ser, de fato, apropriado pela população em todos os níveis sociais.

Esses processos de identificação coletiva, inclusive nacional, estão sujeitos a mudanças e deslocamentos no tempo (HOBBSAWM, 2004) o que, no atual contexto está a exigir reflexões e pesquisas. Vejo as condições atuais no Brasil muito oportunas nesse sentido, sobretudo quando na prática institucional as demandas da sociedade civil organizada se multiplicam para a utilização dos novos instrumentos na área da cultura e do patrimônio imaterial nesses processos de construção de identidades coletivas. Mas para tanto é imprescindível que haja uma priorização dessa área, refletida no fortalecimento das instituições culturais governamentais seja do ponto de vista orçamentário, quanto de contratação de técnicos com formação adequada para atuarem nesses processos, sob pena de, em curto espaço de tempo, estarem novamente as instituições enfraquecidas e desacreditadas e o patrimônio cultural nacional esvaziado de sua carga simbólica.

Concomitantemente a sociedade civil organizada deve também ser preparada, com o apoio do poder público e das instituições de ensino superior, para elaborar seus projetos culturais, acessar os recursos públicos, inventariar e documentar suas próprias culturas enfim, conduzir, (re) contar e construir como protagonista suas histórias, memórias, identidades sociais e patrimônios culturais.

4. O VER-O-PESO NARRADO POR SEUS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM VERSÕES.

Na busca por identificar, volto a insistir, quais os elementos que constituem o patrimônio cultural nas conversas que eu tinha em cada setor que eu visitava, a cada cafezinho e horas de almoço nas barracas da feira com os trabalhadores acabei por “deixar para trás” a definição de patrimônio pelo tombamento, já explorada anteriormente, a partir do que eu ouvia e observava, do que eu percebia e perguntava, a cada entrevista, a cada comentário. Tudo ganhava sentido na (re) leitura que emergia. Baseei-me, então, nas criações materiais e imateriais que constituem referências culturais para essa coletividade, ainda que muito raramente sejam percebidas por seus integrantes de forma associada com à questão do patrimônio.

Patrimônio considerado, neste estudo, como instrumento de análise da pesquisadora, ao dar ênfase às relações e práticas sociais e culturais ali presentes. O que me permitiu, de barraca em barraca, de um setor ao outro nas entrevistas e conversas informais coligidas perceber, em alguma medida, as criações materiais e imateriais, em suas ambigüidades, mediando aparentes oposições como universalidade e especificidade, materialidade e imaterialidade, necessidade e contingência, objetividade e subjetividade, passado e presente, tradição e modernidade, sagrado e profano, divino e humano (GONÇALVES, 2003, 2005).

Avaliei que para atingir tal objetivo era necessário compreender como funciona o Ver-o-Peso, entender sua organização, as redes de relações internas e externas, a dinâmica social, as práticas cotidianas e a demarcação dos espaços. Acreditava que restringir esse objeto a apenas um setor ou a uma das organizações existentes correspondentes a uma área ou categoria de trabalhador não me possibilitaria tal percepção, ainda que geral, do grupo maior desses trabalhadores. Mergulhei fundo e apenas me dei conta do quanto na medida em que comecei a escrever esta dissertação.

Assim, na tentativa de, interpretar patrimônio cultural a partir dos trabalhadores do Ver-o-Peso, tornou-se indispensável conhecer e compreender o funcionamento do maior número de setores que pude percorrer no meu trabalho de campo. Avaliei que ao invés de formular perguntas diretas (do tipo, o que significa ser um trabalhador do Ver-o-Peso?) seria melhor conhecê-los um pouco ao observar e partilhar de seu dia-a-dia. Procurei estabelecer contato mais direto, saber um pouco de

suas famílias, de suas vidas, do que gostam de fazer, como se divertem e as dificuldades enfrentadas no cotidiano da feira. Procurava acompanhar todas as etapas do processo diário de suas atividades que vão desde a procedência e aquisição das mercadorias, sua arrumação na barraca e forma de comercialização até o encerramento, a interação com os colegas e fregueses, as formas de organização, crenças e religiosidade, a relação com a cidade e com o próprio Complexo Ver-o-Peso.

O campo foi extenso, mas também intenso. A partir dos depoimentos entrecruzados com as anotações de campo e com minhas observações consegui perceber na diversidade da feira aqueles elementos que se repetem com frequência nos depoimentos e atitudes, independente do setor. Que possibilitam tecer, como quem faz uma colcha de retalhos ou constrói um mosaico, os pequenos e grandes detalhes que podem ser lidos um a um, mas também como conjunto, que é construído a partir daquilo que é comum ao grupo.

Alguns desses elementos saltam aos olhos, como o fato de que o vínculo maior se dá a com o espaço da feira a partir da relação de trabalho e sustento. Já outras referências compartilhadas só foram possíveis de identificar com a convivência, cotejando as falas entre si e com as peculiaridades de cada setor

Inicialmente tratarei das formas de organização, formais e informais, que identifiquei entre os trabalhadores do Ver-o-Peso, por considerar que esse fator está diretamente relacionado ao reconhecimento pelo grupo da necessidade de organização social e política. Procuo perceber por meio dessas organizações qual o principal fator de agregação nesse sentido, nas associações identificadas.

Para tanto, identifiquei no Complexo Ver-o-Peso algumas organizações informais e outras formais, já constituídas juridicamente. Observei que os setores e áreas do Complexo constituem naturalmente grupos e sub-grupos que se organizam em torno de seus interesses relacionados às atividades profissionais, convivência, problemas e espaço compartilhados. Esses pequenos grupos funcionam como segmentos menores que se agrupam e reagrupam em segmentos maiores articulando-se com outros setores dependendo do que está em jogo (EVANS-PRITCHARD, [1978] 2005). As formas menores de organização são estimuladas pelo formato do Condomínio Participativo, onde cada setor ou atividade deve ter um representante. O Setor das Ervas e o Setor de Hortifrutigranjeiros já formalizaram suas associações, no primeiro caso esta é restrita ao

setor e no segundo caso é extensiva a toda a feira e também aos ambulantes da área comercial.

4.1. Formas de organização social identificadas

As principais organizações juridicamente constituídas do Ver-o-Peso são quatro: *Associação dos Feirantes do Ver-o-Peso – AFVP*, *Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso – Ver-as-Ervas*, *Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso e Condomínio Participativo*. Além destas registrei, também constituída legalmente, a *Associação dos Guardadores e Lavadores de Carro de Belém – AGLCB*.

4.1.1. Associação dos Guardadores e Lavadores de Carro de Belém – AGLCB.

No momento, explora o estacionamento do Ver-o-Peso e não é exclusiva dessa área, pois sua atuação se estende para toda a cidade de Belém. O que congrega seus membros é a defesa da categoria profissional, independente de sua atuação no Ver-o-Peso:

Então o papel da associação, hoje, é esse que falei: orientar, organizar a categoria, por que foi uma categoria que se constituiu em Belém pelo fator social e estrutural do país. Se hoje tem um lavador de carro na rua, não é porque ele quer, e sim porque ele não tem emprego; então, a associação surgiu por um desejo de todos e como somos do terceiro setor temos que estar organizados. O papel da associação então é orientar, como o Elias⁷³ falou, padronizar, organizar ele culturalmente, informar, representar ele nos poderes públicos. Hoje temos que ter uma boa representação na CTBEL⁷⁴ para que venhamos ser vistos como categoria e não mais como aquela imagem que se tinha antes, pejorativa de que lavador de carro era bandido, era ladrão (Ronivaldo, AGLCB, jan./2007).

Da forma em que está posto no decreto que regulamenta o uso do Complexo Ver-o-Peso (BELÉM, 2001), a representação dos guardadores de carro que atuam no Ver-o-Peso esta assegurada no Condomínio Participativo, independente da Associação estar ou não na administração do estacionamento⁷⁵. Roni e Elias ficaram de deixar para mim uma cópia do regimento da AGLCB, mas não o fizeram, de modo que não tive acesso a este documento.

73 Elias Silva, presidente da AGLCB

74 CTBEL – Companhia de Trânsito de Belém

75 Atualmente a Associação dos Guardadores e lavadores de Carro de Belém está contratada pela Prefeitura para administrar o estacionamento da feira.

4.1.2. A Associação do Feirantes do Ver-o-Peso – AFVP

Legalizada, a AFVP é muitas vezes referida nos depoimentos como “associação do pessoal do hortifruti” ou “associação do Didi”. De acordo com o presidente à época da entrevista, Júlio Wanzeler Miranda⁷⁶, tem fins sociais e de representação política, porém os entrevistados associados foram unânimes em afirmar a atuação da entidade na área social, principalmente de atendimento médico em nível de consultas e apoio funeral. Vejamos o que diz o presidente:

A associação surgiu da eminência do feirante, da necessidade da parte social, então a associação veio mesmo pra isso, em prol do feirante, pra ajudar, na parte social, que antigamente no Complexo do Ver-o-Peso não se existia. Ai surgiu essa eminência, nos reunimos e fizemos essa associação (Júlio Miranda, jan./2007).

Segundo Júlio a Associação era inicialmente restrita ao Hortifrutigranjeiro, mas houve muitas reclamações e pedidos para que fosse estendida para toda a feira:

Na época quando se surgiu a Associação era restrito ao hortifrutigranjeiro do Ver-o-Peso. Ai como os outros feirantes criaram uma ciuemeira: Por que só do hortifrutigranjeiro e não de todo o complexo do Ver-o-Peso? Ai então como foi muita cobrança, muita cobrança aí, se reunimos, né? Com nossa advogada e mudamos nosso estatuto e abrimos pra todos os trabalhadores do complexo do Ver-o-Peso. Ai fizemos uma assembléia: umbora mudar a sigla, né? Ai o pessoal disseram não, deixam como tá – AFHV e, abre, só uma cláusula no estatuto de vocês para todos os trabalhadores do complexo do Ver-o-Peso (Júlio Miranda, jan./2007).

Como me explicou o presidente, também podem se associar os ambulantes que atuam nas ruas do comércio, nas imediações do Ver-o-Peso. A Associação dos Feirantes do Ver-o-Peso tem arrecadação diária⁷⁷, que é feita por duas cobradoras que percorrem diariamente a feira fazendo a arrecadação. Segundo Júlio, há 1200 (mil e duzentos) associados e o valor diário seria de R\$ 1,00 (um real). Alguns feirantes falaram em R\$1,50 (um real e cinquenta centavos), presumo que com a inclusão de dependentes, pois a associação foi concebida a princípio para atender o feirante, ampliando um pouco esse atendimento depois com a terceirização desses serviços

76 Júlio Wanzeler Miranda é feirante do Setor de Hortifrutigranjeiros há quinze anos e atual presidente da Associação dos Feirantes do Ver-o-Peso, cargo assumido anteriormente pelo Didi, seu fundador, que pediu afastamento para assumir função pública na SECON. Júlio nasceu em Portel/Marajó/PA, no ano de 1981.

77 Identifiquei que no Ver-o-Peso, as cobranças de serviço são feitas diariamente, como no caso da Associação, dos serviços de segurança e até no recolhimento para os fundos de caixinhas, o que á primeira vista causa a sensação de que os valores são baixos, mas certamente são também mais fáceis de recolher.

médicos com a DIMED, uma prestadora desse tipo de serviço. Assim, cada feirante passou a ter direito a apenas um dependente. A entidade oferece auxílio funeral e disponibiliza consultas médicas e odontológicas, mas não cobre internamento tampouco cirurgias.

As opiniões entre os feirantes sobre essa Associação são muito divergentes até mesmo entre os associados, alguns já utilizaram seus serviços de consulta e auxílio funeral e foram bem atendidos, já outros não gostaram. Muitos dos associados sequer são sabedores dos serviços a que fazem jus, embora me afirmassem ter um contrato assinado. Não consegui ter em mãos nenhum desses contratos, tampouco o estatuto da Associação que solicitei ao presidente, mas não me foi disponibilizado. Júlio atribui o desconhecimento do contrato pelo associado à despreocupação do feirante: “Então o negocio é que o feirante é muito despreocupado, a gente entrega o papel, ele não lê, larga por ai, o feirante ele é assim, eu sou feirante, eu sei” (Júlio Miranda, jan./2007).

4.1.3. A Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso - Ver-as-Ervas

A Ver-as-Ervas foi legalizada em julho/2006. Segundo sua presidente, Deuzarina Correia, a Deuza, já existia informalmente, mas para levar em frente a questão com a “Natura foi necessário sua regularização. Haja vista a importância desse fato para a questão de proteção dos conhecimentos tradicionais, no Brasil e internacionalmente, explicarei com maiores detalhes esse caso, até porque o incidente teve reflexos no trabalho de campo.

As “cheirosas” como são carinhosamente chamadas na cidade ou “Feiticeiras de Belém”⁷⁸ como já foram tratadas pela imprensa, são constantemente foco de reportagens nacionais e internacionais, pelo exótico, pelas simpatias, crendices e remédios para todos os males sejam do corpo, do coração ou do espírito. Ultimamente a atenção da imprensa sobre esse setor deve-se, sobretudo à questão de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio cultural, especialmente depois do tal episódio com a “Natura”, que segue relatado pela Deuza.

78 Matéria publicada na revista “Os Caminhos da Terra”. Capturado em 26/07/2006, http://www2.uol.com.br/caminhosdaterra/reportagens/137_feiticeiras_de_belem.shtml.

[...] então chegou lá alguns pessoal lá... dizendo que era repórter, que queria bater umas fotos, fazer uma filmagem, se podia? Isso em 2001. Eu como representante de lá na época disse “pode né!”. Eu pensei que era pra divulgar, pra passar alguma coisa na televisão, pra fazer uma propaganda das nossas ervas, porque quando passa alguma coisa na televisão, uma reportagem sobre o Ver-o-Peso, como dá cliente pra gente, aumenta bem as nossas vendas. E eu pensei que era isso, uma filmagem que eles iam fazer. Quando foi em 2002 eles voltaram e disseram que iam fazer uma reportagem, uma filmagem, e contrataram seis das nossas integrantes lá pra fazer a filmagem, e fizeram. Ai eles perguntavam assim: “o que é isso?”, “isso aqui é piprioca”, “pra que serve?” “olha a gente faz cheiro do Pará com a piprioca, tu bate ela, aí aparece a Beth Cheirosinha batendo ela, aí cheira, aí o rapaz disse “é muito cheiroso mesmo”. Filmaram tudinho. Bota com a raiz do patchuli e faz o cheiro do Pará, ou então tu mistura ela com banho de cheiro, esfrega ela e bota junto com a piprioca, e bate, bate, que da um perfume que você nem imagina, ela muda logo o cheiro. Se você tem um perfume, você bate e bota dentro que muda logo o cheiro. E o rapaz foi perguntando nessa historia, e ela foi mostrando. Ela, a Dona Isabel foram mostrando as mercadorias. Ai ele perguntou: e isso aí que ta queimando?”, “Ah! Isso aí é defumação de breu!”, “e o que é breu?” “Ah! É uma resina que a gente tira de uma árvore, que solta igual seringa, aí ela fica dura, tu corta e queima com um bando de carvão..... e serve pra espantar mau olhado. E o rapaz disse “eras, mas é muito cheiroso!” Ta aí fizeram a filmagem, e quando foi uns 15 dias elas receberam R\$ 500,00 cada uma, e acabou. [...] Não, só foi uma vez que eles deram, e tava no contrato isso [O contrato] era, pra fazer tipo assim um comercial na televisão sobre o Ver-o-Peso com a Natura, só isso entendeu. Só que eles não disseram que era pra pegar o nosso conhecimento pra fazer perfume (Deuzarina Correia, jan./2007)

O erro cometido, reconhecido e corrigido pela empresa, depois de intermediação do Ministério Público Estadual, acionado pela Associação Ver-as-Ervas, resultou em acordo entre as partes. Pelo acerto firmado, os associados já receberam, como repartimento de benefícios, indenização e uma sede própria com manutenção e apoio por três anos, além de montagem de laboratório. E ainda terão divulgada a marca da Associação nos produtos vinculados aos seus conhecimentos tradicionais. Também a empresa teve seus ganhos, com a imagem reforçada por mais uma parceria com uma comunidade tradicional e a associação de seus produtos com as erveiras e erveiros do Ver-o-Peso. Ampliou, assim, seu capital simbólico⁷⁹ Por sua vez, as erveiras e erveiros, mas também o Ver-o-Peso, valendo-se de seus conhecimentos tradicionais e da conjuntura atual favorável a tais questões e também do reconhecimento e valorização de seu capital simbólico pela “Natura”, ampliaram seu capital econômico⁸⁰. O ganho da

79 Segundo a teoria do espaço social de Bourdieu trata-se de uma espécie de capital e de crédito decorrente de reconhecimento suficiente para impor reconhecimento através do poder simbólico, consagrar, revelar ou distinguir coisas que já existem. Os detentores desse capital detêm condições de impor sistemas classificatórios, escalas de valores, visões de mundo mais favoráveis aos grupos que representam (BOURDIEU, 2004, p.147 -168)

80 A empresa Natura já vem incorporando a sua imagem o capital simbólico de povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas, inserindo-os com seus conhecimentos da biodiversidade em seus

“Natura” está justamente em conseguir reverter uma situação que resultaria na imagem negativa da empresa, de espoliação e apropriação indevida, num fato positivo e politicamente correto.

Hoje o caso é divulgado pela empresa como uma parceria. Esse tema da propriedade intelectual associada aos conhecimentos tradicionais está no centro de discussões e pendências jurídicas nacionais e internacionais. As polêmicas decorrem da apropriação indevida e com exclusividade por empresas, por meio de patenteamento desse patrimônio ou de produtos e processos derivados de seu uso sem o prévio consentimento, nem compartilhamento de benefícios com os países de origem e com os grupos detentores desses conhecimentos (AZEVEDO, MOREIRA, 2005; SANTILLI, 2005; MOREIRA, 2006).

O episódio da “Natura” com o Setor de Ervas induziu algumas mudanças na forma do feirante desse setor atender pesquisadores e imprensa. Quando fui fazer as entrevistas enfrentei algumas dificuldades de início. As pessoas ficavam com receio de falar, não sabiam o que poderia ser dito ou não. Como alguns dos feirantes contatados informavam que só me dariam entrevista se a Deuza, como presidente da Associação, dissesse que não teria problemas procurei-a para saber o que estava acontecendo.

Nós tivemos um curso de 40 horas com o Ministério Público. Então veio gente de Brasília, inclusive fizeram teatro com a gente explicando assim: um turista chegando no Ver-o-Peso e pegando informações e montando uma empresa e aquela pessoa que deu a informação como ela fica e como a empresa fica. Então, nós tivemos esses cursos e explicações: o que é biodiversidade, o que é várias e várias coisas que até então a gente não tinha idéia que existia, que são palavras difíceis até de se falar, que existia essas palavras e que existia essas leis. Então, nós aprendemos algumas coisinhas com eles. Então, aqui, qualquer pessoa que vem fazer entrevista, qualquer pessoa que vem falar sobre alguma coisa, sobre teus conhecimentos, qualquer coisa, aí muitos dos colegas tem receio de falar, “porque será que essa pessoa ta fazendo? Será que ela vai pegar esse meu conhecimento, essas minha palavras e vai divulgar na televisão? Ou será que ela vai vender, ou vai aproveitar para fazer um livro e vender e não vai me dar nada? É essa a história. Mas agora com a Associação nós vamos ter melhores explicações, porque a gente vai manter contato com o Ministério Público, vai pedir auxílio para eles, para eles darem melhores informações para nós, que a gente possa se adequar melhor para a gente não ficar receoso quando vier algum repórter, quando vier alguma pessoa (Deuzarina Correia, jan./2007).

sistemas de produção. Espera-se que de forma correta. Esse capital simbólico relativo à valores locais, no contexto da globalização, representa agregação de capital econômico para as empresas, mas também para os detentores desses conhecimentos.

Deuza (Figura 36) então me convidou a participar de uma reunião da Associação onde me apresentou ao grupo e então expliquei o que estava fazendo no Ver-o-Peso e o que pretendia com as entrevistas, de que forma seriam utilizadas as informações que eles me dessem. A partir de então as coisas ficaram bem mais fáceis, mas ainda assim Dona Isabel uma das precursoras e matriarca de uma das maiores famílias do setor não quis me dar entrevista, embora seja até carinhosa comigo quando vou visitá-las. Também outra feirante desse setor conversou bastante comigo, mas não me deixou gravar, nem me autorizou usar seus depoimentos, apenas fazer anotações.

Deuza integrava o grupo do antigo Condomínio Participativo que idealizava a criação de uma associação única para representar todos os trabalhadores do Ver-o-Peso. Este grupo, segundo depoimentos de seus integrantes, se viu atropelado e frustrado por iniciativa isolada do Didi que se antecipou e criou a Associação do Hortifrutigranjeiro, que embora ampliada para toda o Ver-o-Peso e imediações, não conseguiu reunir todos os trabalhadores do Ver-o-Peso ainda que também incorpore os ambulantes das ruas do comércio que desejem se associar.



**Figura 36- Deuza no Ver-o-Peso, junto aos produtos preparados com os “matos” após a secagem, já produzidos na sede da Associação e com orientação técnica.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

Organização de direito privado e sem fins lucrativos a Associação Ver-as-Ervas está constituída em torno da categoria profissional associada ao lugar de trabalho que é o Ver-o-Peso. Tem entre as suas finalidades a representação política e melhorias profissionais e sociais para o grupo, entre outras coisas voltadas à preservação da biodiversidade e à proteção dos conhecimentos tradicionais. Segundo estabelecido no Estatuto Social (2006) e de forma sucinta, são elas: Defender e valorizar o conhecimento tradicional sobre as ervas para os diversos fins que são utilizados religioso, medicinal, cosmético, artesanal e utilitário; proteger a biodiversidade da Amazônia; conservar o meio ambiente especialmente os ecossistemas onde são encontradas as ervas; promover a qualidade de vida de erveiros, erveiras e familiares através de geração de emprego e renda, promoção social e cidadania; realizar e divulgar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas e alternativas ao uso sustentável dos recursos naturais relacionados à cadeia produtiva das ervas e às comunidades agroextrativistas; a educação dos consumidores para a questão das erva; a promoção da cultura e do patrimônio imaterial do Ver-o-Peso; a profissionalização dos associados.

4.1.4. Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso

O balanceiro pode-se dizer é o atacadista do pescado. É ele que negocia o peixe para o dono da embarcação e que muitas vezes lhe dá suporte em terra, na manutenção da embarcação e nas despesas com as viagens. O percentual de ganho do balanceiro é negociado diretamente com o barqueiro e depende dos investimentos realizados. Seus instrumentos de trabalho são a balança, as basquetas (engradados plásticos) e a agenda. Os negócios entre o dono do barco e o balanceiro e entre este e seus fregueses, para quem fornece o peixe, são feitos apenas na palavra e na confiança.

Com quatro anos completados em 2007 a *Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso*, contando com 140 associados, foi criada com a finalidade de representar politicamente a categoria profissional; organizar não apenas nesse sentido, mas a própria atividade que é desempenhada na Pedra do Peixe; melhorar a imagem dessa atividade e do profissional junto às instituições e à sociedade, segundo informado por Rivair Negrão, então presidente, conhecido na área como Bill Negrão:

A primeira finalidade é na verdade, organizar. Tava tudo muito bagunçado, todo mundo achando do jeito que queria, tentar dar uma moralizada [...] Ai essa parte nós conseguimos organizar, entre aspas, em partes ainda, não ta tudo ainda, porque nós ainda sofremos entre nós balanceiros, no nosso meio, nós sofremos muita resistência ainda, a questão da organização, entendeu? O pessoal não gosta muito de organizar, eles querem que deixe como está, e não, tem que ta organizado. E depois mudar perante a sociedade a imagem do balanceiro, porque quando chega um período que nós estamos chegando agora, que chama Semana Santa, sempre é vinculado na imprensa, que a culpa, e sempre tem que ter um culpado, e que a culpa pelo preço do aumento do pescado seria o balanceiro, ele seria o grande vilão, então nós levamos essa fama. Então nós montamos essa associação, também com o intuito de mudar a imagem do balanceiro, então quando você perguntou se nós achamos a palavra atravessador pejorativa, eu considero sim, eu considero como se fosse alguém que trabalha de forma um pouco errada, de forma errada e fraudulenta, que não é o caso. Então a gente procura trabalhar de forma correta, honesta, e mudar a imagem do próprio balanceiro, perante as autoridades e junto a sociedade. Junto a sociedade não, que é algo mais amplo, mas junto das autoridades, perante o município, o estado sim, e nós já temos avançado bastante (Rivair Negrão, balanceiro, Pedra do Peixe, jan./2007).

Para se associar o interessado deve comprovar que trabalha com pescado no atacado, que tem vínculo com algum pescador ou tem barco. O balanceiro só vende no atacado, sendo a menor quantidade de peixe autorizada dez quilos.

Segundo Bil a grande dificuldade atualmente enfrentada é a arrecadação, pois atualmente ninguém está fazendo o pagamento. Além disso a Associação reivindica ao município cadastramento dos balanceiros que atuam no Ver-o-Peso, maior área de trabalho que a Pedra já se tornou pequena; a fiscalização e repressão daqueles que exercem a atividade mas não são cadastrados e reduzem a quantidade mínima de venda no atacado.

4.1.5. *Condomínio Participativo*

Entre as formas de organização dos trabalhadores do Ver-o-Peso por mim identificadas, a que teve maior menção nos depoimentos foi o *Condomínio Participativo*, de modo que me pareceu ser esta a instância mais representativa daqueles, ainda que desativado parcialmente pela Prefeitura. Por mais paradoxal que possa parecer trata-se de instância instituída pelo próprio poder municipal, por meio do Decreto nº 39.326/2001-PMB. Segundo esse decreto a gestão do Complexo se dará de forma compartilhada por município e trabalhadores do Ver-o-Peso. Representando o município e coordenados pela SECON estariam representantes de várias instituições municipais com ação no complexo, cujos representantes, segundo o regulamento,

ficariam deslocados para exercerem suas atividades permanentemente no próprio Ver-o-Peso. Trindade explica:

O Condomínio Participativo era, ou seja, cada um representante eleito pelo seus próprios companheiros, digamos, o Ver-o-Peso é dividido em vários setores, digamos, é setorização, tem farinha, tem camarão, tem mercearia, tem a fruta, tem alimentação, bares, maniva, artesanato, ervas medicinais, hortifrutigranjeiros, peixe salgado, mercado de carne, mercado de peixe, caranguejo, balanceiros, vendedores de açaí, e de atacado de frutas, e também de produtos regionais lá da Feira do Açaí. Então cada um setor desses elege um representante e formávamos o Condomínio Participativo, todos nós junto com as secretarias vinculadas à Prefeitura, e direto afeta ao projeto do Ver-o-Peso, reuníamos e decidíamos o que era melhor para o Ver-o-Peso, aonde inclusive, nós fizemos um regimento interno, que Edmilson assinou um Decreto priorizando por lei aquele decreto para o Ver-o-Peso, e que hoje não é respeitado (Trindade, jan./2007).

De caráter consultivo, o Condomínio Participativo, além dos representantes dos setores e dos mercados de Peixe e da Carne é integrado por representantes dos lojistas, dos taxistas, dos freteiros, barqueiros, balanceiros, guardadores de carro e do administrador do estacionamento da feira.

Segundo relatado por Trindade, Dalci, Deuza, Fernando Gigante e Didi foi a partir da intervenção realizada na gestão de Edmilson Rodrigues, como prefeito eleito pelo PT, e das articulações políticas necessárias para que esta acontecesse que os trabalhadores do Ver-o-Peso aprenderam a se organizar como grupo, para reivindicar melhorias para o Ver-o-Peso.

Fernando Gigante relembra algumas etapas importantes desse processo de organização entre os feirantes e articulação com outros setores da sociedade para viabilizar a execução da obra de recuperação do Ver-o-Peso:

O relacionamento [com os outros setores do Ver-o-Peso] é bom, porque inclusive, quando foi criado, no governo anterior, foi criado determinados fóruns, foi criado comissões, associações, e o governo fomentava isso fomentava que se tivesse associações que reivindicassem seus direitos, e nós já existíamos como comissões antes do governo em função, por força de um decreto do Hélio Gueiros que estabelecia determinadas situações pras feiras e mercados, e em cima disso que nós viemos criando situações no sentido de manter o mercado limpo, essas coisas. Bem, isso já seria de domínio nosso, de competência nossa por causa do decreto. E nós abraçamos isso porque, naquela época, era muito sujo isso aqui, era muito feio.[...] Aí veio uma reforma, aí fomos levando e tamo até hoje aqui. Mas ouve, essa união, essa troca de informação, já existia antigamente, já existia no governo anterior, nós fizemos o condomínio, nós fizemos o fórum de feiras e mercados, onde se reuniram todas as feiras pra trocar idéia, e naquela época não existia isso (Fernando Gigante, Mercado de Carne, jan./2007).

Complementando Gigante (Figura 37) observa que a organização dos trabalhadores do Ver-o-Peso em torno da reforma, mas também os canais abertos pela forma de gestão dos recursos através do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade⁸¹ possibilitaram o direcionamento dos recursos para a feira. Entretanto, a decisão política e a vontade de fazer do governo municipal foram decisivas para que todo esse processo viesse a se concretizar:

Pra nós foi porque a partir do momento em que nós começamos a ter espaços pra sermos conhecidos, levando nossos objetivos, nossa vontade, e mesmo naquela época a vontade do governo de fazer, de produzir pro povo que era basicamente a proposta daquele governo daquela época, então isso foi bom, tanto que depois do orçamento participativo, alocando dinheiro todo ano e mais a vontade de se fazer e mais a vontade do governo de ajudar, e ajudando de outras maneira, com o próprio congresso da cidade, com os delegados, nós fomos enriquecendo. E o projeto do Bolonha, como ele era um patrimônio tombado, havia condições de se trazer recursos federais, então nós temos pessoas importantes, projetos que eu costumo falar, que esse projeto do Bolonha aqui, ele é um projeto que é de muitas pessoas. Passou por aquele governo anterior que deixou o projeto pronto, deixou verbas e tudo mais, esse ai tá dando andamento, e o correto é isso, é que se faça, e a gente aqui sempre cobrando (Fernando Gigante, jan./2007).

⁸¹ Assim como o Orçamento Participativo, o Congresso da Cidade é mais um instrumento de participação da população no planejamento da cidade, onde todos são convidados a pensar a cidade de maneira global. Pensar e propor diretrizes e ações para uma cidade de todos. Adotado pela prefeitura na gestão de Edmilson Rodrigues.



Figura 37 – Fernando Gigante da Associação do Mercado de Carne e Mauro Matni, administrador do Mercado/SECON. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

Desde 2007 um grupo de lideranças da feira, a maioria integrante do antigo Condomínio, vem se reunindo e contatando a prefeitura por meio da SECON e do próprio gabinete com demandas para o Ver-o-Peso, entre elas a retomada dessa instância de organização dos trabalhadores do Complexo. Entre os pleitos formulados constam nova eleição para os representantes e decreto de nomeação. As eleições aconteceram em agosto/2008, com a participação da prefeitura, mas até agora a nomeação do novo condomínio pelo prefeito não saiu. Muitos dos representantes do Condomínio anterior foram reeleitos, mantendo-se, portanto a cisão anterior.

Diante dos relatos foi possível inferir que a organização dos trabalhadores do Ver-o-Peso se deu na gestão anterior a partir de três fatores:

- A situação precária em que se encontrava o Ver-o-Peso e o interesse comum de seus trabalhadores de reverter essa situação e garantir o seu cadastro como permissionário durante e após a última grande intervenção da década de 1990;
- o estímulo da prefeitura e o canal efetivamente aberto para essa organização como forma de reivindicar a obra e, através do Orçamento Participativo, viabilizar os recursos para sua execução;
- a legitimação dessa organização junto à prefeitura por meio de decreto municipal, reconhecendo o Condomínio Participativo como instância representativa de seus trabalhadores.

Avalio, assim que, neste momento, alguns fatores dificultam essa reorganização, são eles:

- a estabilidade com relação à autorização para uso da barraca, já que todos os que possuem barraca estão regularizados junto à SECON;
- a grande dimensão da área e a quantidade de trabalhadores;
- o relativo estado de conservação das estruturas e equipamentos;
- a não cobrança da taxa anual pela prefeitura;
- a freguesia certa e em quantidade.

Em menor grau se pode dizer também que a prefeitura atual não estimula essa reorganização, bem como que a divisão do antigo grupo de lideranças é mais um fator a dificultar a retomada desse processo.

Entretanto essa desmobilização aparente pela reorganização não significa que os trabalhadores do Ver-o-Peso não reúnam condições e diversos elementos em comum para fazê-lo, apenas não se sentem, no momento, suficientemente estimulados para reafirmar esses vínculos no reforço dessa organização. Vejamos o que me falou Trindade quando lhe perguntei sobre essa situação:

Olhe, parados, não desarticulados, a gente convive muito tempo conversando, numa vanguarda, digamos assim, que qualquer coisa nós estamos prontos a contra atacar. Sempre nós estamos conversando entre nós (Trindade, Setor de Maniva, jan./2007).

4.1.6. Organizações Informais

Foram duas as organizações informais identificadas no Ver-o-Peso: *Associação do Peixe Salgado*, *Associação do Mercado de Carne*. Segundo seus representantes Amarildo Negrão e Fernando Gigante, respectivamente, estas se encontram em processo de regularização, mas esbarram no desinteresse dos trabalhadores por fazê-lo e na dificuldade de arrecadar recursos para esse fim..

No Mercado de Peixe há uma comissão que assume uma série de obrigações com relação ao funcionamento e manutenção do espaço, mas que também não está instituída juridicamente. Porém é eficiente naquilo a que se propõe assumindo, muitas vezes, com relação à conservação e funcionamento do edifício, obrigações que seriam da prefeitura. No caso do Mercado de Carne a Associação também iniciou como uma comissão interna e desempenha até hoje um papel semelhante com relação à manutenção do mercado. Também identifiquei alguns filiados ao Sindicato dos Peixeiros de Belém e ao Sindicato dos Feirantes de Belém este, me pareceu, tem pouca penetração no Ver-o-Peso, pois foi muito pouco citado. Apenas Dalci, Didi e o Senhor Helito chegaram a mencioná-lo.

4. 2. Cotidiano e experiências: Os significados do patrimônio

Para fazer frente a esse desafio, ao modo de Câmara Cascudo procurei observar os temas cotidianos dos trabalhadores do Ver-o-Peso associados a suas posturas e gestos, trabalho, experiência e outras coisas simples como meios possíveis de acessar ao conhecimento desse universo social e cultural (GONÇALVES, 1999, 2005). Parti então desse conhecimento para a identificação daqueles elementos e criações que assumem para o grupo o papel de patrimônio, como elemento aglutinador que lhes possibilita essa identidade coletiva construída a partir de práticas diferenciadas que se dão em um espaço físico compartilhado.

Refleti sobre essa última intervenção, de grande envergadura, quando foram introduzidas inovações tecnológicas no sistema de cobertura e nos equipamentos, mas que não afetou a essência, ou melhor a “alma do Ver-o-Peso”, nas palavras de Certeau (1996) manteve-se o “espírito do lugar”.

Mas o que vem a ser esse “espírito do lugar”? O que tem o Ver-o-Peso a ver com isso? Os antigos casarões insurgem em meio a massa edificada nas cidades contemporâneas, abrindo brechas para um passado desconhecido, mas que insiste em permanecer. Reconhecidos e intitulados patrimônio esses edifícios antigos passam a ter essa estranheza legitimada e sua preservação assegurada por meio de legislação, mas algo neles não se submete a essa “ideologia do patrimônio”. Trata-se do imaginário urbano que eles despertam como símbolos do passado. Esses edifícios antigos são o “espírito do lugar”, ganham autonomia, geram relatos, estimulam a imaginação (CERTEAU, 1996, p.189-199).

Esse poder de evocação não está apenas nos edifícios, mas também nos detalhes da arquitetura, da paisagem, em objetos dispersos nos interiores, nas prateleiras dos antigos comércios, nas tavernas. Presenças ausentes que se imiscuem na vida cotidiana e são transmitidas por gerações da mesma forma que os objetos familiares. Objetos que se tornam sujeitos de uma história que apenas os humanos podem (re) compor e recontar. (CERTEAU, 1996;. SILVEIRA, LIMA FILHO, 2005).

Os gestos e os relatos, da mesma forma são impregnados dessas possibilidades. Manipulam objetos conferindo-lhes novas utilizações, reunindo passado e presente, construindo narrativas, fazendo usos polissêmicos dos lugares e das coisas,

constituindo e reconstituindo os modos de fazer as mesmas coisas. (CERTEAU, 1996, 1994).

Poder evocativo que também é acionado por meio de sensações como cheiro, sabor, som, formas e texturas, estas, até bem recentemente desconsideradas nos processos institucionais de patrimonialização realizados pelas agências de Estado, por suas precariedades, dificuldades de delimitação e ambigüidades (GONÇALVES, 2005). Nos depoimentos de Dona Cassilda (Laura) e de Dona Isabel os aromas estão presentes no Ver-o-Peso, evocam coisas, ativam a sensibilidade, despertam afetos:

[...] não era sofisticada [a venda de ervas], era no chão No São João era a coisa mais linda! Na véspera, dia 23 de junho você não podia entrar aqui. Aquele perfume de cheiro, das capelas de São João. Agora se resume naquele pouquinho... (Cassilda Velozo, Lojista do Mercado de Carne, jan./2007).

Eu acho essas praças de Belém bonita, e ali naquela coisinha de mato cheiroso, que quando a gente passa lá é um cheiro... (Maria Isabel Palheta, cambista, Feira do Açaí, jan./2007).

Partindo desses pressupostos e considerações tratarei, em seguida; dos aspectos que identifiquei durante a pesquisa como elementos comuns aos trabalhadores do Ver-o-Peso os quais, ainda que de forma nem sempre racionalizada, são transmitidos de geração a geração e os distinguem de outros grupos sociais. Constituem, portanto, o patrimônio cultural dessa coletividade, uma vez que se mostraram presentes na feira e caros a muitos dos entrevistados, quais sejam: o território com suas temporalidades; a tradição familiar na transmissão da barraca, do ofício e dos saberes; o sentido de liberdade e independência; o Ver-o-Peso como casa, como uma família permeado pelas redes de relações sociais e sociabilidade; e a paisagem, sobre os quais discorrerei, de forma breve e vinculada aos objetivos deste trabalho.

Reitero, esta abordagem não tem a pretensão de explorar cada um desses aspectos, os quais serão enfocados nesse trabalho apenas naquilo que tangenciam o objeto da investigação, pois se tratam de questões de grande profundidade, constituindo, cada uma delas universos dignos de estudos específicos a serem melhor explorados por outras pesquisas.

4.2.1. Território e lugar praticado: Aprendizado, sobrevivência e oportunidade

No Complexo Ver-o-Peso se concentram, tradicionalmente, atividades comerciais diversas, em torno das quais se organizam e relacionam milhares de pessoas, cujo vínculo com esse espaço se dá primordialmente a partir de uma relação de trabalho e de sobrevivência própria e da família. Por meio dessas relações são asseguradas as condições necessárias para a reprodução social e cultural desse grupo. O Ver-o-Peso é também um espaço geograficamente definido, um lugar onde se estabelecem relações de poder, mas onde também estão presentes outras dimensões referentes às próprias formas de organização do trabalho, inclusive de caráter simbólico, pois prenes de significados que se constituem individual e coletivamente. Assim, passo a considerar o Ver-o-Peso como um território para esses trabalhadores (SOUZA, 2001; SANTOS, 2002; HAESBAERT, 2006; STEINBERG, 2006). Sem esquecer, entretanto, que atrelada e indissociável das atividades econômicas e de produção estão, e saltam aos olhos, as formas de sociabilidade denunciadas neste estudo (SIMMEL, 2006).

O Ver-o-Peso aparece praticamente em 100% dos depoimentos como o lugar de onde se retira o sustento próprio e da família. Mas também é mencionado por muitos como local de oportunidade de trabalho e melhoria de vida. Também é citado como escola de vida e universidade.

As histórias da feira são associadas às histórias familiares e reelaboradas, percebendo-se muitas vezes o esforço dos trabalhadores do Ver-o-Peso para propiciar aos filhos estudos e outras alternativas profissionais de vida, da mesma forma identificada na Feira da Prainha, também em Belém (CONRADO, ALENCAR, 2005).

Olha, o que o Ver-o-Peso representa pra mim... Digamos que o Ver-o-Peso além de ser o meu sustento, que é daqui que eu tiro o sustento da minha família, o Ver-o-Peso pra mim é algo assim como uma universidade. Aqui as pessoas tem onde aprender coisas boas e coisas ruins. [...] mas a pessoa que quer vir hoje pro Ver-o-Peso, ela quer trabalhar, ela acha que tem oportunidade. Tem oportunidade, porque o Ver-o-Peso é uma feira que tá de braços abertos. Existem muitas pessoas que saem do comercio formal, pra vir pro comercio informal, e muitas vezes procura o Ver-o-Peso, pra isso. (Eduardo Santos, Setor de Farinha, jan./2007).

[...] Foi de onde eu tirei pra fazer a educação dos meus filhos, onde até hoje estão fazendo quase todos no nível universitário. (José Serrão, Setor de Farinha, jan./2007).

Eu acostumei aqui e aqui ganhamos nosso sustento. [...] Eu não tenho o que falar do Ver-o-Peso, pois daqui construí minha família, criei meus filhos; hoje, o Tom que é advogado tem o escritório dele, a minha filha trabalha na Secretaria de Educação de Ananindeua e faz faculdade e tudo foi daqui (Regina Pimentel, Setor de Hortifrutigranjeiro, jan./2007).

O Ver-o-Peso é um meio de vida pra gente, principalmente pra mim, já com a minha idade não encontra mais emprego, e no momento que eu vim pra cá eu formei meu capital e hoje to dando emprego também pra outras pessoas que não tem... (Raimundo Souza, Setor de Polpa de Frutas, jan./2007).

O que eu tenho, o que eu já consegui eu agradeço ao Ver-o-Peso. Eu não sou rico, mas eu vivo bem. Eu tiro o meu sustento daqui, pago minhas continhas... (José Lopes, Setor de Ervas, jan./2007).

Olha meu amor, tudo que você botar e trazer pra este Ver-o-Peso você vende, você se dá bem. Você faz um bolo, uma unha, uma garrafa cheia de café, pode começar por aí, não adianta você correr, é andando que você alcança (Dona Colo, Setor de Ervas, jan./2007).

Olha, nesses anos tudinho, representa a minha sobrevivência né. Que tudo que eu consegui, se eu tenho casa, tudo o que eu tenho, eu consegui daqui. (Lucineide Aragão, Setor de Industrializados, jan./2007).

Algumas vezes, como no caso do Alan, do Senhor Raimundo Lopes e do Lúcio o início na feira se dá por outra atividade a partir da qual é vislumbrada a possibilidade de melhorar, adquirir uma barraca, ou mesmo sem a barraca, ser dono do próprio negócio:

Com uns oito, nove anos de idade. Eu vim trazido pela minha mãe, que já era comerciante aqui, ainda vende o mingauzinho dela ali na beira. Depois eu comecei a vender saco aqui no Ver-o-Peso, depois fui vender peixe na pedra, da pedra passei a ser virador, depois eu viajei em embarcação, depois já conhecendo o pessoal, me deram oportunidade de ajudar na balança, vender, até que eu passei a ter os meus próprios clientes, e hoje em dia eu to aí vendendo como balanceiro e fazendo parte da diretoria (Alan Kardec, balanceiro, Pedra do Peixe, jan./2007).

E aqui o cara trabalha, não sendo vadio ele ganha uma boa pontinha por mês aqui. [...] Cheguei por acaso, eu tava desempregado e fui ajudando um, ajudando outro, até se firmar, e hoje em dia... [...] Só carregar o açaí, agora quando o cara é esperto, vender também. [...] É 20 centavos por cada paneiro de açaí. [...] É desembarcar, aqui já fica por conta do vendedor. É o vendedor que já vende e paga pra ele. [...] Exatamente, o meu irmão começou aqui carregando açaí pros outros, e hoje em dia ele trabalha pra ele... (Raimundo Lopes de Almeida, Feira do Açaí, jan./2007).

Eu vim pro Ver-o-Peso quando eu tinha oito anos, o rapaz que me trouxe pra cá já trabalhava aqui, e ele me trouxe pra ajudar ele a vender saco, mas foi por pouco tempo porque depois que eu me entrosei já passei a trabalhar pra mim mesmo, com a minha mercadoria, ai depois pra adiante, como eu já falei eu fiz carroto, trabalhei com verdura, trabalhei com legumes, frutas, cereais, e hoje eu trabalho com plantas, há 20 anos que eu trabalho com plantas. [...] Tiro meu sustento daqui e sempre me sustentei daqui, eu nunca trabalhei em outro lugar (Lúcio Pereira dos Santos, Setor de Plantas, jan./2007)

Os relógios têm nas sociedades os mesmos papéis que os fenômenos naturais, orientar e situar os seres humanos com relação a uma sucessão de processos sociais e físicos, harmonizando-os e conciliando-os, bem como os ajustando aos fenômenos naturais que lhes são independentes (ELIAS, 1984/1998).

A percepção do tempo requer a associação, por meio da memória, de fatos passados vinculados por processos mentais a outros fatos recentes e atuais que, portanto:

“[...] pressupõe seres dotados de um poder de síntese acionado e estruturado pela experiência. Esse poder de síntese constitui uma especificidade da espécie humana: para se orientar, os homens servem-se menos do que qualquer outra espécie de reações inatas e, mais do que qualquer outra, utilizam percepções marcadas pela aprendizagem e pela experiência prévia, tanto a dos indivíduos quanto a acumulada pelo longo suceder das gerações. É nessa capacidade de aprender com experiências transmitidas de uma geração para a outra que repousam o aprimoramento e a ampliação progressivos dos meios humanos de orientação no correr dos séculos (ELIAS, 1984/1998, p.33).

No Ver-o-Peso as temporalidades são demarcadas por vários elementos, alguns destes vinculados ao relógio e aos calendários nacional e estadual, outros a natureza e outros ainda a acontecimentos seqüenciais e repetitivos do dia-a-dia. Ainda que pertinentes a áreas e atividades específicas são percebidos e apropriados como referências temporais por todos, do mesmo modo que as datas comemorativas nacionais ou locais, como por exemplo, a Semana Santa e as festas juninas e de final de ano, o Círio de Nazaré (Figura 38, Figura 39).

Também os períodos do defeso⁸² do caranguejo, camarão e determinadas espécies de peixe constituem marcos temporais do Ver-o-Peso. Do mesmo modo que os

⁸² Período ao longo do ano em que é vetada pelos órgãos ambientais a captura de determinadas espécies com a finalidade de assegurar a reprodução.

meses em que o caranguejo está gordo ou magro⁸³; as enchentes de março; as estações do ano que no Pará são apenas duas: o período de muita chuva e o período de muito calor, que são associadas á época do açaí bom, farto e de melhor preço ou ruim, escasso e de preço elevado. A época das frutas regionais é considerada um bom período de vendas para o Setor de Hortifrutigranjeiro e para o Setor de Frutas.

Tem o Natal, mês de dezembro... Assim, esse mês aqui é bom pra vender frutas regional. Depende do tempo, por exemplo, no verão é bom pra vender abacaxi, é bom pra vender laranja, tangerina. No inverno é bom pra vender mais frutas regional, cupuaçu, bacuri, piquiá, uxi, depende do clima (Zé Augusto, Setor de Frutas, jan./2007).

Tô falando das coisas boas que tem aqui que são as frutas né. Porque a maçã, a banana, e a uva todo mundo já conhece né. Agora as frutas boa que tem aqui no Ver-o-Peso são essas. As frutas do inverno. [...] Agora é a época da pupunha, cupuaçu, biriba, uxi, do mari, bacuri. Época do, do... várias frutas regionais. Todas as frutas regionais é a época. [...] Vai até o mês de abril (Zé da Medalhas, Setor de Frutas, jan./2007).

⁸³ No Pará se acredita que nos meses cujos nomes levam a letra “r” o caranguejo está gordo.



Figura 38 – Miraci Alexandre, Marcia e Maria dos anjos Tempo de São João na feira. Banho cheiroso e coroa de São João. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.



Figura 39 - Círio de Nazaré, reforço na produção de maniva e demais derivados da mandioca. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2006.

Ao longo dos dias, os marcos temporais se sucedem com os movimentos que se estendem de determinadas áreas e setores para outros, a começar pela Feira do Açaí, Doca e Mercado de Peixe (Figura 40, Figura 41), onde a hora das compras no atacado começa na madrugada e se estende até as 11 horas, depois o encerramento das atividades no Mercado de Peixe às 13 horas. É também a hora que a fiscalização da SECON encerra e a turma das Frutas e do Hortifrutigrangeiro invade o calçadão com seus “bigodes” e “bois-sem-rabo” numa espécie de ritual diário. (Figura 42).

Os bigodes são caixotes depositados sobre o chão onde são expostos produtos para venda e os bois sem rabo são carros-de-mão confeccionados em madeira sobre os quais se expõe a mercadoria.



Figura 40 – Feira do Açaí, desembarque na madrugada, o produto é empilhado, ainda nas rasas, à espera dos compradores. Autor: Maria Dorotéa de Lim, 2007.



Figura 41 – Aspectos da Pedra do Peixe na madrugada. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007. E nas primeiras horas da manhã. Acervo IPHAN. Autor Maria Regina Weissheimer, 2007.



Figura 42 – Ritual diário do Setor de Frutas e Hortifrutigranjeiros, “bigodes” e “bois sem rabo” ocupam as calçadas depois do horário da fiscalização.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2008.

A hora das refeições com seus cheiros e movimentação característicos em volta principalmente do Setor de Refeições e do Mercado de Carne anuncia o meio-dia.. É o momento dos encontros rápidos, com hora para começar e terminar. É também quando encontramos circulando pela feira os serviços de entrega de almoço para os próprios trabalhadores do complexo (Figura 43).

Também o final do dia se anuncia pelo encerramento gradativo das atividades em muitos setores e aquecimento em outros como o Setor de Refeições e o Setor de Bares (Figura 44). Muda a luz, muda o cenário, mudam os atores. Também os finais de semana são mencionados como dias diferentes, de menor movimento, mas é quando a freguesia de maior poder aquisitivo vem a feira, é bom para vender, mas ainda assim há aqueles que optam por descansar com a família no domingo ou pelo menos retornar para casa mais cedo.



**Figura 43 – Setor de Refeições, cuja movimentação marca o tempo na feira. O açaí com peixe frito, especialidade do Ver-o-Peso.. E mesa extra na véspera do Círio, outro marco temporal.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2006.**



**Figura 44 – Final de tarde, movimentação no Setor de Bares.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

4.2.3. *A tradição Familiar: “Filho de feirante, feirante também é”⁸⁴*

O trabalho no Ver-o-Peso também é destacado em muitas entrevistas como atividade familiar tradicional, cujo saber, assim como a barraca da feira, a experiência e os saberes vão sendo transmitidos de geração em geração.

[...] na maioria, 75%, é negocio de família... Foi passando... O meu avô era pescador... É a maioria, 85% a 90% é negócio de família mesmo [...] No meu caso o meu avô era pescador, o meu pai com os meus tios, todos também eram pescadores, e passou pra mim, eu cheguei a viajar, mas poucas vezes, eu acho que eu viajei um ano [...] Ai cada um vai se encaixando, se adequando, e em vez de continuar pescando.... E devido a minha atividade eu pude concluir os meus estudos né [...] Eu tenho o segundo grau completo. [...] Tenho barco.[...] E assim como eu, conheço vários pescadores, vários barqueiros, eu tenho o meu, eu trabalho a 25 anos nessa profissão aqui, se eu não tivesse nada na vida já era demais.[...] Tenho, 2 irmãos. Um trabalha comigo aqui, mas ele tem o negocio dele e eu tenho o meu, também trabalha como balanceiro. E o outro não, ele só tem o barco, não trabalha como balanceiro. Ele trabalha no barco como pescador ou como armador (Rivair Negrão, balanceiro, Pedra do Peixe, jan./2007).

E primeiro começou com a minha avó, meu avô. Ai meu pai faleceu e a minha mãe veio trabalhar do lado da minha vó. Ai vim eu e minha mãe. Eu fiquei aqui até dezoito anos, casei. A minha mãe trouxe a mais velha, ai eu passei uns seis anos fora, e quando eu voltei já estava a minha irmã mais velha, já com a terceira, que eu sou a segunda de seis, já estava com as duas tias, as duas irmãs dela, uma trabalha ali. E já veio primo, já veio a família toda pra cá. Sempre nós trabalhamos com a fruta. Mas a partir da evolução, nós passamos pra polpa (Neuza, Setor de Polpa de Frutas, jan./2007).

Eu comecei trazendo ervas, e vendendo pros colegas no chão, ai um dos colegas ofereceu uma barraquinha, que na época era assim que chamavam, pra minha mãe, e a minha mãe ficou vendendo no chão e na barraquinha, daí já foi trazendo os filhos, os filhos foram trazendo os irmãos, e assim somos uma família inteira [...] Estamos aqui e a minha mãe tá com 72 anos. Foi a primeira feirante a chegar, ela e o nosso colega Jura, e eu trabalho aqui, tô criando os meus filhos com muito orgulho e sou uma feirante de estrela, posso dizer. (risos) (Miracy Alexandre, Setor de Ervas, jan.2007).

Desde criança, minha mãe já me trazia para cá, três, quatro anos. Isso aqui era de minha avó que faleceu com 115 anos. Eu não sei quanto tempo ela trabalhou, mas aprendi muita coisa com ela... Passou os conhecimentos para minha mãe, que se chamava Dona Cheirosa que trabalhou 69 anos aqui na feira e faleceu em 90. [...] Ramira Lopes, mas ela [a avó] tinha um apelido por Mãe Velha. [...] Só que eu não conto desde criança. Conto quando assumi a responsabilidade para mim mesma. Eu estava com 17 anos e hoje estou com 57. (Beth Cheirosinha, Setor de Ervas, jan./2007).

⁸⁴ O título remete ao artigo de Conrado, Alencar, 2006: “*Familia de feirante feirante também é...*”, relativo à Feira da Prainha, em Belém/PA.

A aquisição e transmissão de uma barraca na feira é, por princípio legal, um negócio de família que é comunicado à SECON para atualização do cadastro. Pelo regulamento (BELÉM, 2001) o ponto não pode ser vendido ou alugado, mas na prática há sempre um arranjo que se pode fazer nesse sentido. Funcionários da SECON e feirantes conhecem as regras e as formas com que estas se dão na prática, afinal a realidade é sempre maior do que a norma, embora esta, como no caso do Ver-o-Peso, se espelhe naquela. O próprio regulamento do Ver-o-Peso incorpora a questão da transmissão familiar da concessão. Assim, se pode distinguir a forma oficial de transmissão de barracas da forma prática, a primeira é estabelecida pelo regulamento e a segunda é aquela onde as definições variam de acordo com sua utilização, pois tanto se aplica a um parente mais distante, a um ajudante, a um amigo ou simplesmente nada disso, mas a uma situação estritamente de negócios. Situação esta que identifiquei como minoria.

Essas duas formas coexistem e não se excluem, pois quem orienta essas transmissões tradicional e majoritariamente, como observado por Carioca e Auricélia, são as relações de parentesco. Mas parentesco como linguagem prática, onde o que conta é a transmissão de bens econômicos, mas também de grande valor simbólico. E as relações de parentesco, os conceitos de descendência e de afinidade, não são vistos como uma coisa em si, mas como expressões das próprias relações (BOURDIEU, 1980; LEACH, 1971). É comum encontrar a transmissão da barraca para o ajudante e aprendiz. Essas transferências podem ou não envolver o valor econômico, mas o simbólico está sempre presente, como no caso do Senhor Toninho do Setor de Camarão Seco e do Fernando Souza, do Mercado de Peixe (Figura 45) que já trabalhavam na feira em outras atividades e conseguir a barraca, o ponto, foi um sonho realizado para ambos:

Eu trabalhava de carregador, e um senhor me trouxe pra cá pra carregar uns coco. Naquela época, há uns 20 anos atrás, mais ou menos, era aquelas barracas que armava e desarmava, ai precisava de pessoas pra carregar aquela mercadoria pro deposito. Ele me trouxe pra cá, ai eu fazia esse serviço. [...] Eu trabalhava de ajudante, ai depois eu passei a trabalhar aqui por conta própria né. Mas nessa época eu não tinha barraca, eu comecei a trabalhar aqui com um senhor que era até maranhense. Ele é vivo até hoje. Ai eu fui fazendo economia, até que ele me passou a barraca dele, e até hoje a gente vai levando aqui né (Toninho, Setor de Camarão Salgado, jan./2007.).

Foi antes da reforma, bastante... Ai um cidadão que trabalhava lá já era idoso, começou a adoecer, não pode mais vir trabalhar. O filho dele, como era universitário não se interessou de vir trabalhar ai, e eu continuei a trabalhar ai. Até que o pessoal da SECON resolveu passar pra mim o box. Ai eu, graças a Deus, adquiri o box e passei a trabalhar pra mim (Fernando Souza, Mercado de Peixe, jan./2007)⁸⁵.

⁸⁵ Fernando Souza, peixeiro e Vice-Presidente do Sindicato dos Peixeiros tem um box no Mercado de Peixe. Nasceu em 1966, em Belém. Trabalha no Ver-o-Peso há mais ou menos 25 anos, começou vendendo sacola, depois passou para ajudante de peixeiro até conseguir o ponto, cujo proprietário adoeceu e os filhos não se interessaram, pois tinham outroprofissão. Tem o Nível Médio.



Figura 45 – Fernando Souza, de vendedor de sacolas à ajudante, quando aprendeu o ofício de peixeiro, a arte de filetar o peixe. Depois conseguiu o ponto. Antes e depois da Visa Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

Embora as leis sejam elaboradas a partir de padrões definidos sobre dados concretos e reais não se pode esperar que sejam aplicadas de forma rígida, imutável e isolada de outras dimensões da vida, pois estas acontecem de forma vinculada às questões de ordem prática que envolvem bens de valor econômico que carregam muitas vezes outros significados para seus proprietários (BOURDIEU, 1980; LEACH, 1971).

A transmissão da barraca quando tratada apenas do ponto de vista econômico vai consubstanciar, no Ver-o-Peso, uma relação aos moldes de “estabelecidos” e “outsiders” (ELIAS, 2000) entre os permissionários mais antigos, vinculados às famílias tradicionais do Ver-o-Peso e os novatos. Essa distinção não é percebida a primeira vista, mas a partir de uma convivência mais prolongada. Está presente, sobretudo nos setores mais tradicionais. Também pode ser identificada, porém de forma mais clara e assumida, entre os permissionários da feira e aquelas pessoas que vivem à margem da sociedade, em condição de moradores de rua, que ficam circulando por ali em busca de um trocado, um alimento⁸⁶. Mas aqui vamos tratar apenas da primeira situação referida: trabalhadores tradicionais e os novatos sem vínculos de parentesco.

Esses dois grupos vão ser diferenciados a partir de valores como local de trabalho, atividade realizada, tradição familiar na área e no ramo, tempo de trabalho no Ver-o-Peso, etc. configurando uma recorrência universal onde os que detêm maior poder, a partir dessa atribuição de valor, se auto-representam como seres humanos superiores em relação aqueles de menor poder configurando-se os “estabelecidos” e os “outsiders”, respectivamente (ELIAS, 2000).

Também as fofocas fazem parte desse contexto. Tanto podem acontecer no mesmo grupo quanto entre grupos distintos. Elogiosas ou depreciativas tendem a reforçar o *status quo* daqueles grupos e pessoas mais estabelecidas na área, bem como a depreciação e censura dos novatos, sem tradição (ELIAS, 2000). Este processo se verifica em diversos níveis, a distinção tanto pode ser entre os feirantes mais antigos e os novatos, entre os cadastrados e os não cadastrados, entre os donos do próprio negócio e os que prestam serviços a estes, entre os que trabalham no Ver-o-Peso e os que orbitam por ali, moram nas ruas e, de certa forma também se sentem parte da feira.

⁸⁶ Não entrevistei nem conversei com nenhuma pessoa nesta condição, mas observo que por vários desses fatores colocados nas entrevistas, entre os quais a possibilidade do alimento e do abrigo, esses grupos também devem se sentir parte do Ver-o-Peso.

Com relação aos novatos e as famílias tradicionais do Ver-o-Peso eu costumava perguntar nas entrevistas o que deveria fazer para conseguir uma barraca na feira. Entre as respostas que ouvi estava a que deveria procurar a SECON e me candidatar, mas ficasse eu sabendo que há uma longa lista de espera; que seria muito difícil eu conseguir, pois estavam todas ocupadas e, não pode vender, tem que ser passada de pai para filho e, embora o regulamento não permita, há gente que vende e aluga e depois informa lá na SECON que vai viajar ou está doente e alguém vai tomar conta, mas se pegarem acabarei perdendo o dinheiro e a barraca, aí só com padrinho político para resolver.

Diante das respostas e reações que tive diante dessa questão o que reputo como mais interessante era quando as respostas eram meio assustadas, com certo ar de perplexidade pelo meu atrevimento, como se eu estivesse falando um grande absurdo, veja o que me disse a Leila do Setor de Ervas: “Não existe, isso ai só se teu pai falecer, ai eu como filho já fico no lugar, vem de família” (Leila, jan./2007)⁸⁷. E a Leidiane, filha do Senhor Helito⁸⁸, do açaí com peixe frito: “Pra você conseguir uma barraca só tendo um parente de alguém, pra essa pessoa te passar a barraca” (Leidiane, Setor de Refeições, jan./2007)⁸⁹. Carioca e Auricélia e Alonso confirmam a forma de transmissão da barraca::

Aqui é de pai pra filho, aqui não podemos vender, não podemos alugar. Se a senhora não quer mais o ponto a senhora vai na SECON e entrega. [...] Mas na prática não é assim que funciona, porque ninguém quer entregar o que foi conquistado com tanto sacrifício, mas é assim que funciona (Carioca, Setor de Refeição, jan./2007).

[...] Não eu não penso em parar. Eu não penso em parar porque se eu não tiver presente eu não tenho cliente. [...] só deixaria se fosse pra melhor. Aí eu deixaria com uma filha minha (Carioca, Setor de Refeição, jan./2007).

Não. Oficialmente não tem como conseguir, só mesmo de pai pra filho, fora os que têm por debaixo dos panos que fazem, vendem, negociam de alguma forma.... (Auricélia Moreira, Setor de Refeição, jan./2007).

⁸⁷ Leila do Socorro, filha de Dona Coló, nasceu no ano de 1974, na cidade de Belém. Está há 13 anos no Ver-o-peso onde estão também a mãe, o pai, tios e irmãos.

⁸⁸ Helito de Souza Modesto, conhecido na feira como Hélio, nasceu em 1942, na cidade de Curuçá/PA. Trabalha no Ver-o-Peso há 24 anos, foi trazido pela esposa, cuja família já tinha barracas na feira. Foi o precursor na venda de açaí com peixe frito no Ver-o-Peso. Hoje trabalha na feira com a esposa, a filha e um sobrinho.

⁸⁹ Leidiane Vasconcelos Modesto nasceu em 1980, em Belém/PA. Trabalha com o pai e a mãe no Setor de Refeições, na área de Peixe Frito com Açaí. Está trabalhando na feira há quinze anos, filha mais velha de duas, sente-se na obrigação de ir assumindo os negócios da família.

[...] Um pouco difícil [conseguir uma barraca] porque já vem de família. Estou aqui por causa de reforma, e como já trabalhava aqui consegui um lugarzinho. Não pode ter a venda de barraca e por isso vem passando de pai para filho. Anualmente tem aqui um recadastramento e o ponto vai sendo passado entre os familiares (Alonso, Setor de Artesanato, jan./2007)

Pastor Manoel e o Senhor Hélio complementam a questão quando pergunto sobre a rotatividade e as desistências no Setor de Refeições:

Não, ficam muito tempo [os novatos], olha, por exemplo, tem feirante aqui que trabalha desde o tempo, que trabalha há 25 anos aqui, que começou junto comigo. Tem muitas pessoas que vieram, como é o caso do meu vizinho aqui, o João Maria, ele tem 25 anos de Ver-o-Peso, e tem muita gente que continua aqui no Ver-o-Peso, ou passa pro filho (Pastor Manuel, Setor de Refeições, jan./2007).

Não, não há muita desistência, a maior desistência, a gente pode dizer assim, que é daquelas pessoas que foram invasores, invadiram a feira, se apropriaram de um equipamento e logo em seguida passaram pra outras pessoas porque não tinham interesse de trabalhar, só de negociar (Senhor Hélio, Setor de Refeições jan./2007).

O Senhor Serrão é de uma geração anterior à de Eduardo e Mary Kellen e tem filhos que regulam a idade destes. Mas os três começaram a trabalhar no Ver-o-Peso de forma semelhante, trazidos pelos pais, com os quais aprenderam o ofício.

Eu comecei a trabalhar aqui desde pequeno, de pequenininho os meus pais traziam a gente pra cá. Nós somos seis irmão homens, e dois dos seis pelo menos vinham pra cá com eles de primeiro, meu pai e minha mãe. Aí nos começamos a trabalhar aqui e começamos nossa vida e desenvolver o nosso conhecimento tudo aqui dentro e fez com que também nos passássemos o mesmo conhecimento pra minha família e meus filhos. [...] Sempre um me ajuda aqui devido nós não poder pagar pessoas pra trabalhar, aí eles [os filhos] vêm pra cá, me ajudam com a maior alegria de todos. Eles gostam de vir pra cá comigo. (José Serrão, Setor de Farinha, jan./2007)

Meu pai trabalha aqui desde os 12 anos.[...] Ele veio para ajudar um irmão que tinha uma barraca aqui e foi ficando até conseguir comprar uma barraca para ele, onde está até hoje (Mary Kellen, Setor de Farinha, jan./2007)

O meu pai já trabalhava antes aqui, e eu vim pra cá com ele trabalhar. Ai eu continuei trabalhando aqui. [...] Olha ele trabalhou aqui uns 36 anos, quase 40. [...] Eu comecei a vir pra cá desde criança. Desde pequenininho, acho que uns 5 anos, 6 anos. Eu vinha pra cá pra brincar né. A minha mãe me trazia, ficava aqui um pouquinho depois ia pra casa, minhas irmãs me levavam. E com a idade de 12 anos eu comecei a trabalhar direto com ele aqui, ajudando ele. E me criei aqui, trabalhando aqui (Eduardo Santos, Setor de Farinha, jan./2007).

O Senhor Serrão também já ensinou a lida com a farinha aos seus filhos, que, entretanto, como Kellen (Figura 46), procuram alternativas para uma vida melhor por meio do estudo, ainda que se sintam divididos a respeito e o pai desta desconverse quando a filha toca nesse assunto. Afinal trata-se de tradição familiar a qual valorizam e que comporta muitos significados para eles que vão desde a autonomia financeira à história da própria família que, por sua vez, está vinculada a uma memória coletiva de grande significação para os trabalhadores do Ver-o-Peso e para a história de Belém.

Tem uma que já tá dentro da universidade. Falta mais um ou dois anos pra se formar. Os dois eu to lutando, tentando ver se eles passam. Todo ano eles fazem a prova do vestibular, mas ainda não tiveram sorte de passar. Até porque o tempo que eles tem é um pouco assim, muito reduzido. Devido o serviço deles, ai eles não tem aquele tempo de folga pra estudar. (José Serrão, jan./2007)

[Meu sonho] É me formar, conseguir alcançar meu status de ter um emprego fixo e ter minha família. [...] Às vezes eu converso isso com o papai! Às vezes tenho que faltar aqui para resolver outras coisas e ele acha que é ruim, porque segundo ele sou eu quem vende melhor, que tem mais carisma para venda do que meu irmão. Ai, quando digo como será quando eu me formar e arranjar um emprego ele responde que depois se pensa nisso (Mary Kellen, jan./2007).



**Figura 46 - Senhor Serrão, do Setor de Farinha, 40 anos de Ver-o-Peso, do pai para os filhos. Mary Kellen, trabalhando com os pais e pagando a faculdade, e depois?
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

4.2.4. *Um sentido de liberdade e independência*

Trabalhar no Ver-o-Peso e ter ali uma barraca é um sonho para alguns ajudantes, pois para muitos trabalhadores essa possibilidade adquire outros significados como, por exemplo, de liberdade, independência, ser dono do próprio negócio, não ser explorado. Entre as mulheres identifiquei antigas empregadas domésticas que trocaram essa profissão por uma barraca na feira, de modo semelhante às mulheres negras libertas que encontravam na feira e no comércio de rua a forma de sustentar-se e à própria família no contexto pós abolição (SALLES, 1993; FONTES, 1997; PANTOJA, 2001; VAZ SILVA, 2007).

Eu gosto de trabalhar porque tenho liberdade. Não sou mandada, chego a hora que quero, saio a hora que quero e isso é bom! (Regina Pimentel, Setor de Hortifrutigranjeiros, jan./2007).

[...] Olha, isso ai não tem horário, como eu trabalho por conta própria tem dia que eu venho, tem dia que eu não venho, tem dia que eu chego tarde, tem dia que eu chego cedo, e assim vai, hoje, por exemplo, eu cheguei era 4 horas, mas amanhã eu posso chegar 9 horas, 8 horas. [...] Não, não tem hora pra fechar. (Lúcio Pereira dos Santos, Setor de Plantas, jan./2007).

Eu chego aqui 5 da manhã e vou embora às 4 da tarde. É mais ou menos um horário meu que eu estabeleço. [...] Eu mermo estabeleço o meu horário, eu mermo que me mando (José Serrão, Setor de Farinha, jan./2007).

Pra mim significa muita coisa, nem sei como falar [...] Prá mim significa tudo, primeiro porque eu sobrevivo daqui, porque eu tiro minha renda daqui. Tudo que eu tenho é daqui. Sou solteira e independente (Arlete Maia, Setor de Bares, jan./2007).

[...] se eu estivesse trabalhando de carteira assinada eu tava ferrado, com certeza. Acho que o Brasil quando paga um salário mínimo para o trabalhador o transforma em escravo. Acho que a escravidão no Brasil só mudou de figura. A escravidão só mudou de cara (Pedro Paulo Martins, Setor de Mercadoria, jan./2007).

Eu não ia trabalhar na construção civil, pra carregar pedra, pra não ganhar nada, por semana, por mês... E aqui não a gente ganha por dia, tudo, dá pra arranjar o pão de cada dia das crianças, né? (José Domingos, Pedra do Peixe, jan./2007).

É como se estivéssemos ganho na Loto! Porque hoje em dia é muito bom ter nosso negócio e ganhar nosso dinheiro. Depois que meu pai falou que tudo o que temos aqui é nosso e que quando ele morrer o andamento da coisa vai depender de nossos esforços, os meus irmão todos estão aqui. Tenho um irmão que trabalhava na Telemar e que agora está aqui. O outro trabalhava na Rede Celpa e agora está aqui. Vê se ele quer sair! Ele quer ter é uma barraca para ele. Tenho uma colega que é formada em Matemática e ta aqui vendendo café, chá. A minha irmã pagou a faculdade dela toda por aqui e continua a trabalhar aqui (Mary Kellen, Setor de Farinha, jan./2007).

Sim, pois não tenho vergonha disso, pois trabalho aqui mesmo. Eu tenho dinheiro todos os dias, eu controlo o dinheiro, eu compro o que quero, não tem ninguém me controlando. Mas todo ser humano tem um ideal para ele e o meu é me formar e ganhar o meu dinheiro na minha profissão. Mas, por enquanto estou aqui e daqui pago minha faculdade. [...] É esquisito! O pessoal que trabalhava no banco comigo quando me vêm aqui ficam espantados, mas é bom trabalhar com os pais, ninguém ta mandando ou exigindo e quando se chega aqui se aprende tantas coisas boas e ruins e se faz muitas amizades. (Mary Kellen, Setor de Farinha, jan./2007).

4.2.5. *Ver-o-Peso: “Nossa Casa”, “Uma Família”*

A referência ao Ver-o-Peso como “a minha casa” ou a “segunda casa”, freqüente nas entrevistas, deve-se, sobretudo ao tempo de permanência do trabalhador no seu local de trabalho: de segunda a segunda, da madrugada até o anoitecer, mas também a relação estabelecida com sua barraca, suas coisas e objetos de uso cotidiano. Da mesma forma são freqüentes as comparações das relações entre os feirantes e demais trabalhadores da feira com uma família, sobretudo dentro de cada setor. A relação Ver-o-Peso, casa, família é muito freqüente nos depoimentos assim como relatos de momentos de conflitos, sociabilidade e solidariedade. Neuza (Figura 47) relata sua vivência familiar na e com a feira, foi criada e criou os filhos nessa relação. Já Leila destaca as brigas seguidas de reconciliação, do mesmo modo que acontece nas famílias.

Sabe que o Ver-o-Peso passou a ser a nossa segunda casa. Sabe que a nossa residência lá, daqui que eu comecei a ter a minha residência lá. [...] Então é a minha segunda casa aqui. Foi de onde eu tirei pra fazer a educação dos meus filhos, onde até hoje estão fazendo quase todos no nível universitário (José Serrão, Setor de Farinha, jan./2007).

Minha casa é o Ver-o-Peso, eu chego aqui seis horas da manhã e saio nove da noite passo o dia aqui, almoço, janto tomo café no Ver-o-Peso (Senhor Helito, Setor de Refeição, jan./2007).

[...] aqui é a nossa casa, a gente só vai dormir lá na nossa residência, aqui a gente passa o dia todo (Leila, Setor de Ervas, jan./2007).

É como uma família, briga depois tá todo mundo unido. Não tem aquela família que não tem aquele desentendimento, mas na realidade quando um precisa tá todo mundo junto. [...] aqui é a nossa casa, a gente só vai dormir lá na nossa residência, aqui a gente passa o dia todo (Leila, Setor de Ervas, jan./2007).

[...] Ajuda sim. Porque ali na nossa área é como se fosse uma grande família, ali a dor de um é a dor de todos. Tanto é que o Clodoaldo faleceu e parou o Ver-o-Peso, parou a nossa área (Deuzarina Correia, Setor de Ervas, jul./2005).

É uma relação ao preço a gente faz na hora. Há uma troca de mercadorias, não precisa ter dinheiro. [...] Existe uma conscientização em ajudar. Aqui é uma família, aqui um é vigia do outro, entre os próprios visitantes quando a gente percebe que alguém está sendo abordado, uma pessoa diferente a gente procura avisar, chamar para que não seja constrangedor, tanto para o cliente, quanto para gente, porque ele vai se queixar e fica feio para gente. (Pedro Paulo Martins, Setor de Mercearia, jan./2007).

É a minha segunda casa. E a gente brinca que o Ver-o-Peso é pai e mãe da gente. Porque se eu criei meus filhos, eduquei meus filhos, se eu fiz alguma coisa, quebra a ideologia das pessoas que o Ver-o-Peso é ruim. Eu acho que o ruim da pessoa, o lado da pessoa negativo, tá com a pessoa e não onde ela trabalha. E nós trabalhamos aqui. A minha mãe criou seis, eu criei dois, e todas nós, eu e minha irmãs criamos os nossos filhos aqui. E nenhuma deu pra prostituição, por lado de drogas, pra nada. Nós buscamos o lado do Ver-o-Peso bom. (Neuza, Setor de Polpa de Frutas, jan./2007).



**Figura 47 - Neuza Reis. Criou os filhos na feira, da mesma maneira com que foi criada pela mãe, todos “do bem”.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

Essas associações do Ver-o-Peso com a casa e com a família estão diretamente vinculadas entre si, de forma semelhante à relação simbólica estabelecida pela sociedade brasileira com a casa e a rua, espaços sociais que embora opostos são complementares. A casa representa a idéia de um destino, objetos, relações e valores em comum (tradição) a ser preservados e resguardados, o que lhes confere um estilo e uma maneira de ser, um sentido “corporativista” próprio das famílias. Onde as relações familiares e de amizade definem as ações, onde há segurança (DA MATTA, 1986, 1997).

Mas ao mesmo tempo em que é casa, por reunir algumas dessas condições elencadas o Ver-o-Peso é também rua, no sentido que é também espaço público, inseguro, complexo; onde se dá o comércio que, por princípio não deve estar na casa. Na rua somos indivíduos anônimos e multidão; o tempo é o do relógio, passa muito depressa; a história é marcada por eventos sucessivos; o comando é do Estado, da autoridade (DAMATTA, 1986, 1997).

Não somos capazes de agir na rua como o fazemos na casa, a não ser quando recriamos ali o mesmo ambiente acolhedor da casa (DAMATTA, 1997). Esta pode ser uma explicação para essa ambigüidade do Ver-o-Peso. O longo tempo de permanência na feira associado à convivência prolongada e familiar, com redes de relações que se estendem por gerações naquele lugar, leva seus trabalhadores a recriarem, na feira, o ambiente acolhedor de suas casas. É possível discernir no espaço da feira as áreas que assumem conotação de espaço público das de espaço privado. Já em outros momentos esta distinção se torna difusa, perceptível apenas por olhares mais atentos.

A solução projetual dos equipamentos e barracas e a apropriação desta pelos feirantes contribui para essa distinção público/privado na relação com os consumidores. Minhas observações no Setor de Industrializados e no Setor de Ervas, sobre os quais falarei em seguida, permitiram discernir essas delimitações e funções nas atividades cotidianas de seus trabalhadores.

Setor de Industrializados - A tenda que abriga o Setor de Industrializados é a mesma onde ficam o Setor de Importados e o Setor de Ferragens. Segundo dados que me foram repassados pelo Dalci, o Setor de Industrializados dispõe de 104 pontos comerciais distribuídos por cerca de 50 feirantes e mais uns 50 vendedores, que são uma espécie de ajudante. Nesse setor podem ser encontradas roupas, calçados, redes, bolsas e

mochilas. Apesar da denominação também se pode encontrar calçados artesanais de couro, produzidos por artesões de Belém

O projeto desenvolvido para a barraca e equipamentos do Industrializado consiste em blocos onde ficam agrupados quatro jogos de expositores, dois maiores e dois menores contendo os primeiros oito unidades e os segundos quatro. Dispostos sequencialmente os blocos formam conjuntos, cujos expositores se voltam tanto para o interior da tenda como para o exterior. (Figura 48 e Figura 49)

Os blocos voltados para dentro e distribuídos em volta da descida da água formam um pequeno espaço compartilhado pelos feirantes, constituindo lugares onde os vendedores se reúnem. Trata-se de uma saleta que algumas horas assume caráter íntimo como durante as refeições e logo depois, hora de um cochilo rápido. Em outras horas transforma-se em sala para receber os fregueses e fechar negócio. Em alguns desses espaços há uma mesa onde são feitas as refeições e também se fecha as vendas. Quando chove, a água que desce pelo centro das tendas é aproveitada para lavar as louças. Cada feirante tem sua cadeira ou banco onde senta para comer, descansar as pernas ou oferecer para os clientes e pessoas mais chegadas descansarem. Ali comecei a perceber o banquinho, que está em praticamente todos os setores, mesmo que algumas vezes um caixote assumia esse papel. Pode ter diferentes significados e utilidades, dependendo de onde se está (Figura 49 e Figura 50).

Já os vendedores, que em alguns setores são chamados de ajudante, podem ser encontrados em quase todas as atividades, mas o acerto com o feirante tem bases distintas de um setor para o outro. No Setor de Industrializados o candidato deve ser trazido por um dos feirantes e ter aceitação de todos. Aqueles ajudantes que se utilizam muito dos banquinhos, ficam muito tempo sentados, são considerados preguiçosos e não permanecem. O papel do vendedor é atrair compradores na rua e levá-los até o feirante, também ajuda no atendimento quanto o movimento é grande⁹⁰.

Foi no Industrializados, com Dona Lucineide (Figura 50), que aprendi que o melhor banheiro do Ver-o-Peso fica na Estação das Docas.

⁹⁰ O acerto entre o feirante e o vendedor no Setor de Industrializados funciona nas seguintes bases: o valor cobrado pelo vendedor acima do preço colocado pelo dono é dividido meio-a-meio entre os dois. Por exemplo: Se o produto custa R\$ 10,00 e o vendedor vende por R\$ 12,00, os R\$ 2,00 cobrados a mais serão dividido igualmente entre o feirante e o vendedor.

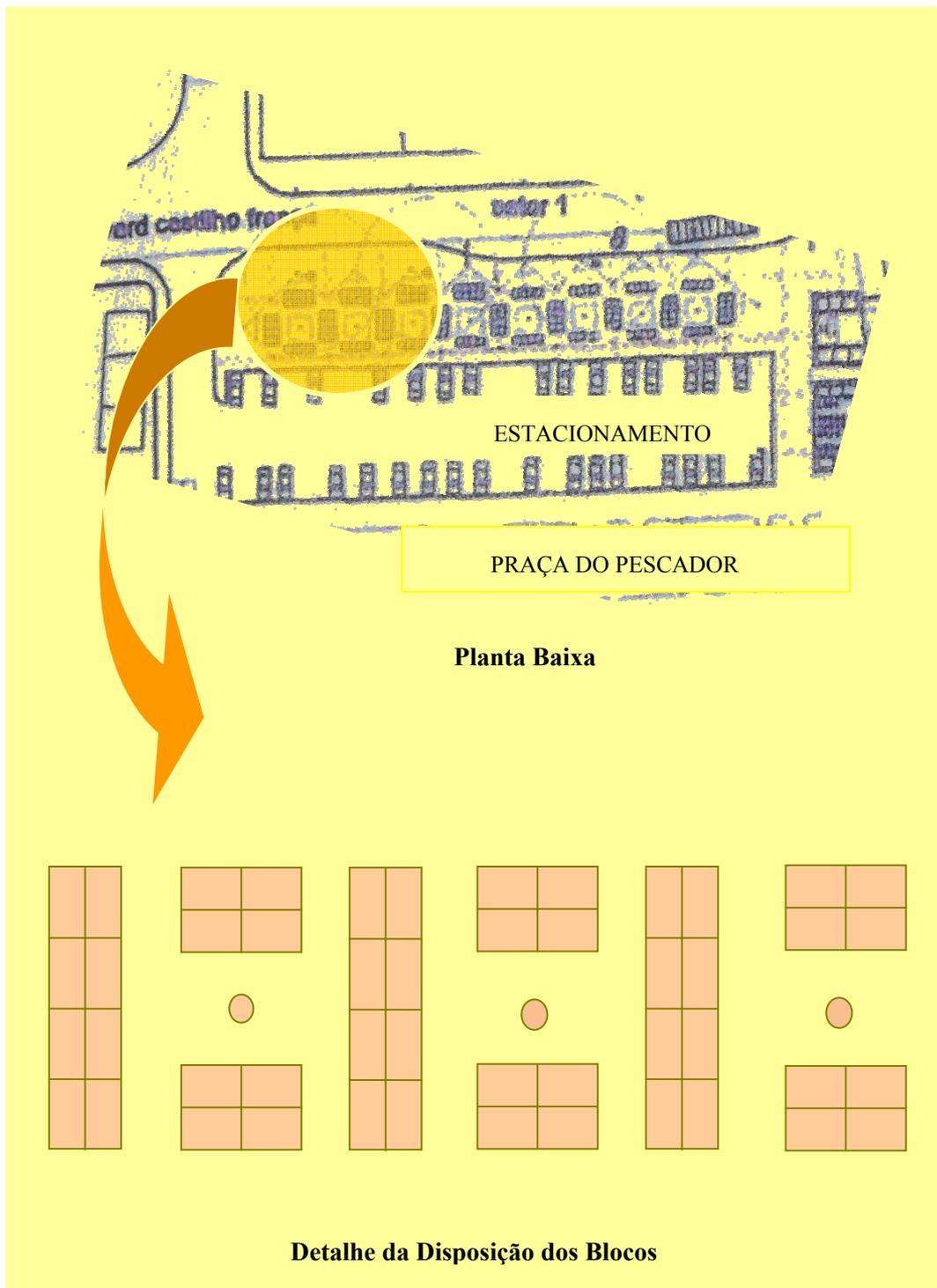


Figura 48 - Setor de Industrializados. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2008.
Fonte: Projeto de restauração do Ver-o-Peso.



Figura 49 - Interior dos blocos com a mesinha ao centro e corredor de acesso. Na calçada, em busca do consumidor. Autor: Maria Dorotéa de Lima 2007.



**Figura 50- Dona Lucineide e o Senhor Antônio Aragão, unidos na vida e no trabalho. Também as cadeiras assumem o papel dos banquinhos
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007 e 2006**

Setor de Ervas - Localizado entre o Mercado de Peixe e o Solar da Beira, o Setor de Ervas é constituído por 80 barracas, sendo que 50 delas são administradas por mulheres e 30 por homens. Pode-se dizer que esse setor funciona como uma espécie de âncora do Ver-o-Peso, pois é um de seus principais atrativos para turistas, mas que em Belém tem seu público cativo, sobretudo nas tradicionais datas em que o banho de cheiro é indispensável para muitos paraenses: véspera do dia de São João e último dia do ano. Neste Setor, onde pretendia inicialmente concentrar a pesquisa que acabei expandindo para todo o Ver-o-Peso, entrevistei o maior número de pessoas, permanecendo ali um tempo maior que nas outras áreas reunindo, portanto maior quantidade de informações.

Dispostas perpendicularmente à Baía de Guajará e a Avenida Castilho França as 80 barracas são distribuídas em quatro filas paralelas, unidas duas a duas pelos fundos, formando dois blocos de 40 barracas, cujas frentes ficam voltadas para vias de circulação, duas externas e uma interna aos blocos. Entre as duas filas de um mesmo bloco, pelo fundo das barracas, foi projetado um corredor de serviço para acesso exclusivo do feirante. Para o atendimento, o feirante, pelo menos na prática, se posta na frente e ao lado da barraca. (Figura 51, Figura 52).

O feirante vendedor de ervas geralmente é consultado pelo consumidor sobre que tipo de “remédio” deverá utilizar para resolver seus problemas que podem ser físicos ou emocionais. Desde uma simples dor de cabeça ou gripe até desemprego, dificuldades financeiras, problemas espirituais, problemas emocionais, traição, procura de marido ou de esposa, inveja, entre muitas outras coisas. Às vezes o tom entre o feirante e o freguês é de confiança. Nesses casos, os estreitos corredores de serviço, de acesso restrito, são utilizados como uma espécie de consultório. É ali que as conversas mais íntimas e prolongadas acontecem. Segundo os depoimentos, a mulher geralmente se sente mais à vontade para fazer esse tipo de consulta. Com os homens, principalmente aqueles que estão vindo pela primeira vez, é preciso sensibilidade do vendedor para a abordagem. Em geral esses clientes ficam mais a vontade para a consulta com outros homens.

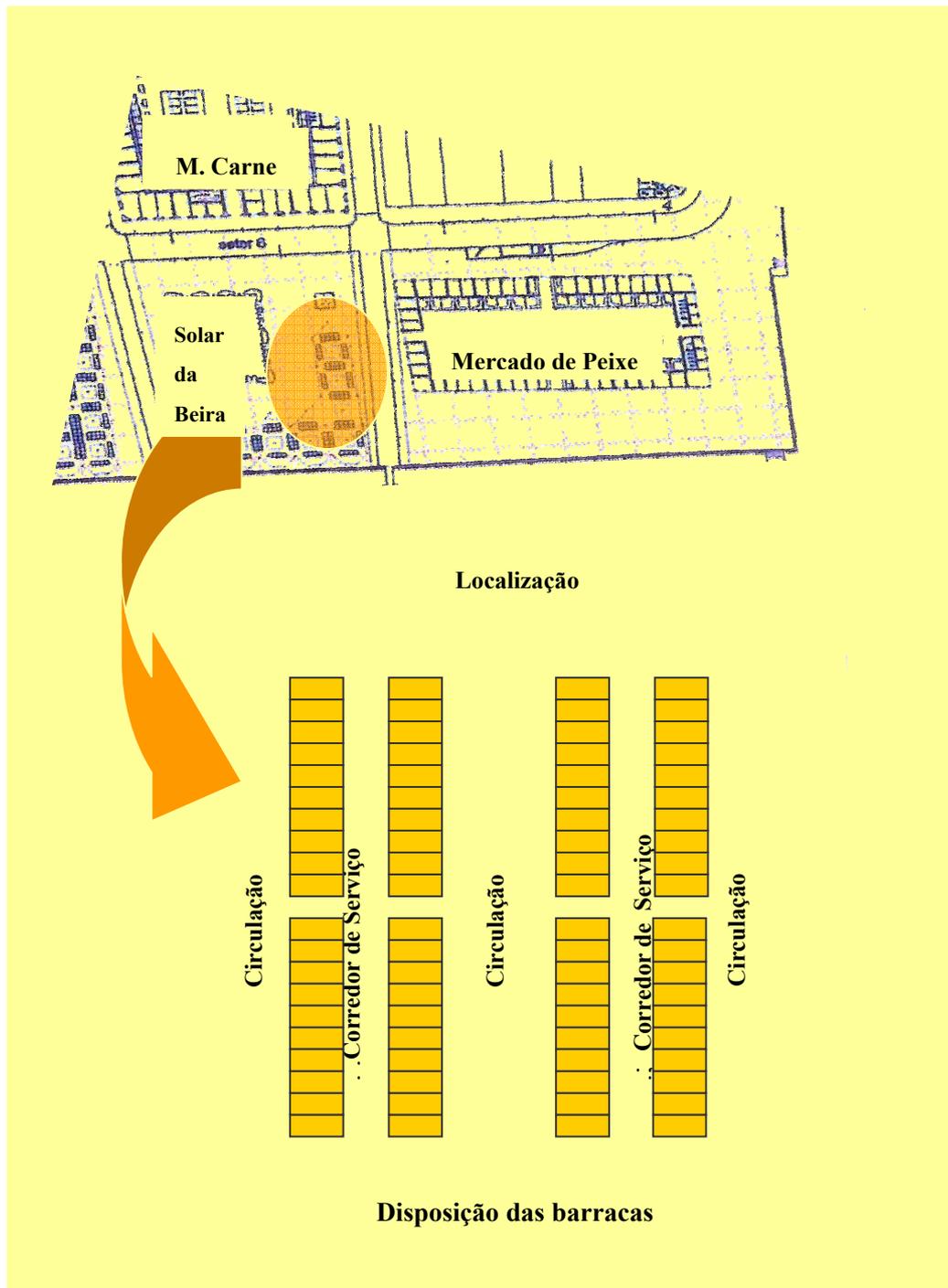


Figura 51 - Setor de Ervas. Adaptação sobre projeto de restauração do Ver-o-Peso. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2008.



Figura 52 – Corredor de serviço e circulação central, banquinhos a postos e vendedoras posicionadas na frente da barracas. Autor: Maria Dorotéa de Lima; 2007. Acervo IPHAN. Maria Regina Weissheimer , 2007

Devido aos tipos de problemas, muitas vezes de foro íntimo, trazidos pelos clientes, e a necessidade de deixá-los mais à vontade para falar a respeito, a forma adotada pelas vendedoras para abordar os passantes e pessoas que ficam circulando pelo local, potenciais fregueses, é sempre íntima e carinhosa: “diga minha querida”, “diga meu bem”, “meu amor do que você precisa, nós temos aqui...”. Herdada dos (as) precursores nessa atividade, predominantemente mulheres, e com um toque de sedução, as erveiras preservam-na e a transmitem aos descendentes e possíveis sucessores. Vejamos o que os entrevistadas falam sobre essa forma de tratamento, uma tática de abordagem que já se tornou uma marca do Setor de Ervas, cujos vendedores desenvolveram formas particulares de atendimento para homens e para mulheres. Embora a princípio assuste aos desavisados, pela intimidade, parece que funciona na prática do dia-a-dia e, afinal, já é, como se pode dizer, “marca registrada” distintiva do Setor das Ervas.

De nossos antepassados! Sempre foi assim aqui. Quando a minha mãe veio para cá ela era bem jovem, ela dizia assim: “Olhe, minha filha! Se você tratar o freguês, que antigamente eles diziam isso, não era consumidor, o freguês ele volta. Se você tratar ele bem, de meu amor, de minha linda, meu querido...Tem gente aqui que chama até meu coronel, meu coração, minha lindona, meu lindão, paixão, ai ele gosta, porque as vezes o consumidor passa e diz assim: Égua! Eu nunca fui tratado tão bem quanto aqui. Eu até gosto de vir aqui, porque essas mulheres me chamam de meu amor, eu nunca mais ouvi essa palavra em casa! (Deuzarina Correia, Setor de Ervas, jan./2007).

Mana, [...] até assim, já quiseram mudar isso, já fizeram ai umas oficinas antes pra mudar isso, pra chamar os fregueses, assim, diga cidadão, diga senhora, mas não cola, o certo mesmo é diga querida, diga meu amor (risos). Pra falar a verdade eu não sei de onde surgiu isso sabe. E eu digo assim, ser tio, e ser sobrinho é benção né, é ruim quando você é tio, ou é sobrinho de quem não presta né... Se você é tio de uma pessoa que tá trabalhando, que tá lhe tratando com tanto carinho né, com dignidade, "diga tia, venha cá", olha eu não acho ruim, mas tem pessoas que acham (Miracy Alexandre, Setor de Ervas, jan./2007).

[...] E se você é estressado, se você é mal humorado, e se você chega você não vai conseguir nada amiga, porque você tem que chamar, diga meu amor, diga meu querido, venha cá minha princesa, e se você vive estressado, com os nervos a flor da pele, você não tem como fazer isso, então se você não tem, não tem como ganhar dinheiro (Miracy Alexandre, Setor de Ervas, jan./2007).

Só que ele [o homem] quer falar em particular, em segredo. Ai, fala no meu ouvido e eu já sei. As vezes ele quer uma mulher, as vezes a mulher dele não ta querendo nada com ele dentro de casa, as vezes ele quer remédio para amansar ela que é muito braba. Tudo isso eles falam. [...] Não, às vezes quando o freguês encosta eu digo: “Oi, meu amor! Diga, pode falar o que você quer”. Dou o banco para ele sentar. Tens uns que querem segredo e levo eles lá para trás (Beth Cheirosinha, Setor de Ervas, jan./2007)

Nessa abordagem e conquista do freguês o banquinho assume importante papel, botar o freguês juntinho, do lado, para confidenciar. Quanto a conversa é demorada, a entrada no estreito corredor e o banquinho são fundamentais (Figura 53).

Aqui o banquinho assume outros significados, se você se aproxima para conversar e agrada, logo te oferecem um para sentar, continuar a conversa. Caso contrário, não adianta insistir. Assim, quando eu chegava e explicava o que estava fazendo ali, que gostaria de entrevistá-los, se o banco aparecesse era um indicativo de que a conversa seria boa.



Figura 53 – Beth Cheirosinha; “*Conversa de pé de ouvido*” e banquinho para deixar à vontade o cliente. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

Essa relação com o espaço e com os objetos nos leva novamente a relacionar o espaço da feira com o da casa. “Tudo que está no espaço da nossa casa é bom e belo”, muitas vezes os objetos estão ali para diferenciar-nos de outros, das outras casa e famílias, não tem função prática exercem muitas vezes apenas o papel simbólico. (DAMATTA, 1986, p.27).

Também no Ver-o-Peso podemos perceber, na arrumação dos objetos na barraca, nos armários das lojas, mesmo que eles também estejam ali para ser comercializados, a função de distinguir, diferenciar. Tais objetos, em si, nos remetem a um passado, às vezes vivido outras vezes imaginado, recriado, recontado (CERTEAU, 1996). A antiga estante da loja de produtos religiosos de dona Maria José, na parte externa do Mercado de Carnes, do mesmo modo que as prateleiras da Casa Laura, de Dona Cassilda Velozo⁹¹, com seus vasinhos de louça branca e peões de madeira entre tantas outras coisas, nos causam este *frisson*, esta sensação de um passado perdido em algum lugar que por meio desses objetos se faz presente (Figura 54).

⁹¹ Cassilda Velozo nasceu em 1925, em Belém. Ficou conhecida como Dona Laura devido à loja que adquiriu com o marido há 45 anos atrás, chamada *Casa Laura*, lembrança de tempos de glória do comércio e do Ver-o-Peso.



**Figura 54 - Dona Maria José e Dona Laura, memórias do Ver-o-Peso nas histórias familiares. Estantes que evocam passados desconhecidos.
Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.**

No Setor de Ervas, isso fica mais visível, pois embora a forma de organização dos produtos nas barracas tenha sido definida conjuntamente (CAMPELO, 2000) e a primeira vista todas pareçam semelhantes, de perto, observadas com atenção, as diferenças tornam-se bem visíveis. Ao lado das soluções práticas adotadas como a tela de arame que permite manter os objetos no lugar de um dia para o outro as decorações que envolvem a criatividade de cada erveiro ou erveira estão também associadas às formas tradicionais de expor e aos objetos comercializados nesse setor (Figura 55, Figura 56, Figura 57).



Figura 55 – Barraca da Dona Coló, no Setor de Ervas, com detalhe da decoração onde ela aparece com a atriz Arlete Sales. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.



Figura 56 – Carla ajudante da Deuza na barraca decorada com raízes e cascas. Pona e Edna, que trabalham juntas, decoração à base de vidrinhos pendurados e ervas frescas. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.



Figura 57 – Beth Cheirosinha entre defumadores, patchulis, cheiros e garrafadas. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2006.

Também no Setor de Refeições, no Setor de Plantas Ornamentais, nas barracas do Setor de Merceria e até mesmo na barraca de frutas regionais da Carmelita os arranjos e a disposição dos produtos e pratos oferecidos à clientela têm essa propriedade de evocar e (re) inventar lugares e memórias de um tempo passado que é também presente (Figura 58 e Figura 59).



Figura 58 – Rejane, no Setor de Refeição, com os pratos decorados sobre o balcão lembrando outros mercados. . Setor de Plantas Ornamentais, naturalmente encantador com seus arranjos. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.



Figura 59 - Visuais que remetem a um tempo passado e aos sabores da infância Setor de Mercearia, Acervo IPHAN. Autor: Maria Regina Weissheimer, 2007. Barraca da Carmelita, especialista em frutas regionais. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

4.2.6. *Sociabilidade, solidariedade*

É um negócio familiar, não apenas porque vai agrupando os parentes, e agregados, mas também porque propicia a formação de uma grande rede de relações, consolidada a partir das práticas cotidianas em torno de uma atividade comum, cujo princípio de funcionamento exige solidariedade entre as partes envolvidas, num processo constante e dinâmico de “sociação” onde

Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo que não atinjam a forma de verdadeiras organizações (SIMMEL, 1917/2006)

Quanto às sociabilidades, interações, conflitos e consensos para Simmel estes são inerentes à dinâmica dos processos sociais (MORAES FILHO, 1983) e ao processo dominação/subordinação. A idéia de sociabilidade concebida por Simmel (2006) idealiza uma situação apenas de prazer, amistosa, onde a boa convivência e a reafirmação de valores e de relações se faz presente numa espécie de faz-de-conta. De forma diversa da sociação, quando se processam múltiplas interações envolvendo situações de confronto e complementação. Na prática, ainda que preservando fatores como interação lúdica, cordialidade, conversa amena e desinteressada, trocas, satisfação e prazer, não há como abstrair as subjetividades, os interesses, a afirmação de diferenças e conflitos dessas situações, como se pode constatar no próprio Ver-o-Peso onde a sociabilidade é uma constante que, porém, não está isenta ou acontece de forma isolada dos elementos da sociação nos termos postos por esse autor. Mas a concepção como um modelo abre possibilidades para essas diferenças entre a situação ideal e a realidade social.

[...] Tem aquela coisa de feira, que cria assim aquela amizade entre o vendedor, o feirante e o cliente. Existe aquele cliente que chega aqui na banca e diz “tira uma farinha pra mim que tu já sabe qual é!”. Quer dizer eu, ai geralmente rola aquela conversinha. Ai, como é que tá? Aquela coisa. Entendeu? É aquela convivência extra, digamos assim, comércio. Já criou-se aquela amizade entre nós vendedores e o cliente (Eduardo Santos, Setor de Farinha, jan./2007).

[...] Na verdade o que eu gosto aqui é chegar e encontrar os colegas, encontrar os clientes. Porque quando a gente falta um dia, eles chegam no outro dia e perguntam “e aí, porque tu não viestes ontem, e tal?”. Como eu falei ainda pouco que este ano eu deixei de trabalhar os domingos né. Ai o que acontece, domingo passado eu não vim, domingo retrasado eu não vim porque foi meu aniversário, eu não vinha mesmo. Ontem eu também não vim, e eles perguntam “eu tu não tá mais vindo no Domingo?”, e eu falei “não! Eu não trabalho mais no domingo”. Não adianta trabalhar tanto e... então u vou tirar mais um descanso, ficar um pouco com a família. É mas é legal você chegar, encontrar os amigos e eles perguntarem porque você não veio, tipo assim aquela preocupação (Eduardo Santos, Setor de Farinha, jan./2007).

Tudo! Para mim tem tudo de melhor aqui! No setor de ervas tenho muitos amigos, no setor de ervas tem várias pessoas boas que vem aqui, que a gente conhece que a gente tem um diálogo bom. O Ver-o-Peso tem doutor, tem tudo e para mim tudo é de melhor, tudo faz parte dele (Deuzarina Correia, Setor de Ervas, jan./2007).

Em primeiro lugar, sou tratada bem por todos; eu gosto de todos e todos gostam de mim, tenho uns vizinhos maravilhosos, não andam brigando comigo, tudo que tem no Ver-o-Peso eu compro e levo para casa, eu tomo café no Ver-o-Peso, eu almoço e só janto em casa. Frutas, feira, tudo eu levo aqui do Ver-o-Peso (Beth Cheirosinha, Setor de Ervas, jan./2007).

Invadia [a maré], dava aqui na gente. [...] Era uma brincadeira, a gente gostava porque a gente subia na banca e jogava pedra na água e quando os freguês passavam, ali da fulana a gente jogava a pedra e era uma espalhada e era uma gritaria (Dona Guita, Setor de Ervas, jan./2007)

Eu acho que é a própria população, o próprio trabalhador do Ver-o-Peso, que tem essa relação muito afetiva com o Ver-o-Peso. Então isso passa pra pessoas que vem aqui, principalmente pra pessoas de fora. E eu sempre digo que não só no Ver-o-Peso, mas nas feiras e mercado, não vai perder tão cedo pra supermercados, é essa relação fraternal do trabalhador e as pessoas que vem comprar, que é aquele tratamento de patroa, de freguesa, que conhece o nome do açougueiro, do peixeiro, do feirante, que há muito tempo, são os românticos, os consumidores românticos que ainda se abastecem nesses espaços de comercialização (Mauro Matni, Mercado de Carne/SECON, jan./2007).

4.2.7. Paisagem, por quê?

Paisagem aqui será entendida de forma associada um lugar praticado, antropológico que assume outras dimensões sociais, mas também espaciais. No sentido vivenciado, do trabalhador do Ver-o-Peso. De quem observa de dentro para fora, pois também é parte desta. Um olhar diferente daquele estrangeiro, de fora para dentro, que elevou o Ver-o-Peso a cartão postal de Belém. Paisagem viva, que envolve sistemas

produtivos, pessoas, suas práticas culturais e sociais com suas muitas e concomitantes dimensões. Mas paisagem também no sentido de processo mental e espiritual, onde elementos reunidos, percebidos e captados pelo olhar estimulam/são estimulados por ato psíquico, engendrando sensações e sentimentos de arte, estética e emoção. (SIMMEL, 1996).

Nos depoimentos, embora mencionando sempre a condição do Ver-o-Peso como cartão postal de Belém, de forma superlativa, este foi associado apenas em um depoimento, de forma direta, à questão da paisagem. Mas indiretamente e de forma desvinculada a esse tema, ao falar de coisas que gostam no Ver-o-Peso vez por outra aparecem os barquinhos, as torres do mercado, o rio e até a cidade e a Ilha do Marajó vistas do Solar da Beira.

Dona Isabel, que é mãe de Adriana e cambista do Jogo do Bicho, tem uma banquinha na Feira do Açaí, onde trabalha há oito anos e fez muitas amizades. Foi ela que trouxe a filha para trabalhar aqui. Seu depoimento sobre as coisas que gosta no Ver-o-Peso e na cidade, embora breve, transmite sensibilidade e percepção da paisagem da doca (Figura 60 e Figura 61).

[...] os ribeirinhos vindo daí de fora né, eu acho muito bonito. É uma tranquilidade ver esses barcos aí na água... eu acho muito bonito...(Maria Isabel Palheta, Feira do Açaí, jan./2007).



Figura 60 - Os barcos de D. Isabel e a tradição dos ribeirinhos. Acervo IPHAN, Autor: Maria Regina Weissheimer, 2007, Maria Dorotéa de Lima, 2007.



Figura 61 – Adriana, manicure na feira, fazendo os pés do Sr. Carlos e ao lado da mãe, Dona Isabel. Autor: Maria Dorotéa de Lima, 2007.

Rivair Negrão, o Bil, balanceiro e presidente da Associação dos Balanceiros, ao falar da importância do Ver-o-Peso para a cidade de Belém também falou com sentimentos, expressando afetividade e destacando elementos da paisagem onde relaciona o mercado, os barquinhos e as pessoas que fazem o lugar e vivenciam essa paisagem.

Pelo que eu vejo, o Ver-o-Peso é o coração da cidade de Belém, ai todo mundo fala que é o cartão postal e eu entendo que realmente é... A imagem que se fala de Belém, que é a primeira imagem que vem a nossa cabeça? O Ver-o-Peso, o mercado, esses barquinhos todos embandeirados aí, agora falta cuidar desse patrimônio, cuidar das pessoas, porque são as pessoas que fazem isso aqui. Somos nós que trabalhamos nesse local que fazemos esse local aqui. São as pessoas que dão essa alegria, essa movimentação, cada dia tem uma coisa nova, eu acho que o que não existe aqui é stress... (Rivair Negrão, Pedra do Peixe, jan./2007)

Mary Kellen, não sabe precisar exatamente porque, mas gosta ali da plataforma, pela alegria das pessoas, pelo vento e pelos barcos passando lá no rio.

Eu não tenho um lugar certo, mas acho interessante ali na parte de cima, na parte do bar, pois vejo pessoas alegre bebendo, os turistas, pegando aquele vento gostoso e vendo os barcos passando (Mary Kellen, Setor de Farinha, jan./2007)

Pode-se perceber nestes três depoimentos, a percepção da paisagem do Ver-o-Peso, ainda que esta não seja mencionada pelos entrevistados exatamente neste sentido. Também nos depoimentos de Dona Laura, Dona Maria José, Dona Guíta, Senhor Bira e Trindade pode-se identificar essa percepção associada à memória do Ver-o-Peso, no sentido das transformações que a paisagem sofreu ao longo do tempo e que foram acompanhadas e vividas por eles:

Eu comecei trabalhar lá na porta do Mercado de Peixe, num tabuleiro de mais ou menos um metro. E quando a acabava... [...] Não a gente que fazia a nossa cobertura. Por exemplo, hoje que está chovendo a gente tinha que se meter na chuva para cobrir nossa barraca para o freguês poder encostar. Depois guardava no depósito, carregava tudinho para o depósito e no outro dia a feira ficava livre. Quando chovia isso era água e lama, água e lama, por isso que a gente ia embora 11 horas, 10 e meia, porque a gente não podia ficar na lama (Dona Guita, Setor de Ervas, jan./2007)

A gente botava um jornal no chão e colocava as erva em cima e sentava num banquinho. Ficava ali pra beira do rio, atrás do mercado. Ali era tudo feio, quando chegava 11 horas, meio dia tinha que tirar tudo, senão a vassoura levava. [...] Antigamente a gente trabalhava naquela parte do mercado de peixe, e quando chegava a maré, a gente colocava a roupa aqui, porque a gente trabalhava dentro da água mana, tudo isso nós já passamos (Dona Beija Flôr, Setor de Ervas, jan./2007).

[...] O Ver-o-Peso, ou seja, bem aqui em frente aonde tem o Hotel Ver-o-Peso, aí era o depósito aonde nós guardava as mercadorias. Hoje não, hoje nós guardamos as mercadorias dentro das nossas próprias barracas, mas a essa época, quando eu vim trabalhá pra cá, nós trabalhava bem aqui mesmo na beira do... Aqui, aqui era a beira do mar lá, aqui era a beira da baía, isso aqui foi aumentado. Essa plataforma, aonde nós estamos, ela foi aumentada... O Solar da Beira ficava bem na beira mesmo, por isso que o nome (tem) origem Solar da Beira. (Trindade, Setor de Maniva, jan./2006).

[...] A Feira do Açai, inclusive, é mais antiga do que esses nossos próprios setores aqui. Só que a Feira do Açai antigamente era bem aqui ao lado da onde é agora a Praça do Pescador. Aí que era a venda do açai...ou seja era na praia mesmo, o barco encostava, vendia na praia, aí com o tempo foro aterrando, aterrando, aterrando...passou pra ali pra Feira do Açai (Trindade, Setor de Maniva, jan./2006).

Hoje o Ver-o-Peso não é como na minha infância. Na minha infância não tinha esse bando de marreteiros⁹², a gente ia, na época de São Joãozinho com os pessoal da Chama que compravam muito fogos pra nós, fazíamos fogueira no Ver-o-Peso, brincávamos de São João no Ver-o-Peso, brincávamos de barrabol⁹³, que agora eu acho que o nome não é mais barrabol. (...) Tomamos uma vez até banho nesse rio, que isso aí é rio, isso não é oceano. Quando a gente era criança não tinha essa sujeira toda, que hoje em dia está a maior imundice, isso aí ta uma imundice, mas na nossa infância não era imundice(...) Era muito divertido, a minha infância foi ma-ra-vi-lho-sa! (Maria José Lopes, lojista, Mercado de Carne, jan.2007).

Esse cais ai quando o Edmilson fez, já estava pronto esse cais. Na época que o Alacid Nunes inaugurou essa obra aqui em 64, no tempo da Revolução, eu era militar naquela época, ele inaugurou isso ai 5 horas da tarde, quando foi 9 horas da noite caiu tudinho isso ai. Caiu farinha, caiu os restaurantes tudinho ai, ficou só um pedaço, só ficou mais pra lá. Caiu um bocado ai. Passou o governo dele todinho sem construir nadinha ai. E quando o Jader Barbalho foi Governador e o Almir Gabriel o prefeito, fizeram uma obra aqui de primeira porque isso aqui era um igapó, e foi a melhor obra que fizeram. Só que o prejudica uma obra dessa, não só essa obra, mas outras obras, e por isso que quando o político perde a eleição, e o outro já entra, o outro já não vai cuidar o que o outro cuidava. (Manoel Ubiracy Meireles, jan./2007).

Da mesma forma que sua (s) paisagem (s) o Ver-o-Peso envolve múltiplas dimensões da vida social, constituindo, portanto um fato social total (MAUSS, [1925]/2003), envolvendo aspectos diversos como o espaço, a arquitetura, rituais, religiosidades, processos culinários, medicina tradicional, questões jurídicas, moralidade, técnicas, economia, etc. No entanto, não se pode esquecer que tais dimensões não são vividas pelo grupo e pelos indivíduos de forma dissociada, mas de forma unificada e totalizada nas significações que lhes são atribuídas.

92 Vendedor ambulante, sacoleiro, hoje conhecido como camelô.

93 Jogo de bola envolvendo duas equipes separadas por uma linha no chão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O que faz com que uma feira livre, originada em torno de uma doca de embarcações e de um posto fiscal instalado nas margens da Baía de Guajará em meados do século XVIII, venha a transformar-se, ao longo de mais de 300 anos, num grande complexo de feiras e mercados indissociável daqueles que ali exercem atividades de comércio ou a ele associadas? Afinal, quem são e como são esses trabalhadores? Em meio a uma grande diversidade de atividades e de produtos ofertados o que têm eles de comum entre si? O que os faz sentirem-se parte dessa coletividade, designada neste trabalho como trabalhadores do Ver-o-Peso?

Em torno desse grande mercado aberto, desenvolve-se uma cultura, um modo de ser e ver o mundo, um ethos que é definido a partir de uma combinação de possibilidades humanas. Há ali um patrimônio cultural compartilhado por esse grupo social, fator identitário que lhe confere identidade social, um projeto, um destino e uma história em comum no Ver-o-Peso.

O conceito de patrimônio, na atualidade, incorpora significados que envolvem tanto a materialidade como a imaterialidade, representadas em acervos dos quais as sociedades se utilizam para se auto-reconhecer e fortalecer politicamente enquanto grupo para enfrentar problemas, reivindicar direitos e planejar seu futuro. Estamos vivendo um momento de apropriação social da noção de patrimônio que se reflete na escrita da própria história como sujeitos, protagonistas, na seleção e identificação de acervos representativos de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura. Processo este de autoconstrução e auto-reconhecimento que se vivencia no Ver-o-Peso, que possibilita vislumbrar a construção de uma unidade possível na diversidade da feira à maneira preconizada por Geertz (2001) e Bhabha (2005, 2005a) para os países e para as nações.

A partir dos elementos percebidos como comuns aos trabalhadores do Ver-o-Peso, analisados na sessão 4, concluo que a noção de patrimônio ali vivenciada é engendrada em torno de práticas e sentimentos que são constituídos a partir de uma percepção, uma vivência e interesses comuns que consolidam essa identidade social que é dinâmica, relacional e, volto a dizer, estreitamente associada à lógica de pertencimento ao grupo e ao lugar como atributo positivo para a construção de projetos

coletivos de organização e de representatividade política em nome do Ver-o-Peso. E à proteção e reivindicação de seus direitos como cidadãos e cidadãs brasileiros (as)

Diante desses elementos relacionados na sessão 4 como aqueles que constituem o patrimônio cultural dos trabalhadores do Ver-o-Peso, apreendidos e interpretados por essa pesquisadora, posso dizer que os resultados apontados neste trabalho confirmam as premissas inicialmente estabelecidas de que os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural, sobretudo aos monumentos existentes na área do Ver-o-Peso e imediações, por seus trabalhadores, divergem daqueles conferidos pelas agências de Estado. Ressalto, entretanto que embora alguns depoimentos sinalizem uma interpretação desse patrimônio que converge em alguns aspectos para os significados atribuídos a essa questão pelas agências de Estado, estes foram minoria e captaram apenas alguns aspectos das narrativas oficiais, re-elaborando-os e re-significando-os como elementos trazidos para a vivência no Ver-o-Peso e não como mote central das falas e opiniões. As narrativas oficiais não integram a dinâmica central para se pensar, conceber e, conseqüentemente, viver da e na feira.

Por outro lado, os valores atribuídos pelos feirantes ao Ver-o-Peso estão relacionados às suas atividades cotidianas, ao território como lugar de trabalho e de sobrevivência e a outros elementos vinculados a estes. Esse patrimônio cultural que é engendrado em torno dessas práticas de comércio, associa experiência e corpo na relação com o espaço, com a barraca e com os objetos, estes muitas vezes imbricados também com as práticas religiosas e crenças onde incorporam novos significados, reunindo concomitantemente diferentes aspectos da vida social, constituindo um fato social total (MAUSS, [1925] 2003).

Confirmam-se, portanto minhas impressões iniciais, levantadas a partir da fase exploratória da pesquisa, de que a compreensão dos valores e significados atribuídos pelas agências de Estado aos bens tombados, construídos a partir de conceitos de arte, história e arquitetura não são apropriados e compartilhados pelos trabalhadores do Ver-o-Peso. Ou melhor dizendo, o são apenas parcialmente e por uma parcela mínima daquele grupo social.

Com relação à maneira com que os trabalhadores do Ver-o-Peso percebem a paisagem, constatei que essa é mais vivenciada do que percebida na sua amplitude visual. As percepções nesse sentido são poucas e localizadas em alguns pontos focais como a doca e as torres do Mercado de Peixe, ou ainda a partir das transformações desta

ao longo do tempo, na forma de memória. Nos depoimentos evidencia-se a relação com o espaço e com a paisagem, que é vivida, na medida em que é demarcada pelas práticas cotidianas e pelas relações sociais (lugar praticado), da mesma forma que é registrada pela memória a partir dessa relação e do sentido de ser e estar no centro desta.

Constatadas as premissas iniciais do ponto de vista do patrimônio cultural brasileiro, percebo que há uma pendência a ser resolvida, um passivo a ser acertado pelo IPHAN com relação ao tombamento do Ver-o-Peso, o qual deve ter atualizada e complementada a atribuição de valores realizada por ocasião de seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. Torna-se também fundamental estabelecer maior interação entre a população do Ver-o-Peso e a instituição, com vistas ao compartilhamento desses valores atribuídos ao monumento nos dois sentidos.

Assim, faz-se necessário reunir à uma visão eminentemente técnica e exclusivamente oficial do tombamento o Ver-o-Peso que é percebido por seus trabalhadores e freqüentadores, das leis da amizade e do parentesco, das lágrimas e da emoção, do dar e receber, dos jogos espertos (DAMATTA, 1986). Contemplando, assim, duas faces de um mesmo Ver-o-Peso.

Como observado na sessão 3, os processos de construção de nações e seleção de patrimônio contemplaram desigualmente os grupos sociais e as diversas regiões do país. A diversidade foi preterida pela idéia de homogeneidade (HOBSBAWM, 1990/2004). Para corrigir essa distorção, hoje amplamente reconhecida pelos especialistas diante de um mundo multifacetado, é preciso experimentar outras formas mais participativas de fazer essa composição, assumindo-se as diferenças, mas valorizando as semelhanças, no sentido de juntar e não de dividir.

Deve-se estar atento ao lidar com essa questão, sobretudo em se tratando do patrimônio nacional, para os processos sociais e os inúmeros fatores e interesses envolvidos, bem como para as abordagens e divergências de caráter científico disciplinar. Não se pode ignorar, nesses casos, o modo como são construídas as relações da sociedade com seu patrimônio e consolidadas as representações do passado, que estão sempre se reorganizando no sentido de adequar-se aos novos contextos históricos e ideológicos, e ainda, de forma associada a outras dinâmicas que são configuradas nas diversas maneiras de se relacionar, interpretar e ressignificar esse patrimônio (COSTA, 2007).

A incorporação do patrimônio imaterial aos procedimentos institucionais possibilita, sem dúvida, a interação e compartilhamento na atribuição de valores por meio de maior participação dos grupos sociais nos procedimentos de identificação, seleção e preservação dos bens que integram o patrimônio cultural brasileiro. Mas é necessário que também a população seja informada e esclarecida a respeito, inclusive sobre a possibilidade de os próprios grupos sociais, organizarem-se, para poder acessar os recursos federais e inventariar suas próprias referências culturais.

É fundamental nesses processos a participação de equipes multidisciplinares tanto nas pesquisas de inventário como nas instruções de processos de tombamento, sendo indispensável a participação de cientistas sociais cujos olhares treinados e conhecimentos especializados certamente contribuirão para a apreensão e interpretação, na cultura dos grupos pesquisados, daqueles elementos que lhes são caros, aos quais atribuem valor e significados que devem ser considerados e incorporados às atribuições de valor, de modo que a sociedade brasileira possa, de fato, se ver refletida e sentir-se parte do patrimônio cultural brasileiro.

Para o êxito dessas abordagens é fundamental que esse reconhecimento nacional se reflita em políticas sociais que possam trazer benefícios aos grupos cuja cultura seja contemplada com esse título, sob pena de um esvaziamento. Acredito que, apenas dessa forma, o patrimônio cultural fará de fato sentido e diferença na vida daqueles que são os verdadeiros responsáveis por sua preservação e transmissão.

É, portanto nessa perspectiva que finalizo estas considerações formulando reflexões e deixando algumas questões que envolvem os muitos títulos e qualidades do Ver-o-Peso, a maior e mais famosa feira livre de Belém do Pará, seu cartão postal mais divulgado, patrimônio cultural brasileiro que é cantado em prosa e verso, eleito símbolo da cidade em campanha promovida pelo Banco Itaú alguns anos atrás e agora recentemente eleito uma das sete maravilhas do país em promoção da Revista Caras. Movimenta a economia da cidade e gera emprego e renda diretamente para cerca de, no mínimo, 4000 pessoas. Mas que, no entanto, na fala de seus trabalhadores não recebe a atenção das autoridades. Assim, entre os inúmeros problemas que me foram colocados nos depoimentos estão questões específicas a alguns setores, mas também outras gerais. Após uma breve seleção deixo aqui para reflexão, algumas delas:

- 1) Por que a comercialização do pescado não tem nenhuma regulamentação, tampouco as profissões que lhe são associadas? Por que as atividades

do pescado não são fiscalizadas? Por que não há uma reserva de peixe para abastecimento do mercado local durante o ano todo como reivindicam os peixeiros, mas apenas na Semana Santa? Por que não há procedimentos estabelecidos para que o peixe salgado seja produzido nas devidas condições para consumo, pois se trata de alimento barato e muito consumido pela população do interior? Porque o mercado não tem uma fábrica de gelo ou balcões frigoríficos para exposição do pescado?

2) Por que as instalações equipamentos da feira se deterioram pela ausência de manutenção sistemática e da orientação devida para que os próprios feirantes possam fazê-lo? Porque estes não recebem a atenção que lhes é de direito no que se refere ao treinamento para manipular alimentos e atender bem o cliente? Por que a fiscalização não atua no que se refere à vigilância Sanitária e utilização irregular dos equipamentos e instalações? Por que as barracas ficam sem iluminação no período da noite?

3) Por que não se estimula a organização e maior participação do trabalhador do Ver-o-Peso para um gerenciamento e manutenção compartilhados do Complexo? Por que não se cobra mais dos feirantes a taxa de utilização das barracas para que estes possam reivindicar seus direitos? Por que a prefeitura não estimula a reorganização do condomínio?

4) Por que não se prepara uma área para a Polícia Militar se instalar no Ver-o-Peso? Porque a Companhia de Policiamento Turístico da Polícia Militar está instalada na Estação das Docas e não no Ver-o-Peso?

5) Por que as proposições dos trabalhadores do Ver-o-Peso para fazer melhorias na feira não são ouvidas, sequer consideradas por quem de direito? Afinal quem conhece melhor o Ver-o-Peso do que eles? Nas entrevistas eu fazia essa pergunta e ouvi muitas coisas interessantes e de fácil viabilização que podem trazer benefícios para todos como, por exemplo, a organização de uma equipe permanente de manutenção e a divulgação dos produtos oferecidos na feira nos vários setores.

Acredito, como preconizado por Canclini (1994) para as nações, que, na medida em que as práticas com patrimônio encontrem maneiras de reconhecer e assimilar os conflitos e ambigüidades que o acompanham, a construção e afirmação desta “unidade na diversidade” poderá se dar de forma mais concreta, como algo que concentra um projeto histórico construído a muitas mãos capaz de unir os diferentes

indivíduos, congregando-os em torno de objetivos comuns. Contribuindo, assim, para assegurar-lhes a cidadania e melhores condições de vida.

Afinal, um “beco fechado” pode virar “ponto de partida”, como na experiência de Santos (1990) onde, a partir de sua integração como arquiteto à equipe que desenvolveu projeto de urbanização para a favela de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, passou a interagir com os moradores, e no decorrer do processo foi se transformando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados, iniciando um processo de auto-crítica de sua atuação profissional e da categoria, constatando que os processos cotidianos superavam em muito as elocubrações técnicas e teóricas sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, bem como levando-o a perceber a necessidade de identificar e melhor conhecer as especificidades, contradições e coerências entre as formas urbanas, seus elementos físicos conformadores e as relações sociais que aí se concretizam. Neste sentido, a pesquisa no Ver-o-Peso também me possibilitou perceber a dissonância entre as concepções e práticas do patrimônio institucional e aquele que é engendrado nas práticas sociais e cotidianas de seus trabalhadores. Aprendi e, afinal, encontrei também outro ponto de partida.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth. Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Belo horizonte: Itatiaia, 1975.
- ALENCAR, Breno; CONRADO, Mônica Prates. O meu pedaço é na Prainha: conflitos e espacialidades de uma feira paraense. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 1, 2005, Rosário/ Santa Fé/ Argentina, 10f. 1 CD-ROM.
- ALENCAR, Rívia Riker Bandeira de. *Será que dá samba?* Mudança, Gilberto Gil e patrimônio imaterial no Ministério da Cultura. 2005, 142f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília., 2005.
- ALUNORTE, *Belém do Pará*. São Paulo: Gráfica Editora Hamburg, 1995, 119 p.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*. 2. ed. Lisboa: Edições 70 LDA, 1991. 283 p.
- ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: Cartas de Trabalho - Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília, DF: MEC; SPHAN; PróMemória, 1981. (Publicações do IPHAN, n.33).
- ANDRADE, Mário. *Fotógrafo e turista aprendiz*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros; Universidade de São Paulo, 1993. 124p.
- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184 p.
- ARANTES, Antônio. Augusto. Guerra dos lugares. *Revista do patrimônio*, Rio de Janeiro, n.23, p.190-203, 1994.
- ARANTES, Antônio. *O que é cultura popular*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 83p. (Coleção Primeiros Passos).
- ASSOCIAÇÃO DAS ERVEIRAS E ERVEIROS DO VER-O-PESO. *Estatuto social*. Belém, jul./2006. Registrado no 2º Ofício de Registro civil de Pessoas Jurídicas.
- AUGÊ, Marc. O lugar antropológico: dos lugares aos não-lugares. In: AUGÊ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da modernidade*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994. p.43-71. (Coleção Travessia do Século).
- AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral; MOREIRA, Teresa Cristina. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 32, p.44-61, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1999. 419 p.

- BANDEIRA, Manuel. Belém do Pará. 12. ed. In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- BARROS, Maria de Fátima Estelita. *Waldemar Henrique: Folclore, texto e música num único projeto – a canção*. 2005, 172f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, 2005. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=utes000360048>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 300p.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. Secretaria de Economia. *Desenho socioeconômico da população de ambulantes que praticam o comércio informal no Centro Histórico de Belém*. Belém, 2007. 81p. Mimeo.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Economia. *Relatório sobre o Complexo do Ver-o-Peso*. Belém, 2005.
- BELÉM. Câmara Municipal. Decreto nº. 39.326/2001, de 10 de outubro de 2001. Regulamenta o uso do complexo “Ver-o-Peso” e dá outras providências.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. Museu de Arte de Belém. *Ver-o-Peso: o que se narra e o que se vê*. Belém, 1998. 28p.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. Secretaria de Urbanismo. *Concurso de restauração dos edifícios do Complexo Ver-o-Peso: revitalização e melhorias das áreas contíguas*. Belém, 1998. 1 CD-ROM.
- BHABHA, Homi K. Introdução. In: BHABHA, Hommi K. (Org). *O local da cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 20-42.
- BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: BHABHA, Hommi K. (Org). *O local da cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a, p. 43-69.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, [1986] 2004. p. 149-168.
- BOURDIEU, Pierre. *Lê sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. p. 271 – 331.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 111p. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, 2003. 86 p. (Cadernos do Do In antropológico, n.1).
- BURKE, Peter. *La cultura popular em La Europa moderna*. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, [1991] 2005. 445 p.
- CAMPELO, Marilu Márcia. Feira do Ver-o-Peso: cartão postal da Amazônia ou patrimônio da humanidade? *Humanitas*, Belém, v.18, n.2, p.149-170, 2002.

CAMPELO, Marilu Márcia. *Em busca de um patrimônio: Inventário sócio-cultural da Feira do Ver-o-Peso - Relatório final*. Belém: FUMBEL, 2000. Mimeo. Não paginado.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 23, p. 93-115, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 345p.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 371 p.

CHARTIER, Roger. Construção do Estado moderno e formas culturais: perspectivas e questões. In: CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Alges: DIFEL, [1988] 2002. p. 215-229.

CHUVA, Márcia. Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, 41-51p, 2005.

CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p.69-89, 1994.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural Cultura e imaginário*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2004. 383p.

CONRADO, Mônica; ALENCAR, Breno. Família de feirante, feirante também é: mães, pais, filhos (as), e netos (as) da Feira da Prainha de Belém do Pará. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORDESTE: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADES, 5., 2005, São Luiz. Rio de Janeiro: ED. Biblioteca Nacional, 2005. 1 CR-ROM.

COMIDA fatura R\$ 600 mil. *O LIBERAL*, Belém, 22 fev. 2006. Caderno Economia, p.3.

CÔRTEZ, Celina. Vigor aos 70. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 26-31, nov. 2007.

COSTA, Dayseane Ferraz da. *Além da pedra e cal: a (re)construção do Forte do Presépio*. 2007, 156f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

COULANGES, Fustel. O direito de propriedade. In: COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 479p.

CRUZ, Ernesto. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, [1952] 1999.

DAMATTA, Roberto. Trabalho de campo. In: MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.143-173.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco: 1986. 126p.

DAMATTA, Roberto. Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 29-64.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 165 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.

EVANS-PRITCHARD. O sistema político. In: EVANS-PRITCHARD. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, [1978] 2005. p.150-200.

FERNANDES, Caroline. Cores e cheiros da floresta. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 60-65, dez./2007.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Narrativas cruzadas, discursos e imaginários amazônicos. In: SIMÕES, Maria do Socorro (Org.). *Sob o signo do Xingu*. Belém: Universidade Federal do Pará; IFNOPAO, 2003. p.197-206.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, 1499 p.

FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha. De segunda a domingo, etnografia de um mercado coberto. In: FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha. *De segunda a domingo, etnografia de um mercado coberto*. São Luis: SIOGE, 1985. p.11-31.

FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. Letras insulares: leituras e formas da história no modernismo brasileiro. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (Org.). *A história contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 301-331.

FIGUEIREDO, Aldrim Moura de. Querelas esquecidas: o Modernismo Brasileiro visto das margens. In: DERL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 259-283.

FIGUEIREDO, Napoleão. Os bichos que curam: Os animais e a medicina de “folk” em Belém do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série antropologia*, Belém, v. 10, n. 1, p. 75-91, [1988] 1994.

FONTES, Edilza. Galegas, negras e caboclas: trabalho e relações étnicas em Belém (1880-1890). In: SANTOS, Eunice Ferreira *et al.* *Mulher e modernidade na Amazônia*. Belém: GEPEN; CFCH; UFPA, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005. 294 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio imaterial*. 2. ed. Brasília, DF: Minc; IPHAN, 2003. p. 83-93.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a. p. 56-76.

FRY, Peter. Feijoada e soul food vinte e cinco anos depois. In: STERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBER, Míriam (Org.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRY, Peter. Feijoada e soul food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos nacionais. In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. In: GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 68-85.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.191-215.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.85-107.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1989. p. 3-21).

GELLNER, Ernest. *Naciones e nacionalismo*. 5. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2003. 189 p.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 108p.

GIL, Gilberto. Discurso. In: FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS, 2004, Barcelona. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Capturado em: 1 mar. 2006.

GODINHO, Sebastião (Org.). *Waldemar Henrique: só Deus sabe porque*. Belém: Fundação Cultural do Pará, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade. As culturas como patrimônio. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-28.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: LIPPI, Lúcia (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.107-123.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBERG, Mirian (Org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 15-33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Câmara Cascudo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 28, p.74-81, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro; IPHAN, 1996. 156 p.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 186p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1988] 2004. 230 p.

ILDONE, José. Trova. In: ILDONE, José. *Chão d'Água*. Belém: Falângola Ed., 1979.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320p

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, [1960] 2004. 548p.

LEACH, Edmund. R. *Pul Elya a village in Ceylon*. Cambridge: Cambridge University, 1971.

- LE GOFF, Jacques. Memória: Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2003. p. 419-476, p. 525-541.
- LEITÃO, Wilma; CORRÊA, Márcio C.; NASCIMENTO, Lícia T. A. do. O mercado de peixe no Ver-o-Peso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. Belém, 2007. 1 CD-ROM.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas; Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2004. 341 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 11-46.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Zona pioneira: mercados. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 112-118, p. 134-140.
- LIMA, José Júlio; TEIXEIRA; Luciana G. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém. In: VARGAS, Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manoel, 2006. p. 189-222.
- LORETO, Valéria Mariz. *A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para nordestinos*. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Salvador, 2002. p.1-17. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18971/1/2002_NP13LLORETO.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. 256 p.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de antropologia*, São Paulo, p.191-203, 1992.
- MARTINS, Max. Ver-o-Peso. In: MARTINS, Max. *Não para consolar*. Belém: Cejup, 1992. p.279.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: 2000. p.176-185.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. “Amazônias”: identidade regional e integração nacional. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias identidades*. Belém: Cejup, 1999. p. 83-115.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 1925. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, [1950] 2003. p. 183-314.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, [1950] 2003. p. 399-422.

MENEZES, Bruno de. São Benedito da Praia. In: MENEZES, Bruno de. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, [1959] 1993. v. 2. p.129-232.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Luzitânia: cenários do Patrimônio Cultural em Belém*. 2006, 265f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

MONTERO, Paula. Reflexões sobre uma Antropologia das sociedades complexas. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n.34, p.103-130, 1991.

MORAES FILHO, Evaristo de. Introduce. In: SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes filho. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-44.

MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Vol. I. Belém: Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Cultura, CEJUP, 1989.

MOREIRA, Eliane. *A proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: entre a garantia do Direito e a efetividade das políticas públicas*. 2006, 281f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Belém, 2006.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 1998. 741p.

NASSAR, Flávio. Veroperismo. *O Liberal*, Belém, 15 abr. 1997.

NASSAR, Flávio. Re-Ver-o-Peso. *O Liberal*, Belém, 05 jan. 2001.

NOGUEIRA, Maria Dina; MENDONÇA, Elizabete de Castro. Feiras e comida: espaço e tempo em movimento. In: LONDRES, Maria C. *et al. Celebrações e saberes da*

cultura popular: Pesquisa, inventário, crítica e perspectivas. Rio de Janeiro: Funarte; IPHAN; CNFCP, 2004. p. 35-54.

OLIVEIRA, Joaquim Nepomuceno de. *O uso dos marcadores conversacionais do Ver-o-Peso*: um estudo do né, aí, assim (Porto de Belém do Pará). 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade de São Paulo, Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, São Paulo, 1995.

OLIVEN, Ruben George. Pesquisas antropológicas no contexto urbano. In: OLIVEN, Ruben George. *A antropologia dos grupos urbanos*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 29-64.

OLIVEN, Ruben George. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade*: novas perspectivas da Antropologia Urbana. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 23-36.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, [1994], 2006. 148 p.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. *Mulheres negras em Belém do Pará*: políticas públicas e estratégias de sobrevivência (1890 – 1910). 2001, 155f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2001.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano Diretor de Transportes Urbanos para a Região Metropolitana de Belém – PDTU*. Belém, 1980. Elaborado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – Jica.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura. *Belém da Saudade*: a memória da Belém do início do século em cartões postais. Belém: SECULT, 1996.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Guilherme Otávio. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 26-67.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém*: estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. 2 v. 448 p.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-13, 1989.

SALLES, Vicente. Bruno de Menezes era o folclore. In: MENEZES, Bruno. *Obras completas*. Belém: Secretaria Estadual de Cultura; Conselho de Cultura, 1993. v. 2, 445p. (Coleção Lendo o Pará, 14).

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 32, p. 62-79, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade*. Novas perspectivas na antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.37-55.
- SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura de ferro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1987. 248p.
- SILVA, Tiago L. Coelho VAZ. *Ver-a-Cor*: um estudo sobre as relações raciais no mercado do Ver-o-Peso em Belém. 2007, 117f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia. Florianópolis, 2007.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 59-82.
- SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.
- SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. *Política e Trabalho*, n. 12, p. 1-7, set.1996. Disponível em: <http://cassandra_versas-tripod.com/sociologia/simmel/paisagem.htm>. Acesso em: 21 jan. 2008.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968. Tomo 3.
- STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, Marília (Org). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília, DF: Paralelo 15; LGE Editora, 2006. p. 29-82.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Humanitas*, Belém, v.18, n.2, p.135-148, 2002..
- TUPIASSÚ, Amarílis. Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, 2005.
- UM cartão-postal de 380 anos. *O Liberal*, Belém, 25 mar 2007. Caderno Cidades, p. 6.
- UNESCO. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 293-301.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia, [1939] 1979. (Reconquista do Brasil; 50).

WEBER, Max. A dominação não-legítima (Tipologia das cidades). In: WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999. 2 v. p.408-517.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. (1938). In: VELHO, Guilherme Otávio. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.

VELHO, Gilberto. Violência e cidadania. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Cap. 11, p. 142-149.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Cap. 11, p. 14-37.

VER-O-PESO a 5ª maravilha do Brasil. *O Liberal*, Belém, 15 jan.2008. Caderno Magazine, p.3.

VER-O-PESO movimentará R\$ 14 mi por ano. *O Liberal*, Belém, 19 fev. 2006. Caderno Economia.

VER-O-PESO garante renda aos informais. *O Liberal*, Belém, 21 fev. 2006. Caderno Economia, p.1

GLOSSÁRIO

A

Açaí - Fruto de uma árvore da família das palmáceas, cujo nome científico é *euterpes olerácea*, característico da região Amazônica. Da fruta se extrai a polpa a qual, adicionando-se água, ao gosto (ou ao bolso) do freguês se obtém um suco, mais ou menos espesso, de cor densa, puxada para o vinho, que pode ser tomado com açúcar e farinha de mandioca ou tapioca; ou sem açúcar e com farinha, acompanhado de peixe frito, charque frito ou camarão seco, como refeição é muito apreciado pelos amazônidas.

Açougueiro- trabalhador que vende carnes no Mercado de Carne.

Ágora – principal praça pública ou mercado nas urbes da antiga Grécia, onde se reuniam as assembléias do povo. Era o centro da vida na urbe.

Ajudante – trabalhador autônomo que ajuda o feirante. Identificado no Setor das Ervas e no Setor de Industrializado. Em cada setor tem um forma própria de trabalhar. No caso do industrializado, o ajudante serve a todos e tem condições pactuadas, pré-estabelecidas de remuneração. Já nas Ervas, o ajudante tem acerto com um dono de barraca específico, mas eventualmente pode trabalhar com outro dono de banca.

B

Bacaba - Palmeira da família das *Oenocarpus* de cujo fruto se extrai a polpa que, ao modo do açaí e diluída em água, pode ser consumida com farinhas, acompanhada de peixe frito, camarão, charque, etc. Também pode ser tomada com açúcar e gelo.

Balanceiro - que adquire preferencial e diretamente o peixe dos donos dos barcos, vendendo-os no atacado (mínimo de dez quilos) por uma comissão e pagando a vista para o dono do pescado. Compram financiado para o barqueiro, muitas vezes lhe propiciam assistência médica na cidade e serviços de mecânica para os barcos, quando necessário

Basqueta – (basket) caixa plástica vazada, utilizada pelo balanceiro para colocar os peixes que serão vendidos.

Bigode – caixa pequena, geralmente de madeira, colocada no chão, sobre a qual são depositadas mercadorias para vender na feira, fora das bancas, nas áreas de maior

circulação. Muitas vezes são armadas pelos próprios feirantes que para tirar partido em épocas de comercialização de determinados produtos, como por exemplo, ervas no último dia do ano ou tucupi na época do Círio.

Boi sem rabo – carro de mão de madeira, ou carroça, assentado (a) sobre um par de rodas centralizado, que é puxado por um homem (o boi sem rabo). É utilizado para expor mercadoria fora das bancas.

C

Cambistas – vendedor de jogo do bicho e de rifas que circula pela feira fazendo jogos diretamente nas bancas, ou em pontos fixos.

Carregador - trabalhador da feira que auxilia o comprador de peixe na escolha e na qualidade do produto, remoção do gelo, e carregamento. Seu instrumento de trabalho é uma caixa quadrada de madeira, onde transporta o pescado do balanceiro até o transporte ou até o destino. Também são designados carregadores aqueles trabalhadores que transportam para o comprador, em carros de mão, produtos ofertados na feira do açai.

Catitú – máquina elétrica de ralar a mandioca, causadora freqüente de acidente com os dedos das mãos.

Comprador de açai - é o intermediário, que recebe o Açai no porto diretamente do freteiro, ou adquire-o ali mesmo dos proprietários e revende para outras feiras e para o maquineiro ou amassador.

D

Defeso Período ao longo do ano em que é vetada pelos órgãos ambientais a captura de determinadas espécies com a finalidade de assegurar sua reprodução.

Descascador – Trabalhador que retira a casca da mandioca e da macaxeira para moer e extrair o tucupi ou fazer o bolo, respectivamente.

F

Freteiro – que faz frete na feira, carreto, transporta mercadorias de barco ou de carro.

G

Guarumã – planta de onde se tirava a folha para embalar o peixe, a fibra é utilizada para tecer cestos, paneiros.

M

Maniva – Folha da mandioca que, moída e cozida, constitui a base da maniçoba, prato típico regional que também é encontrado na Bahia, proveniente da região de Cachoeira.

Maniçoba – Prato típico do Pará que consiste na folha de maniva cozida com água, por sete dias, incrementada com os mesmos ingredientes da feijoada e temperada. A maniçoba é cozida por muitos dias para eliminação do ácido cianídrico que é tóxico. Deve ser servida acompanhada por arroz branco e farinha de mandioca.

Maquineiro - é o amassador do açaí. Extrai e comercializa o sumo da fruta, também conhecido como amassador. É uma espécie de atravessador.

Marchante – é o intermediário que compra o boi, mata e fornece aos açougues.

Mateiro – é o fornecedor das ervas, que colhe e compra ervas para abastecer os feirantes do Setor de Ervas.

P

Pato no tucupi – prato típico do Pará. Consiste em pato assado de forno e fervido no tucupi, complementado por folhas de jambú, servido com arroz branco e farinha.

Pelador – aquele que retira a folha da maniva ou da maniçobeira do galho para vender desfolhada ou já moída, na forma em que é utilizada no preparo da maniçoba.

Peixeiro – trabalhador que vende peixe no Mercado de Peixe.

Pessoal do Mercosul – grupo que compra peixe dos balanceiros, estoca até encerrar a movimentação destes e então coloca seu estoque à venda por um preço mais alto, vendendo também à retalho.

R

Rasa – Cesto trançado de palha para carregar açaí. Funciona, também como unidade de medida para açaí.

Rifeiro (a) – que vende rifa.

Rodilha – Roda de pano retorcido, utilizada pelo carregador sobre a cabeça para receber o peso das caixas de madeira, onde leva o pescado.

T

Tacacá – Prato típico da região amazônica, sopa preparada com tucupi, goma cozida, camarão salgado e jambú, espécie arbustiva que após cozida, quando mastigada provoca um adormecimento na língua.

Tucupi – sumo, de cor amarelada, extraído da macaxeira, após ralada. Após fervido, para eliminação do ácido cianídrico, é utilizado no preparo de comidas típicas como o pato no tucupi e o tacacá.

V

Virador – ajudante do balanceiro que manuseia o pescado e o coloca em exposição nas basquetas.